



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Trabalho e Fé: a cruz da menina e o patrimônio cultural voltado ao turismo religioso na cidade de Patos 1993 a 2010.

MESTRANDO

JEAN FRANÇOIS DE FIGUEIREDO SIRINO

ORIENTADORA

Profª Drª Marinalva Vilar de Lima

Campina Grande

Março de 2012

Trabalho e Fé: a cruz da menina e o patrimônio cultural voltado ao turismo religioso na cidade de Patos 1993 a 2010.

Mestrando:

JEAN FRANÇOIS DE FIGUEIREDO SIRINO

Orientadora:

Prof^a Dr^a Marinalva Vilar de Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História(PPGH) do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande(UFCG), como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História.

Campina Grande –PB

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Trabalho e Fé: a cruz da menina e o patrimônio cultural voltado ao turismo religioso na cidade de Patos 1993 a 2010.

JEAN FRANÇOIS DE FIGUEIREDO SIRINO

Campina Grande-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S619t Sirino, Jean François de Figueiredo.
Trabalho e Fé: a cruz da menina e o patrimônio cultural voltado ao turismo religioso na cidade de Patos 1993 a 2010 / Jean François de Figueiredo Sirino. - Campina Grande, 2012.
141f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima.
Referências.

1. Patrimônio Cultural. 2. Cruz da Menina. 3. Turismo Religioso.
I. Título.

CDU 930.85 (043)

Trabalho e Fé: a cruz da menina e o patrimônio cultural voltado ao turismo religioso na cidade de Patos 1993 a 2010.

JEAN FRANÇOIS DE FIGUEIREDO SIRINO

Data de defesa e aprovação:

30/03/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Marinalva Vilar de Lima – PPGH/UFCG
ORIENTADORA – PRESIDENTE DA BANCA

Prof^a Dr^a Maria Lucia Abaurre Gnerre– - MCR/UFPB
EXAMINADOR ENTERNO

Prof^a Dr^a Regina Coelli Gomes do Nascimento - PPGH/UFCG
EXAMINADOR INTERNO

Prof^a Dr^a Magnólia Gibson Cabral da Silva–PPGCS/UFCG
EXAMINADORA SUPLENTE

Prof^o Dr. João Marcos Leitão Santos– PPGH/UFCG
EXAMINADOR SUPLENTE

DEDICATÓRIA

A Menina Francisca, por protagonizar uma história onde habita a fé e o trabalho: uma história de múltiplas facetas.

A todos os entrevistados, por descortinar aos meus olhos, um mundo novo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Professora Marinalva Vila de Lima, orientadora e amiga, pelo incentivo, confiança e motivação durante toda a minha trajetória acadêmica.

A Professora Dr^a Maria Lucia Abaurre Gnerre, Regina Coelli Gomes do Nascimento, Magnólia Gibson Cabral da Silva, como também ao professor Dr. João Marcos Leitão Santos pelo interesse em participarem desta banca.

Agradeço também aos amigos do curso que ao longo de dois anos fizeram parte desse amadurecimento intelectual, compartilhando dúvidas e conhecimento.

Aos amigos que de alguma forma deram um pouco de si para a conclusão desse trabalho. Em especial, Antonio Carlos Acioly Filho que sempre me motivou a ir em frente com palavras sinceras. Obrigado!

A minha querida mãe, Maria José de Figueiredo Sirino, sempre disposta a me auxiliar nos momentos obscuros.

Ao administrador do Parque Cruz da, Ademar Ângelo de Araújo que gentilmente disponibilizou os documentos da prestação de conta do parque para a realização da pesquisa.

Ao jornalista e escritor Damião Lucena que sempre se mostrou acessível em atender as nossas demandas e questionamentos.

Aos secretários do programa do PPGH, Arnaldo e Felipe pela paciência e compreensão durante esses dois anos.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

SUMÁRIO

LISTA DE DOCUMENTOS	11
LISTA DE FOTOS	11
INTRODUÇÃO	12
I CAPÍTULO – História, Memória e Patrimônio Cultural.....	26
1.1. IPHAN – Patrimônio Cultural: vestígios da história.....	26
1.2. IPHAN – da criação e atuação	30
1.3. Memória e Patrimônio: caminhos em construção.....	37
1.4. Representações de uma história: do visível ao dizível.....	41
II CAPÍTULO – Turismo e Patrimônio: produtos da contemporaneidade.....	68
2.1. Edificando caminhos: turismo, lazer e devoção.....	68
2.2. Espetacularização do Sagrado.....	74
2.3. Turismo Religioso, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas: desafios e possibilidades.....	82
2.4. A crença enquanto representação de patrimônio imaterial.....	93
2.5. Políticas para o desenvolvimento do turismo religioso.....	100
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	121
PERIÓDICOS.....	125
FONTES.....	126
ANEXO I.....	127
ANEXO II.....	137

LISTA DE DOCUMENTOS

Figura 1-Revista Histórica Cruz da Menina.....	128
Figura 2-.Jornal Correio da Paraíba 1993.....	129
Figura 3-. Jornal Correio da Paraíba 1993.....	130
Figura 4-. Jornal Diário da Paraíba 1983.....	131
Figura 5-. Lei nº 2.965/2000 Municipal.....	132
Figura 6- Ofício 029/95 Prestação de Contas.....	133
Figura 7- Capa da prestação de Contas.....	134
Figura 8- Depósito PBtur-Turismo.....	135
Figura 9- Execução da Receita e Despesa.....	136

LISTA DE FOTOS

Foto 1-Inauguração do Parque: Ronaldo Cunha Lima.....	84
Foto 2-Capela da Cruz da Menina construída em 1929.....	86
Foto 3-Parque Turístico Religioso da Cruz da Menina.....	88
Foto 4-.Capela de 1929, após construção do Parque.....	88
Foto 5-Vila Mariana	106
Foto 6- José Justino do Nascimento.....	138
Foto 7- Edivaldo Mota.....	138
Foto 8- Monsenhor Luciano Dias e Dom Manuel.....	139
Foto 9- Odília Bezerra da Luz.....	139
Foto 10- Igreja da Cruz.....	140
Foto 11- Romeiros.....	140
Foto 12- Cidade de Patos séc. XX.....	141

RESUMO

A presente dissertação discute o turismo religioso em seu imbricamento com o patrimônio cultural na cidade de Patos, tendo como *locus* de estudo o Santuário Religioso Cruz da Menina, localizado na saída da cidade em direção ao alto sertão paraibano. Nosso recorte temporal vai de 1993 à atualidade, embora que em determinados momentos, sejamos obrigados a retornar em décadas anteriores para melhor explicar os fatos. Nesse ínterim, procuramos perceber as transformações ocorridas a partir da construção do santuário pelo poder político em 1993, transformações essas que adentram o campo do visível e do sensível. Nessa perspectiva, buscamos observar os interesses políticos envolvidos na construção do santuário religioso da Cruz Menina, levando em conta a reação da população de Patos no que diz respeito à espetacularização da fé a partir de 1993, ano de inauguração do parque e das novas sensibilidades geradas a partir daí, haja vista que, ocorreu uma mudança na cartografia urbana de Patos, e por sua vez, fundaram novas sociabilidades. Enfim, na busca por respostas para as nossas perguntas sobre o aparecimento do turismo religioso na cidade de Patos, nos servimos de diferentes fontes historiográficas, entre elas: livros de memória, relatos orais de memória, romances, jornais e fotografias. No diálogo com essa diversidade de fontes o método indiciário do pesquisador e historiador Carlo Ginsburg foi de grande valia. Um estudo que trás a possibilidade de pensar os bens religiosos enquanto patrimônio cultural imaterial de um grupo, como no caso da cidade de Patos.

Palavras-Chaves: Patrimônio Cultural, Cruz da Menina, Turismo Religioso.

RÉSUMÉ

Cette thèse discute le tourisme religieux dans leur imbrication avec le patrimoine culturel dans la ville de Patos, avec le lieu de d'étude est le Sanctuaire de la Croix fille, situé à la ville vers l'intérieur supérieur de Paraíba. Notre délai est de 1993 à nos jours, même si à certains moments, nous sommes obligés de retourner dans les décennies précédentes afin de mieux expliquer les faits. Pendant ce temps, nous comprenons les changements qui se produisent à partir de la construction du sanctuaire pour le pouvoir politique en 1993, ces transformations qui entrent dans le champ du visible et sensible. Dans cette perspective, nous observons les intérêts politiques impliqués dans la construction du sanctuaire religieux de la jeune fille croisée, en tenant compte de la réaction de la population de Patos en relation avec le spectacle de la foi depuis 1993, l'année de l'inauguration du parc et de nouvelles sensibilités générés par la suite. Compte tenu du fait qu'un changement est survenu dans la cartographie urbaine de Patos, et à tour de rôle, fondé nouvelle sociabilité. Enfin, la recherche de réponses à nos questions au sujet de l'émergence du tourisme religieux dans la ville de Patos, nous avons pris quelques sources différentes historiographiques, y compris: des livres de mémoire, des histoires orales de la mémoire, des romans, des journaux et des photographies. En dialogue avec cette diversité de sources de preuve la méthode de chercheur et historien Carlo Ginsburg a été instimable. Une étude qui apporte La possibilité de penser des biens religieux en tant que patrimoine culturel immatériel d'un groupe comme la ville de Patos.

Mots Clés: Patrimoine Culturel, Fille de La Croix, Le Tourisme Religieux.

INTRODUÇÃO

No dia 13 de outubro de 1923, o agricultor Ignácio Lazário de Costa encontra os restos do corpo de uma criança. Em depoimento ao tenente Vicente Jansem de Castro, delegado de polícia, na casa de Josias Alves da Nóbrega, localizada no sítio Trápia, aos 18 dias do mês, na presença do escrivão José Florentino Júnior e testemunhado pelos senhores: Manoel Cabral Nóbrega e Plácido Rodrigues, Ignácio, cidadão de 65 anos, contou que havia sido atraído por um bando de urubus que voavam a 400 braças de sua casa, achando que podia ser algum animal de sua pertença que estivesse ferido, dirigiu-se ao local e, lá chegando, [in]felizmente deparou-se com um corpo em estado de putrefação, forçando um pouco mais a vista, constatou que se tratava de uma criança e, pelas vestes era do sexo feminino, os urubus já haviam começado a comer o corpo restando um monte de carne rasgada(SIRINO, 2009).

A criança é identificada por algumas pessoas como a “afilhada” de Absalão e Domila que se encontrava desaparecida há alguns dias.

Francisca havia sido adotada pelo casal em circunstância quase de abandono, passando a ser nomeada como a filha. Conforme registrado por Lucena¹ (2008) foi para fugir da seca que os pais naturais de Francisca migraram e, na ocasião, movidos pela miséria e pela fome entregaram a filha a um estranho, no caso Absalão. Lucena localiza o acontecimento enquanto tendo se dado por volta de 1915 na cidade de Campina Grande. Mais tarde, tendo Absalão e sua esposa se mudado para a cidade de Patos, onde estabeleceram moradia, levaram consigo a menina. Na cidade o casal se tornou bastante conhecido por ser Absalão o responsável técnico pelo motor da luz que fornecia energia para toda a cidade. Agora, a população de Patos se via em face de um novo fato; uma tragédia atingia a casa de Absalão, pois que sua afilhada fora encontrada morta.

Diante disso, o delegado começa a tomar as primeiras providências, mandando comunicar o fato ao casal. Seu Absalão inicialmente não reconheceu os restos da criança como sendo de

¹ Jornalista e escritor de várias obras que trata da história da cruz da menina, uma história que cristaliza uma determinada visão do acontecido, buscando instituir para a Francisca um *status* de santa.

Francisca, dizendo que não dava para saber se era ela mesma devido ao estado em que se encontrava o corpo, mas Noé Trajano da Costa², vizinho do casal, a reconheceu.

Voltemos aos fatos que antecedem a descoberta do corpo de Francisca, dois dias antes.

Ao amanhecer do dia onze de outubro de 1923, os padrinhos de Francisca espalharam que ela havia fugido de casa com medo de levar uma surra de Domila por ter deixado a janela da casa aberta na noite anterior. Absalão teria realizado uma procura frustrada pela menina. Porém, conforme narrativa de Nóbrega (1997) com base nos depoimentos prestados nos autos do processo, os vizinhos viram com estranheza a atitude de Domila que, um dia depois da fuga da “afilhada”, já estava vendendo as suas roupas.

As investigações são instaladas pela justiça de Patos.

Ao serem chamados para depor, os discursos proferidos pelos vizinhos³ na delegacia constroem um perfil para Francisca em que, unanimemente, sobressai a idéia de ser ela uma criança calma, prestativa, trabalhadora, o que provoca a incompreensão geral sobre o que havia lhe sucedido. A falta de explicação lógica para o acontecimento vai estimular a fabricação de versões que recuperam o comportamento rotineiro de Francisca e a forma de tratamento a ela dispensada por seus pais adotivos.

Os comentários elaborados sobre Francisca após sua morte se multiplicam e a localizam como indefesa; uma “pobre coitada” que mal saía de casa; uma menina diferente das demais de sua idade, por não viver na rua brincando, permanecendo reclusa em casa ocupada nas tarefas domésticas.

Por sua vez, ecoam nas falas dos depoentes as condições de maus tratos a que a menina era submetida por seus “padrinhos”. Fala-se de espancamentos cotidianos por parte de Domila. Denota-se um ambiente de violência doméstica.

Destas colocações surgem algumas interrogações, tais como: Como os vizinhos podiam achar que as constantes surras dadas por Domila em Francisca fossem normais, haja visto, a constante referência que fazem aos espancamentos sofridos pela criança? Como aceitavam sem intromissão o castigo a uma pessoa que não fazia nada de errado? Será, pois, que os discursos dos

² Informação advinda de depoimento retirado dos Autos do Processo Crime, localizado na Comarca de Patos, que nos foi disponibilizado xérox pelo jornalista Damião Lucena.

³ Idem, Ibidem, p. 9.

vizinhos do casal abrem espaços falhos? O que as narrativas veiculadas sobre a trama nos possibilitam perceber?

Neste ponto se pode inferir tratar-se de uma família que adota uma criança e que a espanca cotidianamente; um casal que é cúmplice na violência impetrada no interior de sua casa; vizinhos que, conscientes dos acontecimentos na vida doméstica do casal Absalão e Domila, optaram pelo respeito ao código de convivência da boa relação entre os vizinhos (PIERRE, 2006). Assim, silenciam até que a situação de violência é extrapolada, transformando-se em um fato de polícia/justiça; memórias que se justapõem e se complementam para elaborar o acontecido.

Com base nas diferentes narrativas escritas e publicadas, os escritores continuam a (des)montar as versões dos fatos e a preencher a história de Francisca de novos lugares, tecendo tempos, transformando-a criativamente a partir da elaboração de novos discursos. Subjetivou-se leituras que colocaram o “retrato” de Francisca em uma nova moldura (NÓBREGA apud SIRINO, 2009). Moldura que nos possibilita pensar o lugar que para se transformar em espaço, precisa ser capitalizado, investido por pequenos atos criativos que nomeiam, atribuem e inventam novos espaços (CERTEAU, 1994). Os crentes de Francisca transformaram o lugar onde seu corpo foi encontrado em espaço cheio de historicidade e emoção e fé, onde pessoas diariamente visitam, rezam em busca da solução para seus problemas. O lugar que serviu de “ponto de desova” para seu corpo ganha novos significados.

Estudar as continuidades representativas que se popularizaram em torno da história da menina Francisca, que também são entendidas por nós enquanto patrimônio cultural da população de Patos, é ter consciência da necessidade de um diálogo interdisciplinar em que transitam tanto historiadores, como sociólogos, antropólogos, turismólogos, etc. No que tange à história cultural este campo interessa, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão [nela] não se estudam apenas processos econômicos e sociais, mas as representações e práticas que se constroem “*tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler*” (CHARTIER, 1990, p.17).

Esta pequena introdução serve para apresentar nosso objeto de pesquisa, o qual gira em torno da construção de um espaço do sagrado que também é destinado ao turismo religioso. Espaço que nos possibilitou analisar certas manifestações populares como símbolo de um patrimônio cultural da população de Patos e dos fieis da menina Francisca, que passa a ocupar

centralmente a cena sendo focalizado como ponto de referencia para se pensar a própria cidade de Patos. Identidade que disputa com outras identificações tradicionais vencendo, mesmo que em caráter provisório, a lutas das identidades do espaço produzido. Interessa ao poder público esse jogo de disputas, iluminar a Patos da Cruz da Menina e capitalizar com ganhos políticos os sentimentos de pertença que são produzidos.

Logo, a presente dissertação tem como principal preocupação estudar o desenvolvimento do turismo religioso na cidade de Patos, alto sertão paraibano, no recorte temporal que se estende de 1993, quando se dá a construção do santuário religioso da cruz da menina, aos tempos atuais, admitindo-se o recuo há algumas décadas antes, que permitem localizar os inícios da historicidade com que estamos trabalhando. Movimento que se justifica por possibilitar essa recuperação originária do mito Francisca que é manipulado para os fins de fomento do turismo religiosos e, conseqüentemente, fabricação de personagens no campo da política. Daí que se dizer edificador do monumento e defensor da santa e de tudo que a ela se relaciona é ter, na prática, a correspondência de prestígio político.

A nossa viagem em busca do desenvolvimento do turismo religioso, a partir de bens culturais na cidade de Patos, apóia-se em fontes variadas. Entre elas as memórias, quer seja através da escrita, os livros de memórias, e/ou através da oralidade, a chamada história oral. Todavia, além das memórias dialogamos também com a literatura; com jornais, revistas, fotografias e documentos oficiais, existentes em arquivos públicos e/ou privados.

A nossa relação com as fontes se deu por meio do método indiciário⁴, em que o pesquisador/historiador assume a postura de detetive, onde, a partir dos indícios encontrados em fontes diversas, busca demonstrar os questionamentos oriundos da construção do problema de sua pesquisa. Ao desenvolver um trabalho com base nos indícios, o historiador, em certo ponto, terá seu trabalho comparado ao trabalho do médico, que em seu ofício busca identificar tais indícios para, dessa forma, chegar ao que Paul Ricoeur denomina de representação historiadora. Uma representação que se constitui não só como um “complemento do olhar da representação-objeto de história, mas, também, como um acréscimo, na medida em que a representação-operação pode ser tida como a fase reflexiva da representação-objeto” (RICOEUR, 2007, p. 277). Ao ponto que o historiador, ao lançar-se em busca dos indícios, rastros e/ou testemunhos das ações humanas no

⁴ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

passado, possa criar representações plausíveis sobre o outro no tempo, ou seja, representações que possam ser capazes de operar a religação do passado com o presente, em que este último, deixando de ser visto como presente integral, acaba erigindo-se como futuro passado, e aquele deixando de ser visto como algo extinto, morto, passa a ser revivido no futuro passado.

Nosso trabalho, também, privilegiou em sua metodologia a pesquisa documental e exploratória, relacionando com a história oral, seus caminhos e perspectiva.

Para auxiliar no julgamento do que já foi feito, na prática, até então, foram analisados estudos previamente desenvolvidos por outros autores sobre a história da menina Francisca; trabalhos sobre o desenvolvimento do turismo de caráter religioso; o uso do patrimônio cultural em atividades turísticas como também documentais, estatísticas e noticiárias acerca das ações em turismo no estado. Para servir como complemento e dar credibilidade aos dados, foram feitas visitas de campo e entrevistas com as autoridades competentes para confirmar os resultados apresentados pelos estudos de tais autores. Sendo assim, os resultados das políticas de turismo, também foram verificados *in loco*. As entrevistas realizadas foram não-estruturadas, baseadas em questões motivadoras iniciais, não sofrendo maiores interferências do entrevistador durante a sua realização, o que permitiu a coleta de grande quantidade de dados qualitativos.

Alguns questionamentos nortearam as falas dos entrevistados, a exemplo de algumas questões, tais como: como se deu a construção do parque religioso da cruz da menina, e sua consecutiva utilização em prol do turismo religioso? Como se deu a reação dos habitantes e fieis de Francisca com essa espetacularização da crença. Levou-se em conta os interesses dos populares e do poder político? Portanto: identificando-se mudanças em termos de atitudes, valores, visões de mundo, ritmos..., enfim, “como forma de ser e estar no mundo, à sensibilidade se traduz em sensações e emoções, quase imediatas dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psiquiátricos, uma vez em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2007, p.10).

Dessa forma, a nossa reflexão sobre as singularidades do cotidiano dos fieis e habitantes da cidade de Patos, mergulha tanto nos espaços visíveis, quanto nos seus espaços sensíveis. Vale dizer espaços gravados no imaginário social da época.

E, partindo da ideia de que temos hoje uma gama de lugares a partir de concepções de memória, de história que encerram ou encobrem disputas e falam a respeito de um passado que quer se fazer homogêneo mas que não pertence a todos, que não traduzem um sentimento de

pertencimento com que todos se identifiquem, portanto, não respaldam um projeto de cidadania. Patrimônio que, talvez a princípio, não nos diga muita coisa. Então, qual a finalidade de preservar esses locais?(OLIVEIRA, 2002 p. 50).

Durante muito tempo a idéia de preservar algo enquanto patrimônio estava relacionado, quase que exclusivamente, à noção de tombamento material. Algo relacionado à imutabilidade, contrapondo-se a idéia de mudança ou transformação.

O termo patrimônio histórico assumiu um lugar de referência jamais visto anteriormente, entretanto como podemos definir patrimônio histórico? Quais seriam as bases e a lógica utilizada para a construção desse conceito?

Com as novas abordagens na historiografia, fizemos esforços por realizar uma abordagem interdisciplinar que possibilitasse a abertura para novos olhares para o entrelaçamento de áreas que contribuíssem para ampliar nosso campo de visão sobre a temática que alçamos, considerando-se que na atualidade, elas têm muito para falar metodologicamente entre si.

Um detalhe importante é que, com o processo implantado pela nova república, com a possibilidade de redemocratização e abertura de espaços, o que se viu foi a entrada em cena de novos atores sociais de diversas naturezas, que clamavam por ser ouvidos no tocante às questões culturais. Isso possibilitou que a discussão a respeito do patrimônio cultural incorporasse novos conceitos e discussões, como os de cidadania, melhoria da qualidade de vida, direito ao passado e a memória, a pluralidade cultural, enfim, desponta um novo tempo com novos questionamentos, assim, novas leituras interferem nas seleções/delimitações dos bens culturais (OLIVEIRA, 2002).

Nesta pesquisa nos propomos a fazer um estudo que privilegia as práticas simbólicas que se consagram enquanto reminiscências de um grupo e que podem ser analisadas como fomentadoras de um Patrimônio Cultural, onde seus bens imateriais e materiais servem aos interesses políticos por intermédio da construção de uma atividade turística religiosa. Nessa perspectiva, nos voltamos também para um diálogo entre a história e o turismo, campo que na atualidade a História do patrimônio e bens culturais tem mostrado um entrecruzamento de idéias e interesses.

Esse novo campo histórico-cultural, que produz um diálogo entre o saber dos historiadores e dos turismólogos, sendo ambos, ferramentas de conhecimento que se constroem e se legitimam através da análise de um evento do passado, buscando apreendê-lo, (re)interpretá-lo

e publiciza a manipulação de recursos/elementos materiais e imateriais em favor de interesses políticos. Aqui procuramos ocupar um lugar que consideramos possível ao historiador que se aventura no campo que é o de recorrer a “utensilagem” e técnica do outro em proveito de um conhecimento abrangente do patrimônio evidenciado e reivindicado unicamente pela história.

Hoje é perceptível que historiadores e turismólogos transitam em espaços fronteiriços, mas nem sempre em uma relação interdisciplinar e sem tencionamentos, que sem dúvida produz melhores resultados. Com base nessa compreensão, elegi, mais à frente, alguns pontos que considero interessantes para orientar-nos numa reflexão para pensar estas questões.

Também coube nesse trabalho a tarefa de pensar os usos da história ou as interpretações do passado, inclusive, e principalmente, as realizadas pelas atividades planejadas do turismo, desenvolvidas pelos setores públicos que se apropriam de certas memórias para favorecer a tradição de algo que possa ser usado na captação de rendas. E, nesse espaço, pensar a comercialização de uma interpretação do passado identitário de grupos sociais numa apreensão como patrimônio memorialístico, com conseqüentes ganhos para seus produtores.

Nosso objetivo opta por conceitos e instrumentos metodológicos que no momento nos fazem pensar sobre o futuro. Por essa razão, refletimos sobre a ideia de patrimônio ou legado histórico, e as formas de interpretá-lo, avaliando o papel dessa interpretação para os indivíduos; a monumentalização da vivência cotidiana frente à produção massiva de atrativos turísticos e, por fim, uma crítica às políticas de apreensão, preservação e informação acerca do patrimônio histórico cultural pelos poderes públicos, pensando no papel que estes desempenham ao fabricarem, a partir das memórias dos habitantes e fieis, uma construção que privilegia o passado, no caso em questão a história de uma criança, como história de fé e santidade, numa construção de novas identidades para o espaço, para a população, que servirão também como suporte para um turismo gerador de riquezas e divisas para o município.

Para tanto, creio que dialogar com as idéias de Paul Ricoeur, Le Goff, entre outros, será de fundamental importância para análise do conceito de história e também de memória, principalmente, quando Ricoeur (2007) nos mostra que a história não é apenas uma intriga lógica, pois que se refere ao vivido, é uma narrativa histórica que inclui o vivido e o lógico.

Ricoeur propõe uma história narrativa, opondo-se a narrativa tradicional, é a sua compreensão a uma história-problema que reconhece a impossibilidade de se trazer os fatos como

se passaram. O texto histórico é resultado de uma construção teórica. Sendo a narrativa histórica algo que inclui o vivido e o lógico, reinscrevendo a temporalidade na história. E, por isso, o ato poético de criação de uma intriga faz o tempo aparecer, ao oferecer-lhe forma, extensão e medida. A intriga narrada é uma imitação (mímese) da ação. A “experiência vivida” é reconstruída em uma “intriga”. A intriga não é imitação idêntica do real, mas uma imitação criadora, logo, a narrativa histórica não representa o que de fato ocorreu. Ela é uma representação construída pelo sujeito. Ela se aproxima da ficção. Entretanto, o que controla esse seu caráter ficcional é o fato de a atividade mimética não terminar no texto poético ou na obra de história. Ela se dirige e se realiza no espectador ou leitor. Ela retorna ao vivido. *“O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal”* (RICOEUR, 1994, p. 85).

A percepção de tempos que estão para além do acontecido e do fato passado é o que aproxima a história de várias outras disciplinas sociais e que, no nosso caso, permite pensar uma aproximação, também, com os métodos do turismo e do planejamento de atrativos históricos culturais (MENESES, 1992, p. 23).

Há tempos distintos a configurarem o mesmo objeto de interpretação histórica, e esses tempos estão presentes na dinamicidade da construção passada e do devir das comunidades que têm esse passado como parte de sua identidade (RICOEUR, 2007).

O historiador, de certa forma, constrói a subjetividade não apenas dele, do leitor e, porque não dizer, da humanidade, dadas suas devidas proporções. O conhecimento é uma reflexão, uma meditação sobre o viver humano no tempo. A história é o meio pelo qual os homens tomam consciência de sua presença no tempo. Constrói uma metafísica idealista, que estabelece como real uma subjetividade humana universal que, por ser temporal, não é ainda integral e total.

O conhecimento histórico é compreensão do outro, é reflexão e autoconhecimento do eu. É dialogal. É o sujeito do conhecimento que busca e constrói verdades históricas. Mas, ele pode atingir a subjetividade humana universal se mantiver uma atitude justa, ética.

Sendo assim, a história seria capaz de oferecer a verdade do seu objeto. Uma objetividade específica diferente daquelas praticadas pelas ciências naturais. Há níveis de objetividade. A objetividade histórica é própria da história. É um tipo de objetividade que exige a presença da subjetividade. É objetivo o que pode ser dito e compreendido, o que pode ser comunicável, o que

pode ser traduzido em palavras e sinais diversos, que levam à aproximação e ao reconhecimento entre o eu e você, entre presente e passado, donde: “*o passado não é morto, há que se ter cuidado em sua apreensão e em sua inserção no nosso tempo*” (MENESES, 1992, p.25).

É nessa perspectiva que entendemos a relação que os habitantes de Patos estabelecem entre a construção de uma identidade com o santuário e sua própria história. Por outro lado, vemos que o poder público, que também se insere nesse quadro de construções identitárias, usa das elaborações da população para manipular a seu favor “esse bem cultural”, essa história, essa identificação dos habitantes, como arcabouço para angariar recursos através do turismo religioso, planejado de forma articulada e pensada, como no caso ora em estudo.

Posteriormente, caminhamos numa discussão que abará ainda a temática da memória e de suas relações com o patrimônio cultural. Lembrando que essa discussão só recentemente começa a atrair de forma mais dinâmica e intensa o interesse dos historiadores, inserindo a discussão na historiografia brasileira.

Tendo em vista que a preservação do patrimônio cultural hoje é uma questão de cidadania, por ser direito de todos por reforçar a identidade cultural, especialmente, num momento em que, paulatinamente, estes elementos parecem estar sendo esquecido por conta dos avanços tecnológicos e das mudanças na organização sócio-cultural difundidas, tanto pelos veículos de comunicação em massa, quanto pela globalização econômica, que sutilmente inserem novos padrões de consumo e de comportamento. Não podemos deixar de fazer um retrato do processo conceitual em torno do entendimento sobre patrimônio.

O fortalecimento da identidade cultural é fundamental, na construção de uma nação. E o patrimônio cultural é reconhecido como a memória e o modo de vida da sociedade, que compreende tanto elementos materiais, como imateriais. Constituem-se como patrimônio cultural, o conjunto dos elementos para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e referências do modo de vida e da identidade social. Compreende-se o patrimônio como uma construção social e cultural, porque através dele é idealizada a realidade concreta da comunidade.

Segundo Le Goff (2003, p.467), a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Para muitos povos a memória é um

artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições; além de ser um instrumento e objeto de poder importante na luta das forças sociais provocadoras de elaboração dos sentimentos de pertença.

Quando pensamos nessa construção identitária do acontecido pelos habitantes e, posteriormente, seus usos, especialmente, pelo poder político, temos que ter em mente seu caráter dinâmico e seu permanente refazer-se. É justamente este refazer, neste vir-a-ser, que se capta dinamicamente a história e em que deve ser apreendido as múltiplas manifestações materiais que constituem o patrimônio. Sem nos esquecermos que todos têm vez e voz.

Ricoeur constrói uma leitura do passado em que nos fala: “a apreensão do passado nos dá no presente uma imagem de uma coisa ausente, mas a própria coisa ausente se divide em desaparecimento e existência no passado” (RICOEUR, 2007, p. 208). O que Ricoeur ressalta, portanto, é essa representação, que é sempre o resultado de uma interpretação, porque a interpretação é uma imagem do passado, mas não uma cópia exata, logo, o que percebemos na elaboração dos fieis de Francisca, na permanência dos atos simbólicos de adoração, são reminiscências, continuidades, e também construções de novas representações. Tanto a história como os atos praticados encontram-se no campo em que representam uma imagem do passado, imagem que não é igual ao que era e nem falsa em relação ao que foi.

A representação deve ser entendida como relacionamento entre imagens do presente e de um objeto ausente, ou seja, representação é o conhecimento do signo enquanto signo, distante da coisa significada. Na concepção de Chartier (1985) existe uma distinção entre representação e representado, entre signo e significado. Essa distinção parte das intermediações entre as maneiras partilhadas a serem lidas das apropriações como, por exemplo, imaginar como os fieis e os habitantes de Patos foram fazendo uma leitura da história da menina Francisca e, ao mesmo tempo, essa leitura foi produzindo materialidade e sentidos para a própria história onde, a cada momento, o objeto representado adquire novos contornos, sendo ao mesmo tempo a história da menina Francisca e sua representação através da leitura que se faz dela.

Logo, nesse campo, há uma dupla construção da representação. De um lado, temos os habitantes de Patos e fieis que se voltam à adoração e mistificação da menina morta, criando em torno dela símbolos e rituais que são transmitidos de forma mais intensa e continuamente, principalmente desde 1929, com a construção da primeira capela em memória da criança e

confundindo sua história enquanto a própria história da cidade. Por outro lado, o poder público que vendo o crescimento da crença, vislumbra a possibilidade de exploração de um fato que transformará a cidade num centro de peregrinação, como tantos outros existentes no Nordeste brasileiro, a exemplo da cidade de Juazeiro do Norte no Ceará, a partir da edificação do culto ao Padre Cícero⁵. Assim, em 1993 a união de poderes públicos em prol de interesses, mais econômicos do que religioso, inaugura o Parque Turístico da Cruz da Menina e lança a cidade de Patos enquanto centro de peregrinação.

Pensamento que corrobora com o que Chartier nos coloca sobre as representações do mundo social *“assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza* (CHARTIER, 1985, p.17). Nesse sentido, o conceito de representação é iminente a apropriação, pois cada grupo tende a fazer usos distintos dos mesmos bens culturais, pois as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes nas relações dos grupos. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro, ou ao mesmo grupo, sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Embora reconhecendo a importância de densas discussões teóricas para marcar nosso campo de pesquisa, neste caso em especial, optamos por utilizar da teoria como ferramenta de orientação no desenvolvimento da pesquisa e da análise do problema, ou seja, mais como guia de orientação, forma metodológica e crítica do que em termos de discussões teóricas. A partir daí, desenvolvemos uma pesquisa que procurou trilhar/caminhar por vias alternativas, pois,

⁵ No Juazeiro do Norte o culto a Padre Cícero se difundiu pelo interior do Nordeste, atraindo devotos que vinham visitá-lo a pé, percorrendo longas distâncias. Veja ARAUJO, Maria de Lourdes de. A cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé: Tese Doutorado-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; LIMA, Marinalva Vilar de. Narradores do Padre Cícero: do auditório à bancada, Fortaleza, edição UFC, 2000.

acreditamos que essa é acima de tudo a função primordial da teoria: abrir caminhos de investigação e interrogar tanto os documentos, como os acontecimentos, gerando com isso uma abertura na historiografia que lhe alce aos estertores da multiplicidade.

Sendo assim, nosso texto pretende seguir uma linha narrativa que possibilite aos leitores uma leitura fluida, clara, limpa, evitando a densidade, tão comum em nossos textos e que marca a produção da historiografia. Essa escolha tem por objetivo permitir o uso de nossas análises não apenas pelos especialistas acadêmicos, mas podendo ser lido e interpelado extramuros institucional, ao alcance dos leitores não especializados (CERTEAU, 2004). Pretensão a que desejamos ter atingido, ainda que reconheçamos ser essa tarefa das mais árduas àqueles que se inserem nas trincheiras escavadas por Clio.

Esse momento introdutório tem o objetivo de fazer uma apresentação dos principais conceitos e idéias que permearão nossa pesquisa, nosso problema, para em seguida, no corpo do trabalho, desenvolvermos um diálogo, um pouco mais abrangente, entre a pesquisa e sua mestra teórica. Almejando assim, um trabalho que tenha uma função social mais ampla e incisiva, como acreditamos que deve ser todo o trabalho do historiador do tempo presente.

Além disso, a pesquisa consta de uma abordagem interdisciplinar, como já mencionado anteriormente, sendo composta por dois capítulos que assumiram caráter de independência, porém, articulados metodologicamente. Podendo os mesmos ser lidos tanto separadamente como em conjunto, sem com isso, perderem o sentido.

Sendo assim, passemos à apresentação dos mesmos.

O primeiro capítulo tem dois momentos, inicialmente tratamos de apresentar o que vem a ser patrimônio cultural e bens imateriais, e, como os mesmos podem ser fomentadores de uma construção identitária. Nesse sentido, articulamos a discussão demonstrando como, a memória dos habitantes e dos fieis de Francisca é apropriada para erigir um espaço voltado ao turismo religioso. Aqui, sentimos a necessidade de estabelecer conexões com a legislação atual que rege a discussão sobre patrimônio cultural, tanto de bens materiais, quanto imateriais. Além, é claro, de verificarmos como essas mudanças conceituais no entendimento sobre patrimônio cultural contemplaram a legislação, chegando a influenciar os órgãos políticos ao apropriarem-se desse novo momento para criar políticas que possibilitem o manuseio de determinado bem cultural na consolidação, manutenção ou construção de uma historicidade que sirva para o desenvolvimento

turístico. Posteriormente, pensarmos os bens culturais enquanto frutos da história, da memória, logo, produto do espaço-tempo, analisando as construções culturais a partir do cruzamento com a memória dos grupos, das pessoas e fiéis da menina Francisca. Nesse momento dialogamos com os conceitos de memória e história, principalmente de Paul Ricoeur e Jaques Le Goff, num cruzamento constante com os relatos orais dos fiéis e moradores de Patos. Memórias que serviram para mostrar a relação de identificação desses com o parque, com a cidade, com a história de Francisca. Em seguida, analisamos o uso dessas memórias pelo setor público. Complementarmente refletimos e analisamos os usos que esses setores políticos fazem/fizeram dessa legislação.

Para desenvolver esse primeiro momento de reflexão, trabalhamos com a legislação pertinente que institui o conceito de patrimônio cultural material e imaterial; os decretos leis que tratam sobre o assunto; o papel atribuído ao IPHAN⁶, enfatizando seus deveres na manutenção do patrimônio; e os documentos oficiais do Estado da Paraíba e da prefeitura de Patos, observando como estes estão sendo orquestrados na preservação do patrimônio cultural, com o intuito de perceber se os mesmos estão sendo trabalhados apenas pelo poder político ou se há a participação da população em sua manutenção. No segundo momento usamos como fonte primordial os relatos orais dos habitantes de Patos e fiéis da menina Francisca, que nos serviram para demonstrar suas práticas, crenças, ritos que dialogam com uma história de pertença que faz com que esses atos sejam lidos enquanto bens culturais, sem esquecer, é claro, das memórias daqueles que foram os responsáveis pela elaboração das políticas públicas de manutenção deste patrimônio cultural.

No segundo capítulo, buscamos pensar o papel desempenhado pelo setor público no uso da memória dos fiéis para uma aplicação no turismo religioso, privilegiando os mecanismos/ferramentas criadas em 1993 pelos agentes que possibilitaram o florescimento do parque enquanto espaço identitário religioso. A isso associamos as práticas transmitidas pelos fiéis e moradores, que foram captadas e transformadas tanto pelos descendentes como pelo setor

⁶ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. O Iphan está hoje vinculado ao Ministério da Cultura.

público, fazendo um cruzamento com as políticas aplicadas hoje em dia, numa tentativa de verificar os motivos que levaram à apropriação dessa história de forma mais explícita no ano de 1993 e sua atual condição. Em seguida, analisamos como a construção do parque foi recebida pela população e fieis.

Na elaboração desse capítulo tomamos como fonte básica os documentos oficiais da prefeitura de Patos; reportagens dos principais jornais do Estado, a exemplo, do “Jornal da Paraíba” e “Correio da Paraíba”; e revistas informativas, como a publicada pelo jornalista Damião Lucena, a pedido da prefeitura de Patos por ocasião das comemorações do aniversário do Parque da Cruz da Menina.

Portanto, o texto discorre sobre as práticas dos agentes políticos da cidade de Patos enquanto articuladoras do culto à Francisca, em sua associação com as discussões sobre o patrimônio cultural, por um lado; e por outro, recupera as representações elaboradas pelos fieis enquanto esteio de projeção da cidade a espaço sagrado para que se fomente o turismo religioso.

CAPÍTULO 1

História, Memória e Patrimônio Cultural.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados e monumentos, santuários, são as marcas e testemunhos de uma outra época. São os rituais de uma sociedade sem rituais, sacralizações passageiras de uma sociedade que continuamente dessacraliza, sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo em uma sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993).

1.1- Patrimônio Cultural: vestígios da história

Em nosso argumento vamos ter que a idéia de patrimônio é relacionada à memória, ao esquecimento e à identidade. Antes de estabelecermos a relação, é interessante ressaltar que etimologicamente patrimônio traz consigo o sentido de herança paterna, isto é, algo deixado como herança para as gerações futuras devido ao seu valor econômico e/ou simbólico. No caso do patrimônio cultural, muitas vezes, o valor é de ordem simbólica. A herança patrimonial é forjada por meio da disputa entre a memória e o esquecimento. Tensão que será analisada em seguida.

O patrimônio é aqui usado enquanto possibilidade de representação de vestígios do passado que chegaram até nós. Vestígios tomados como marcos referenciais para a elaboração da memória coletiva do grupo e para a criação da identidade do mesmo. Donde resulta que, conservar tais vestígios significa, em grande medida, contribuir para a manutenção de certa memória e de uma certa identidade. Haja vista que os vestígios vão estar ligados a parcelas específicas da história de uma sociedade e a conservação do patrimônio passa pela intervenção do Estado (REJANE & FILHO, 2011).

Durante muito tempo o termo preservação, associado ao patrimônio, dizia respeito quase que exclusivamente à tombamento físico de edificação, monumentos, etc. Algo relacionado a imutabilidade, contrapondo-se a idéia de mudança ou transformação.

Falava-se em patrimônio histórico como sendo somente igrejas, prédios antigos, sítios arqueológicos, obras de arte como quadros e esculturas. Ultimamente, entretanto, o governo vem redefinido essa noção. Na constituição de 1988, temos já uma e outra forma de pensar o patrimônio histórico nacional. Observemos o que dizem os trechos que seguem:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁷.

Depreende-se do exposto que há uma explícita compreensão de patrimônio que abrange bens materiais e imateriais. O texto leva a que se tome também a memória enquanto patrimônio histórico e, numa concepção mais abrangente, que haja preocupação com a preservação do patrimônio cultural de um grupo, como atitude fundamental para que se possa pensar em termos de ser ou não cidadãos (SANT'ANNA, 2003, p. 51). Lembrando que a memória não se faz de uma história única, que ela não é um patrimônio representativo de um só segmento, mas que expressa pluralidade. Portanto, expressa as múltiplas facetas do social e não tem a função de servir simplesmente para encobrir as disputas e nem se fazer homogênea(SANT'ANNA, 2003, p.23), ainda que resulte da relação de força que cliva as lutas identitárias por se fazer hegemônica. Disputa que entendemos ocorrer a partir de variados fatores e interferências que resultaram das relações de poder entre os distintos campos estruturantes da sociedade.

A essa idéia é possível agregar o que compreende Pollak:

⁷ Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988, Senado Federal.

Memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (POLLAK, 1989, p.3).

Dessa maneira, Pollak aponta para uma leitura da idéia de memória que demanda as tensões que lhe são iminentes. Dialogando com autores que trabalham com a problemática sobre memória, como no caso abaixo.

Para entender melhor essa discussão em torno da memória enquanto elemento de fomentação de uma história, logo, de um patrimônio cultural, apresentamos aqui as colocações de Von Simón, Halbwachs e Walter Benjamin.

Para Simón (2007) cultura é memória, pois a cultura de uma sociedade fornece filtros aos indivíduos, o poder de seleção que nos permite realizar escolhas e decisões futuras. Podendo a memória ser caracterizada como sendo a capacidade humana de registrar fatos, e estes, serem transmitidos às gerações futuras através de variados suportes (pinturas, artefatos, textos, costumes, tradições, histórias, dentre outros.). Assim podemos afirmar que os suportes e formas de escrita, leitura e escrita são formas de preservar e comunicar a memória e história de um povo para que esta seja divulgada e disseminada para a posterioridade. Visto que tais aspectos estão intrinsecamente relacionados a cultura de um povo ou nação.

Maurice Halbwachs, ao elaborar o conceito de memória coletiva, defende que “a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos”(2006,p.12). Já Walter Benjamin destaca que é necessário resgatar do esquecimento aquilo que poderia fazer de nossa história outra história. É necessário que tomemos a memória e tudo aquilo que foi esquecido como armas na luta para tirar do silêncio um passado que a “história oficial” enterrou, que celebra apenas os triunfos, os grandes homens, os grandes feitos, ou seja, é a vitória do vencedor sobre a tradição dos vencidos. Como diz o autor: “a história é sempre um olhar do presente em direção ao passado, e é também o presente que ilumina o passado, pois os acontecimentos do passado ou os seus fragmentos só ascendem a uma legibilidade em um espaço e um tempo determinados” (BENJAMIN, 1996). Nesse sentido, a história da menina Francisca sobrevive em uma constante luta, sendo periodicamente trazida à

tona pelos seus fieis, visitantes e romeiros que a transmitem e a resignificam, por outro lado, ela é apropriada, trabalhada pelo poder público que a insere no jogo dos interesses comerciais e políticas, em nível mesmo das polarizações partidárias.

Benjamin sugere a possibilidade de abrir o passado reingressando nos dados esparsos, nos fragmentos remanescentes para reconstituí-los segundo uma interpretação só tornada possível no presente. Esse olhar que vem do presente busca a preservação da memória, e surge principalmente quando ela se encontra em perigo (BENJAMIN, 1996). Os momentos de memória resgatam identidades que podem ou não estarem de alguma forma ameaçadas de esquecimento (GIOVANAZ, 2011).

A apreensão do passado nos dá no presente uma imagem de uma coisa ausente, mas a própria coisa ausente se divide em desaparecimento e existência no passado (RICOEUR, 2007, p. 208). O que Ricoeur ressalta, portanto, é como caracterizar de modo mais preciso essa representação, que é sempre o resultado de uma interpretação, porque a interpretação é uma imagem do passado. Assim, se fizermos uso da compreensão do autor para pensarmos as elaborações dos fieis de Francisca na permanência dos atos simbólicos de adoração, temos que são reminiscências, continuidades, e também construções que se fazem por influência de interesses do presente, resultando disso representações que mantêm o mito atualizando-o. portanto, é uma elaboração que parte dos interesses dos elaboradores, podendo aproximar-se da ficção.

De acordo com Ricoeur a escrita histórica faz parte dos caminhos do vivido e do lógico como já mencionado anteriormente. Onde temos a ferramenta da intriga narrada enquanto parte de uma imitação (mimese) da ação. Logo, a “experiência vivida” é reconstruída e resultado do ato da “intriga” que não é uma imitação idêntica do real, uma vez que se encontra do campo de uma imitação criadora, o que nos dá a certeza de que a narrativa histórica não pode ser pensada enquanto uma representação do que de fato se passou. Ela faz parte de uma engrenagem que representar uma ação construída pelo sujeito. O controle de seu caráter ficcional é o fato de a atividade mimética não terminar no texto poético ou na obra de história. Ela se dirige e se realiza no espectador ou leitor. Ela retorna ao vivido. *“O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal”*(RICOEUR, 2007).

O tempo atual, marcado pelas mudanças, transformações e destruições, contrasta com outros tempos: o das permanências, da continuidade e da memória. Portanto, são as memórias que compõem anamorficamente a realidade da cidade a partir das experiências de vida, das maneiras de se relacionar, de se encontrar em meio a pluralidade de vozes, principalmente quando se relaciona o cotidiano das pessoas com as práticas desenvolvidas por seus antecedentes, possibilitando lançar um olhar no passado a partir dos olhares do presente, transformando uma história deles em algo comum, algo presente, chegando até nós essas condensações de tempo, esses deslocamentos de nomes, provocando modificações sensíveis em nossa percepção(JAREK, 2007).

Como foi dito anteriormente, a memória é fruto de um trabalho e de uma luta entre o lembrar e o esquecer e, nesta luta, nos deparamos com a possibilidade de uma formação das identidades que irá depender tanto da compreensão das características próprias como também do sentido de pertença, de ser membro de uma coletividade. Afinal, “o que seria desse ‘eu’, se não fizesse parte de uma ‘comunidade afetiva’ de um ‘meio efervescente’ – do qual tenta se livrar no momento em que ‘se lembra’ (HALBWACHS, 2006, p. 12)?

A partir de diálogos interdisciplinares discutimos nesse capítulo a relação entre patrimônio cultural e Estado, com ênfase aos usos, as políticas e práticas que os representantes do setor público, tanto aqueles ligados à prefeitura de Patos, como ao Governo do Estado da Paraíba por intermédio da secretária de turismo do Estado, estabeleceram na edificação do Santuário da Cruz da Menina em 1993. Em paralelo a isso foi que também, dirigimos nosso olhar para os papéis que os mesmos exerceram no uso desse patrimônio, e a isso articularam a história de fé dos habitantes de Patos e fieis da menina Francisca.

1.2 IPHAN - da criação à atuação.

Para chegarmos a tal momento, achamos importante fazer uma fotografia do quadro nacional no que se refere ao Patrimônio Cultural, seus limites, avanços, espaços e campos de discussão hoje em dia.

O projeto de criação do SPHAN foi baseado em um anteprojeto elaborado por Mario de Andrade a pedido do Ministro da Educação (1934 a 1945) Gustavo Capanema, vejamos então parte do depoimento do mesmo:

Nos princípios de 1936, sendo ministro da educação, e às voltas que então já andava com os nossos múltiplos assuntos culturais, lembrou-se de mandar fazer levantamento das obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder dos particulares, na cidade do Rio de Janeiro. Estava a ponto de contratar competente pintor brasileiro para essa tarefa. Mas, vi que isto só, sendo embora coisa relevante, não teria o sentido compreensivo e geral de um cometimento de tal natureza. Urgentemente necessário era preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas obras de arte de pintura. Mediante um conjunto de procedimentos que não se limitasse à capital federal, mas abrangesse o país inteiro. A idéia, deste modo, se transforma num programa maior que seria um serviço nacional, para a defesa do nosso externo e valioso patrimônio artístico, então em perigo não só da danificação ou arruinamento mas, ainda, em grande numero de casos, de dispersão para fora do país. Como pôr mãos á obra de empreendimento tão difícil? Como transformar o pensamento que me seduzia num sistema de serviço público?⁸

Vendo o ministro a necessidade de se elaborar algo que contemplasse a questão do patrimônio artístico, resolve então convocar os serviços de Mario de Andrade para tal realização. Em poucas semanas Mário de Andrade vai ao Rio de Janeiro e apresenta um projeto ao secretário Capanema (Revista IPHAN Nº 31, 1980). Nesse projeto Mário criava SPAN - Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, definindo patrimônio como: todas as obras de arte ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

O Ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, acrescentou o termo histórico, passando a ser: o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por

⁸ Trecho de depoimento de Gustavo Capanema em: Revista IPHAN Nº 31 Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória, Brasília 1980.

seu excepcional valor arqueológico ou etnocêntrico, bibliográfico ou artístico (OLIVEIRA, 2002).

A direção do SPHAN⁹ coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade até 1967, conhecida como fase heróica do SPHAN, indicado pelo próprio secretário da educação, vejamos:

Optei pelo nome de Rodrigo, eu o conhecia de perto e de longa data. Aos meus olhos, ele estaria em tais circunstâncias, em primeiro lugar, fosse qual fosse o paralelo. Não apenas por ser um homem de rara cultura, jornalista, escritor de primeira ordem, nem por ser militante no exercício de uma advocacia de mais alto nível intelectual e moral, nem por já ter dado prova da maior aptidão como gestor das coisas publicas. Para nós da sua geração mineira, a figura de Rodrigo, com aquela alma há um tempo mansa e severa, dedicada e positiva, risonha e inflexível com aquele seu tom sábio e conclusivo, com aquela sua capacidade de compreender, de raciocinar e de julgar, passou a ser a de um mentor, no mais alto sentido da palavra, todas as circunstâncias e problemas da nossa vida particular ou pública¹⁰.

Durante esse período podemos perceber uma concepção de patrimônio calcada num passado heróico e fatos referentes a uma só raça formadora da nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residências senhoriais e os palácios ostentadores de um poder centralizado e oligárquico. Estabelecendo uma política preservacionista dos bens culturais mais relacionados com a parte arquitetônica, os chamados “de pedra e cal”, como também obras de arte e da cultura representativa dos símbolos do poder constituído.

Fica evidente que a idéia de patrimônio de pedra e cal foi muito forte, se fazendo presente na relação estabelecida pelo poder público no Brasil.

Política que se estabeleceu pelo resto do país, passando a direcionar a concepção de patrimônio onde a valorização pela “pedra e cal” foi privilegiada. Transpondo essa lógica para nossa análise, é perceptível que na cidade de Patos, enquanto parte desse corpo maior, a influência não foi diferente, trabalhando em cima dessa concepção de patrimônio que necessita

⁹ É interessante percebemos que o SPHAN nasce dentro de uma concepção modernista que está relacionada à identidade nacional. Sendo talvez o SPHAN, dentre as várias instituições criadas nesse período pelo estado a que mais absorveu esses conceitos.

¹⁰ *ibid*, 2002, p. 27.

monumentalizar para respaldar a crença enquanto patrimônio. Sendo assim, encontramos na própria política desenvolvida pelos agentes políticos da cidade a apropriação dessa “tradição” que se evidencia por meio da construção de um Parque onde a estrutura arquitetônica acaba damacando aos olhos desses agentes mais do que a simbologia que nela está representada. Um parque voltado ao religioso, originando-se de uma tradição de cunho popular religioso que edificou laços de identidade em torno da história de dor e sofrimento da menina Francisca, a qual após sua morte passou a ganhar o *status* de santa, “santa Francisca”, “menina Francisca”, “santa de Patos”, tendo surgido a princípio como homenagem de um dos fieis que erigiu uma capela em lugar mais tarde é apropriado pelo poder público, ganhando dimensões de parque turístico e santuário religioso. Espaço este que não apenas preserva e, tem, mas cria marcas, não apenas na mente das pessoas, em sua fé, mas também na própria cidade, a ponto do município ver a necessidade de criar leis em benefício do parque e, assim ao fazer, acaba também ampliando a história da menina.

A partir de 1967, já na administração de Renato Soeiro à frente do SPHAN, teremos uma renovação na política de trabalho de tombamentos, passa-se a valorizar mais os tombamentos de conjuntos, talvez resultado do processo de industrialização crescente no Brasil nos fins da dec. 50 e pelas décadas de 60 (OLIVEIRA, 2002). Nesse momento temos um florescimento da exploração do turismo, haja visto, que o turismo assumiu um novo *status* em nossa sociedade, passando a ser considerado uma nova forma de geração de renda e de empregos, portanto, produtora de desenvolvimento – data desta época a criação da EMBRATUR¹¹. Entretanto, essa exploração turística já era algo bastante conhecido em outros países e, acima de tudo, era uma forma de geração de recursos para a preservação/conservação dos objetos históricos. Essa preocupação de olhar o patrimônio cultural, a partir de uma necessidade que está ligada ao desenvolvimento de atividades turísticas, propulsora de renda, já se faz presente nas cartas

¹¹ A Embratur é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o ‘Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil’ como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/. Acessado dia 30/08/2011 às 23h.

patrimoniais redigidas por ocasião das reuniões da UNESCO¹² onde, freqüentemente, faz-se referência à necessidade de associar patrimônio cultural às políticas de desenvolvimento do turismo (UNESCO apud TAMASO, 2002).

A partir daí, então, verifica-se que no âmbito nacional estava dado o tom da política cultural e da preocupação com o patrimônio. Uma política definida via desenvolvimento do mercado turístico e uma preocupação que, por mais que se levasse em conta as questões culturais, terminou por obedecer aos mesmos padrões da escolha realizada pelo IPHAN no tocante a preservação do patrimônio, ou seja, viés turístico, tentando dar resposta ao rápido crescimento das cidades (OLIVEIRA, 2002).

Neste mesmo momento temos a instituição do Decreto-Lei Nº 66.967, de 27 de julho 1967, que dispunha sobre a organização administrativa do ministério da educação e cultura que em seu artigo 14 transformava a Diretoria do Patrimônio e Artístico Nacional em instituto-IPHAN(TAMASO, 2002).

Percebemos que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde o ano de sua criação, baseia-se em legislação específica para a gestão dos bens culturais nacionais tombados.

Suas disposições legais, tidas como as mais importantes estão incluídas no Decreto-Lei nº 25, que cria o Instituto do Tombamento, na Lei de Arqueologia nº 3.924/6, nas atribuições contidas na Constituição Federal - Art. 215 e 216, no Decreto nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, nas normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país, e no Decreto nº 5.040, que aprova a estrutura regimental do Instituto, entre outros.

Também faz parte de seus parâmetros legais: a legislação nacional específica que trata sobre a preservação de bens culturais, cartas, declarações e tratados nacionais e internacionais, além de outros instrumentos legais, tais como as legislações que tratam de questões ambientais, de arqueologia e de turismo cultural¹³.

¹² Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. Fundada em 16 de Novembro de 1945 com o objectivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

¹³ <http://www.iphan.gov.br>. Acessado dia 05/08/2011 às 17h.

Em 31 de março de 1971 teremos a fundação de um órgão estadual voltado exclusivamente para a preservação do patrimônio Paraibano, fruto do Decreto-Lei n 5.255, assinado pelo então Governador Ernani Sátiro, embora que desde 1938 já tivesse ocorrido na Paraíba tombamentos como, por exemplo, em Cabedelo-Fortaleza de Santa Catarina; Ingá – Itacoatiaras do Rio Ingá; Lucena- Capela de Nossa Senhora da Guia, entre outros (OLIVEIRA, 2002).

O decreto-lei nº 7.819 de 24 de outubro de 1978, dispõe sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no estado da Paraíba, editado 7(sete) anos após a fundação do IPHAEP¹⁴, dando força de lei ao Instituto para, a partir daquele momento, respaldado legalmente, buscar a defesa do patrimônio estadual paraibano (TAMASO, 2002).

Mas, além de tudo, determinava e referendava o IPHAEP como agente sacralizador do patrimônio histórico paraibano através dos decretos de tombamento.

A preservação do patrimônio cultural é uma prática social, que implica um processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material como também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade a partir de critérios que variam no tempo e no espaço (FONSECA, 2003, p. 67).

Em fins da década de Sessenta, seguindo recomendações oriundas de eventos nacionais, entram em cena as agências estaduais para a preservação do patrimônio como, por exemplo, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo). A publicação de um anexo do Compromisso de Brasília, originária do Primeiro Encontro de Governadores de 1970, assinado por Lúcio Costa, nos diz das intenções e dos rumos pretendidos: *“é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à DPHAN, para que assim participe diretamente da obra penosa e benemerita de preservar os últimos testemunhos desse passado, que é a raiz do que somos – e seremos”* (CAMARGO, 2005).

¹⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. O Iphaep foi criado no dia 31 de março de 1971, pelo então governador Ernani Sátiro através do Decreto nº 5.255. Foi instituindo no sentido de resgatar e preservar a memória da Paraíba, através do cadastramento e tombamento de bens móveis e imóveis que possuam reconhecidos valores históricos, artísticos, culturais, arqueológicos, ecológicos e paisagísticos para a Paraíba. O órgão estadual funciona em um sobrado da Av. João Machado, nº 348, em João Pessoa, e está vinculado à Secretaria de Cultura do Estado

Vemos que este esforço foi disseminado por todo o país e o Iphan, em parceria com os Estados, mobilizou os governos municipais. Com o quadro do patrimônio cultural consolidado e esta mobilização junto aos novos governos municipais foi possível constituir uma base de ação efetiva para a consolidação de uma política e um sistema nacional de patrimônio cultural (CAMARCO, 2005).

Em uma tentativa clara de ampliar e complementar o campo do patrimônio foi promulgado, em 2000, o Decreto 3551 (BRASIL, 2000), que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, e que insere a possibilidade de registro e salvaguarda do chamado patrimônio intangível.

Art. 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio Cultural Brasileiro.

Parag. 1º - Esse Registro se fará por meio de um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras praticas da vida social;

III – Livro de Registro das Fontes de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro de Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem praticas culturais coletivas.

Essa nova versão surge como resposta às críticas apresentadas pelos países de cultura não-européia ao quadro conceitual sobre o qual são tradicionalmente desenvolvidas as políticas de patrimônio.

A legislação nacional prevê o registro do patrimônio imaterial como forma de salvaguarda e preservação das práticas culturais significativas para a identidade e memória nacionais das gerações futuras e entre os bens registráveis estão as festas populares, que constituem um recurso cultural dos mais significativos (CAPONERO & LEITE, 2010).

As políticas públicas brasileiras, assim como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estão preocupadas com a continuidade da

transmissão do patrimônio imaterial e procuram cada vez mais sistematizar conhecimentos e documentação sobre esses bens culturais, propondo a salvaguarda através de seu reconhecimento como patrimônio, mas ainda é um desafio a efetivação desse processo nas esferas mundial, federal, estadual e municipal.

1.3- Memória e patrimônio: caminhos em construção

A nova política de preservação tem provocado interesses de inúmeros pesquisadores. Os historiadores, sobretudo, têm olhado para a questão do patrimônio como mais uma possibilidade no mercado de trabalho. O caso em questão, buscando dialogar com o campo do turismo.

O patrimônio, então, passa a ser visto e apreendido, não mais como privilegio de uma única classe, passa a ser também desfrutado pelas classes populares, de um tempo mais recente, da arquitetura vernacular e da cultura intangível das várias etnias, tornando-se mais social, mais secular. Expandindo-se espacialmente, tendo em vista que também as pessoas começam a ter/ser parte desse patrimônio (LOWENTHAL apud TAMASO, 2002).

Nesse tocante visualizamos a entrada desses novos agentes, que, no caso em questão, habitantes de Patos, fieis e visitantes que a cada momento se vêem como integrantes participativos e criadores de sua cultura, moldando com novas sensibilidades os bens culturais adquiridos e reconfigurados, transformados conforme o momento e suas necessidades. Sendo possível observar a miscelânea de atos, gestos, credos, comportamentos que se apresentam entre os visitantes, fieis e romeiros que vão ao santuário religioso da Cruz da Menina. E foram justamente esses agentes que passaram a ser ouvidos e vistos, a terem sua marca representada e tida como importante para o desenvolvimento e para a criação do patrimônio cultural nos últimos tempos, embora saibamos que, em grande medida, essa participação e suas criações são regidas e/ou controladas por agentes outros, por interesses outros que se distanciam sobremaneira das classes populares.

Ao entrarmos em contato com o trabalho de Maria Cristina Caponero e Edson Leite sobre a questão do patrimônio cultural imaterial, onde, os mesmos, fazem um estudo a respeito das festas populares, vistas enquanto domínio da cultura do qual emergem as identidades que singularizam grupos humanos e sociedades inteiras, vimos que as percepções sobre esses ritos simbólicos vêm ganhando importância social, política e econômica e assim vêm sendo assunto de

diversos debates a partir da preocupação acima. Debate que vem ganhando espaço nos centros universitários, passando a adquirir um contorno onde à preocupação em conhecer e estudar a cultura a partir de um novo ângulo e com novas preocupações está levando ao crescimento do conhecimento sobre o nosso patrimônio imaterial enquanto possibilidade de se auto conhecer. Segundo Arantes(apud TAMASO, 2002, p.131) *os patrimônios imateriais são as referências das identidades sociais, são as práticas e os objetos por meio das quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade.*

Discussão esta que já se fazia presente entre alguns intelectuais no Brasil¹⁵, mesmo antes da instituição do Decreto de nº 3551 de 2000, como é o caso de Mário de Andrade e outros modernistas, muito antes do surgimento da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Gonçalves Dias (apud CAPONERO, LEITE, 2010, p. 106), ao pensar na importância das diversas referências culturais enquanto patrimônio questiona:

Qual a vantagem enfim de entendê-los como,, patrimônios? Eu arriscaria dizer que, à luz dessa categoria, aquelas instituições, ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídos e reproduzidos no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos, reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados). O sentido fundamental dos patrimônios consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora.

Neste contexto, a formulação na concepção de patrimônio cultural, agora enquanto possibilidade de algo imaterial entra como possibilidade de manter, através de seu registro e de salvaguarda, parte da nossa cultura popular, considerando-se a cultura do ponto de vista antropológico como um conjunto de códigos que permite aos grupos humanos pensar, classificar,

¹⁵ Vale salientar que o conceito de patrimônio imaterial, embora sem esse nome, existe desde a criação do IPHAN.

agir e interagir no mundo. Essa atitude parece fundamental para a continuidade das práticas populares e registros destas para a posteridade.

Pensando a partir dessa reformulação conceitual e jurídica, o exemplo das festas populares, constituídas como manifestações culturais que contribuem para a afirmação da identidade cultural da sociedade, passíveis de serem registradas como patrimônio imaterial, vem ganhando espaço não apenas na academia, mas também na legislação brasileira.

Sendo assim, entender a questão do parque turístico religioso cruz da menina e, conseqüentemente, as manifestações religiosas populares dos habitantes e fieis em sua construção e reconstrução diária, do seu contato com o parque, com a história da menina que também passa a ser parte da história da própria cidade, como possível de ser interpretada e lida como patrimônio cultural imaterial, mesmo ainda não tendo sido feito o tombamento, é algo totalmente possível e válido, haja visto que, o patrimônio é algo vivido e compartilhado, pois, conforme o decreto de nº3.551/2000, temos a definição do patrimônio cultural imaterial como “os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam (CAPONERO, LEITE, 2010) é pensar o patrimônio cultural enquanto parte do trabalho da memória que está arraigada aos grupos que a produzem, dando-lhes sentido e significado. Se fazendo presentes para a compreensão e formulação de identidade de uma nação. Sendo, pois, o patrimônio uma identidade cultural arraigada de significados e sentidos e rica em toda a sua plenitude e idiosincrasias.

Com essa iniciativa, o Brasil procurou estabelecer um conceito de memória e de história que buscava transcender os tradicionais conceitos de patrimônio e, principalmente, que incluísse em seus discursos as experiências dos demais grupos sociais, marginalizados pela antiga concepção de patrimônio que se fundamentava em imóveis herdados do período colonial e representativos de uma minoria social elitizada (GIOVANAZ, 2011).

A ênfase fundamental dessa nova política situa-se na diversidade cultural. E tem como seu foco não apenas os bens, mas também os processos, procurando identificar como, nos diferentes contextos culturais, é produzido, valorado e preservado o que seria o patrimônio cultural de cada comunidade. Nesse sentido, as ações de identificação, documentação, referenciamento e valorização, adquirem importância estratégica nas políticas de patrimônio cultural e só podem ser conduzidas com a participação daqueles que criam, não só objetos e edificações, como também

formas menos perenes e visíveis, mas não menos significativas, como referências identitárias de manifestação cultural (GIOVANAZ, 2011).

Sendo assim, o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural¹⁶ (SNPC) deve propor formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural. Nas discussões realizadas até o momento, considerou-se que a proposta deve avançar em três eixos: Coordenação: definir instância(s) coordenadora(s) para garantir ações articuladas e mais efetivas; Regulação: estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, Fomento: incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos.

Centradas nas noções de monumento histórico e de preservação, a primeira coisa que se torna possível ressaltar são as aspirações de continuidade, nos estados, da política do órgão federal, desse nosso passado eterno, pensando em termos estaduais, dessa raiz ou identidade estaria excluída a imensa maioria da população. Por outro lado, o patrimônio gerado pela industrialização, àquela altura, quase secular na cidade e em diversas áreas, não teria, dentro deste discurso, qualquer significado simbólico (CAMARGO, 2005).

Ficam, no entanto os desafios: como abordar esses “novos patrimônios”? Como intervir sem comprometer a sua dinâmica própria, em prol de usá-lo para fins turísticos, uma vez que o processo de tombamento de um patrimônio imaterial ou material é também o processo muitas vezes de “criação” no campo discursivo deste patrimônio? Como tratar com equidade o que se caracteriza pela diversidade? Como registrar e não produzir um “congelamento” desses processos?

1.4- Representações de uma história, do visível ao dizível

¹⁶ Em 08 de agosto de 2008, foi promovido o I Encontro de Órgão de Patrimônio em Brasília com a participação de 24 órgãos estaduais e todas as superintendências do Iphan bem como sua direção. Foi um encontro técnico de 100 pessoas onde se discutiu em grupos os cinco principais temas para a constituição de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Em outubro, após a resposta de 24 estados ao quadro do patrimônio cultural foi realizada uma sistematização das informações e foram promovidas pelo Iphan cinco Oficinas Regionais uma em cada região do país para apresentar os resultados e promover um aprofundamento da discussão realizada em agosto a partir dos mesmos grupos descritos acima. O SNPC tem como objetivo propor formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural. <http://portal.iphan.gov.br/>.

Analisando o uso das memórias dos fieis, romeiros, moradores e visitantes da menina Francisca pelo setor público, encontramos nesse a manipulação de sentimento que serve para justificar a edificação do Parque Turístico Religioso. Memórias que ao mesmo tempo em que nos possibilita demonstrar as práticas, crenças e ritos que dialogam com uma história de pertença que faz com que esses atos sejam lidos enquanto bens culturais, sem esquecer, é claro, das memórias daqueles que foram os responsáveis pela elaboração das políticas públicas de manutenção deste patrimônio cultural. Também nos possibilita ver o trabalho de lapidação a que foram submetidas essas memórias pelos agentes políticos até a formatação de uma idéia una e comum que desembocasse na edificação do parque turístico religioso.

Fazendo sempre uma abordagem que contemple o entendimento de que a disputa entre a memória e o esquecimento é mediada pelo ato de escolher, e nessa escolha, em grande parte cabe aos poder público que elabora e organiza essas memórias, muitas vezes forjando identidades, escolher o que permanece e/ou o que se apaga, não sendo essa uma ação desprovida de neutralidade, pelo contrário, está inserida dentro de um jogo de interesses no qual se seleciona as memórias tidas e aceitas como importantes para manutenção de uma identidade já construída ou para a criação de uma nova identidade. Sendo assim, “*A memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora resignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser dito*” (GOMES apud FERNANDES; FILHO, 2011, p.26).

Nesse processo de construção, reconstrução e edificação ao longo da história, as tentativas de construção de uma memória social sempre passam por um julgamento do passado, visto como inferior ao presente (CAPONERO; LEITE, 2010).

Como estamos tratando de construção, vejamos um trecho do depoimento dos dois agentes políticos responsáveis pela edificação do parque.

A oportunidade de poder resgatar a história, pelo simples fato de acontecer, já é motivo de sobra para consolidar a satisfação. Tivemos, é bem verdade, o contentamento de, coincidentemente ou não, poder executar um projeto determinado para que uma aspiração do povo de Patos chegasse a ser eternizada. (...) Quis Deus que fossemos governador e prefeito para que o sonho se transformasse em realidade. Quem sabe tenha sido um milagre da razão,

representada na pureza de uma criança mártir. (...) O Parque Cruz da Menina é um exemplo de fé, orgulho do povo patoense e, para nós, um motivo de contentamento pela crença que conduz aos caminhos divinos, destinados aos seres humanos portadores de ideologias e costumes identificados na características dos verdadeiros filho de Deus¹⁷

Aqui encontramos o depoimento, tanto do ex-governador do Estado Ronaldo Cunha Lima e do ex-prefeito de Patos Ivânio Ramalho que, durante seus mandados, foram responsáveis pela execução do projeto de autoria do então deputado Edivaldo Motta, alegando estarem atendendo a demanda e anseios da população. O mesmo discurso encontramos na fala da Deputada Francisca Motta à Revista Cruz da Menina, de autoria de Damião Lucena, com o apoio da prefeitura de Patos.

Vejamos então o que nos fala Francisca Motta:

Setenta anos após o bárbaro assassinato de Francisca, consolidamos uma das obras mais importante no referencial patoense, o Parque Cruz da Menina(...) hoje, na condição de representante Legislativa, me congratulo com os responsáveis pelo lançamento deste trabalho editorial que muito contribuirá no processo cultural das gerações, revitalizando a história pela manutenção da memória(...) que a menina Francisca constitua a permanente chama de esperança daqueles que, apesar das adversidades, não desistem jamais (MOTTA apud LUCENA, 2003, p.23).

Também temos, nessa mesma, revista um depoimento do atual prefeito de Patos, Nabor Wanderley que vai na mesma direção dos demais discursos que buscam instituir a santidade de Francisca que usa sua história como ponto de convergência identitária religiosa, então, vejamos:

Na pureza da inocência, Deus se faz presente, consolidando na pequena mártir um ponto de convergência, reunindo pessoas que buscam na oração a cura de todos os males(...) o Parque Cruz da Menina constitui uma chama de esperança, referência de Patos no contexto mundial, símbolo de fé e devoção, espaço ímpar de divulgação da história sertaneja (WANDERLEY apud LUCENA,2010,p.02)

¹⁷ Revista Histórica A Cruz da Menina – Trecho do depoimento do ex-prefeito de Patos Ivânio Ramalho, 2003.

Antes mesmo deste momento, voltando um pouco no tempo, podemos encontrar nos jornais da época, a felicidade do então prefeito de Patos Ivânio Ramalho ao receber das mãos do governador essa construção:

O prefeito Ivânio Ramalho(PMDB) de Patos, visivelmente satisfeito com a ação do governo Ronaldo Cunha Lima(...). O Parque Religioso Cruz da menina(...) É uma obra espetacular pela sua história e pelo monumento técnico e arquitetônico que ela vai representar, ligado logicamente a todo sentimento histórico do projeto¹⁸.

Seu depoimento sustenta-se numa concepção tradicionalista da história como algo que representa o passado tal qual, um passado que exalta uma identidade para o presente que atende aos interesses do presente, apoiando-se no apego religioso dos habitantes e fieis que perpetuam no presente uma imagem do passado e, ao mesmo tempo, criam para si imagens novas, num pincelar constante. Todos esses elementos são criadores dos sentimentos de continuidade, de preservação. Por essa razão, o setor político no período de 90, aqui representado nas figuras de Ivânio Ramalho, Ronaldo Cunha Lima, busca dar a essa manifestação um espaço de concretude material.

A re-interpretação do passado, sugerida por Damasceno, passa impreterivelmente pela rediscussão dos conceitos de tempo e memória. Para Derrida (1988), essa reconceitualização significa abdicar da noção de linearidade temporal e substituí-la por simultaneidade. No momento em que nos lembramos de algo, o que era passado torna-se narrativa e articula-se no presente, sendo, portanto, simultâneo a este presente. E o que seria futuro é apenas uma especulação, podendo ser articulado apenas no discurso, o que também o tornará presente (PENA, 2007).

Se observarmos os posicionamentos do ex-prefeito de Patos, do ex-governador, da deputada Francisca Motta e do atual prefeito de Patos, Nabor Wanderley, podemos perceber que eles partem da ausência para fundar uma presença, a escrita leva o significado sempre para a posteridade. Nesse sentido, rompe com a idéia de linearidade temporal, já que o instante original das formulações jamais seria atingido, pois ele não estaria no passado, mas na sua re-interpretação no presente, prevalecendo a idéia de simultaneidade, de presentificação do tempo (PENA,2007), logo percebe-se em suas falas que, os mesmos, tendem a apropriar-se da memória

¹⁸ Editorial do Jornal Correio da Paraíba, 24 de outubro de 1993.

presente na vida dos habitantes e fieis, uma história construída com base num mosaico discursivo conforme nos relata Mariana Medeiros(1997), em trabalho apresentado para título de mestre, apresentando uma visão que coloca as narrativas em torno da história da menina Francisca, como resultado desse mosaico, onde encontram-se vozes que vêm das camadas populares, das autoridades políticas e jurídicas, dando cada um sentido e uma versão para a história instituída de dor e sofrimento de uma criança que teve sua vida roubada pela maldade de seus padrinhos. Corroborando com essa visão, Ecléa Bosi coloca que “a memória política, ao ser invocada, não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada nas experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra(...). Por mais natural que possa parecer, essa memória é uma construção que se atualiza no presente e projetasse para o futuro” (BOSI apud CHAGAS, 2003, p. 143).

Memórias que se justapõem, que se atualizam e recriam novas paisagens nesse quadro pintado no presente com leitura do passado, como por exemplo, o caso narrado na reportagem do Diário da Borborema¹⁹ onde encontramos fragmentos de relatos de memórias que foram ao longo dos tempos sendo usadas para consolidar a santificação e mistificação da história da menina Francisca. Relatos que consolidam os milagres que foram surgindo como, por exemplo, o de seu Justino, responsável pela construção da primeira capela erguida em homenagem à Francisca como forma de agradecer por uma graça alcançada; ou o caso de seu Francisco de Assis, parente do marido de Dona Odília, que teria sobrevivido a seis tiros na cabeça graças a lembrança da menina Francisca durante o acontecido. Teremos também em “A Cruz da Menina, Uma História de Fé” do escritor e jornalista Damião Lucena, relatos que ainda continuam a perpetuar a história da construção da capela erguida em 1929 por Justino. Então vejamos:

Uma cruz foi colocada
 onde corpo foi achado
 o lugar bem visitado
 muita gente lá passava
 em frente ajoelhava
 prá rezar, fazer pedido
 o povo era atendido
 na fé da religião
 crescia pelo sertão
 o milagre acontecido

¹⁹ Editorial do Jornal Diário da Borborema, 11 de fevereiro 1983.

A capela foi erguida
 seis anos depois da morte
 porque a seca foi forte
 a população sofrida
 a falta d'água sentida
 por gente grande, menino
 foi quando José Justino
 no ano anterior
 cavou cacimba e achou
 a água bebeu sorrindo .(LUCENA, Damião. “Cruz da Menina, Uma História de Fé, p. 8, versos, XLV, XL e VI).

Nessa mesma trilha encontramos Antônio Américo, relatando no cordel: “História Completa da Cruz da Menina” uma das histórias mais conhecidas e antigas sobre os milagres de Francisca, qual seja: o milagre que Francisca realizou em um homem americano que convalescendo de uma doença misteriosa, numa certa noite sonhara com uma menina que lhe falou: “*you será curado, mais tão logo isso aconteça você terá que ir ao meu santuário e lá deixar seu ex-voto na minha cruz*”. Curado, o americano vai até Patos cumprir o “acordo”. Esse suposto milagre lança para muito além das fronteiras de Patos a crença em Francisca. Vejamos então como o cordelista o apresenta:

No caso mais lembrado
 um senhor Americano
 que vivia o desengano
 de ter um pé aleijado
 depois de haver sonhado
 na madrugada acordando
 viu a menina voando
 dizendo que pro seu pé
 ficar bom tivesse fé
 continuasse rezando

Pela fé foi dominado,
 sua promessa foi feita
 no divino bem aceita,
 do pé acabou curado
 rumo à Patos vechado
 com apoio da família
 encontrando dona Odília
 que a capela zelava
 a sua história contava,
 trouxe o pé de mobília.(MEDEIROS, “História completa da Cruz da Menina”, p. 9, versos, L, LI).

Memórias como estas que sobrevivem ao tempo e, neste sentido, tornam-se parte de uma construção diária que liga tanto os moradores como fieis, romeiros e visitantes à história da criança morta e santificada no imaginário popular. Imagens construídas, trabalhadas, edificadas e apropriadas pelos vários agentes que delas fazem uso, seja para si, seja para outros, seja para todos. Essas mesmas memórias, frutos de um uso diário, também trazem consigo significados que dão materialidade a algo até então imaterial, produto que passam a ser usados e manipulados, seja pelos moradores de Patos, fieis, romeiros, autoridades ou políticos, cada um a seu modo insere-se na história, (re)produz a história, logo, criam materialidade aos sentidos e imaterialidade aos objetos que passam a ser imbuídos de significados além de sua materialidade em um processo de hierofanização²⁰(ELIADE, 1992). Logo, verifica-se que a história de dor e sofrimento de uma criança, transforma-se em produto de identidade religiosa que em sua particularidade une uma cidade, uma região, um grupo, transformando-se em produto de uma cultura popular e consecutivamente em bem cultural de um grupo.

Nestas condições vemos que o Patrimônio pode ser pensado enquanto possibilidade, não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Sendo assim, essa categoria faz a mediação sensível entre os seres humanos e as divindades, entre o passado e o presente, entre mortos e vivo, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existindo apenas para representar idéias e valores abstratos, mas, serve também como ferramenta que constrói e molda as pessoas (ABREU; CHAGAS, 2003).

Mais de que um sinal descritivo a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio, em suas variadas representações, parece confundir-se com diversas formas de autoconhecimento cultural (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 29).

Do ponto de vista dos devotos, o Patrimônio Religioso aqui destacado é pensado não exatamente como um símbolo de realidades espirituais, nem, necessariamente, como

²⁰ Por hierofania, Mircea Eliade entende o ato de manifestação do sagrado. A história das religiões tem um número considerável de hierofanias, ou seja, todas as manifestações das realidades religiosas. É isso o que explica o sagrado manifestando-se em pedras, animais, árvores etc. Não são as pedras, as árvores, os animais, os objetos que são adorados, mas sim o que eles representam para a coletividade. Observe, por exemplo, uma cruz: ela é um pedaço de madeira como tantas outras peças feitas da mesma madeira. Contudo, no processo de hierofanização, a cruz adquire valor sagrado, ou seja, serve para exorcizar espíritos maléficos. Nessa mesma linha de raciocínio podemos incluir a adoração das vacas na Índia.

representação de uma identidade étnica, mas como forma específica de manifestações divinas da Menina Francisca.

O que importa para os fieis de Francisca, direta ou indiretamente, é assegurar a continuidade de um processo de (re)produção, preservando os modos de fazer e o respeito a valores, como o do ritual religioso em homenagem a criança como ferramenta para conseguir uma graça, mesmo não tendo em mente, diretamente, que sua prática tem a função de continuidade e criação, que faz parte e constitui um “saber compartilhado”(HARTOG, 1999). É um bem cultural da cidade como também deles próprios.

Como fruto da apreensão de significados importantes e da interpretação desta manifestação cultural cotidiana, a vivência das pessoas da comunidade e a interpretação histórica do santuário, são fatos a serem integrados. O santuário é espaço para oração de alguns e para a fruição prazerosa e intelectual de muitos (MENESES, 1992, p. 19).

Em relação a espaço de oração, fica evidente a participação de pessoas que vêm de vários lugares para adorar a menina Francisca, conforme percebemos em visita ao Parque onde avistamos, ainda da Br 230, a presença de romeiros através dos ônibus estacionados na entrada do Santuário, quando de minha chegada eram 5, algumas vans e carros de passeio. Alguns com placa de Patos, outros, de cidades vizinhas, se unindo no interior do parque e formando uma pequena peregrinação de populares e romeiros que visitam o local - pessoas as mais variadas, homens, mulheres e crianças, que por motivos diversos vêm ao local. Uns para conhecer, outros para orar e agradecer. Impressionam-me alguns idosos que para se locomoverem necessitam da ajuda dos mais novos, dos amigos ou familiares. Numa demonstração de superação e fé, mesmo não conversando com eles, percebemos em suas atitudes uma devoção impressionante. Vale salientar que estávamos no mês de setembro, mês de comemoração da padroeira de Patos - Nossa senhora da Guia – momento bem mais fecundo para realizações de orações por parte dos católicos que, também, são fieis de Francisca. O santuário recebe nesse momento um número pequeno de romeiros se comparado com outros lugares de romaria. Porém, significativa para o atual momento em que se encontra o santuário(...) ²¹ e na comparação com outros lugares de romaria.

²¹ Pesquisa de campo realizada dia 12/09/2010, num domingo de manhã, dando continuidade a pesquisa iniciada, 5 meses antes de ingressar no programa de pós-graduação de História da UFCG.

Em meio aos romeiros, trazemos para a pesquisa trecho de nossa conversa com dona Libânia Alexandre²², moradora da cidade de Cajazeiras, em sua segunda visita ao Parque Religioso, que desde criança ouvia falar, onde muitos amigos e familiares já haviam estado, fizeram suas preces e tiveram graças alcançadas. Dona Libânia Alexandre da Silva(2011)²³ nos fez o seguinte relato: *“desde criança creio em Francisca, na menina Francisca, ela é muito conhecida e admirada em cajazeiras, é algo muito forte seu poder, sua história. Há lá uma grande admiração por Francisca lá”*. Em companhia de Libânia estavam a irmã e a sobrinha que visitavam pela primeira vez o santuário. Segundo nos relata Libânia, uma de suas amigas alcançou uma graça, ela sofria com uma moléstia em um de seus dedos e após a irmã desta ter feito uma promessa à menina Francisca, ela ficou curada, o nome da realizadora da promessa era Albertina. Logo, verificamos um sentimento de identificação de dona Libânia com a história de Francisca, história que cria um lugar diferenciado, uma história que serve como confirmação de verdade para o poder que foi imbuído a menina após sua morte. Vemos aqui a continuação e recriação de um bem cultural que vai passando de geração a geração. Primeiro ela escutava dos mais velhos sobre a menina Francisca, depois ela mesmo busca conhecer a trajetória dessa criança, e, dando continuidade, passa a rescrever essa história com novos lugares, transformando-se em mais um agente de continuidade ao levar sua irmã e sobrinha. Torna-se uma tradição mediadora a partir de quem passa de uma para outra geração. Tradição aqui entendida como um processo vivo e dinâmico, sem ser um dado acabado em si mesmo.

A observação do cotidiano dos fiéis funciona como instrumento de mediação entre o passado que simboliza a vida e morte da criança para quem foi edificado o santuário e, conseqüentemente, sua herança cultural para os habitantes da cidade que mantêm viva a memória desse passado, e mais do que isso, reproduzem práticas culturais de uma religiosidade historicamente construída a partir do fundamento que se busca conhecer.

Essa descrição, realizada com base num trabalho de características antropológicas de observação e análise do objeto em questão, nos ajuda a conhecer e interpretar momentos do cotidiano do Parque, seu uso pelos freqüentadores e fiéis. As bases estruturas erguidas pelo poder político, as maneiras de freqüentar e praticar o espaço, onde cada um, a sua maneira, apropria-se do espaço, fazendo usos diversos, criando e recriando ritos, símbolos, crenças e devoções. Dando

²² Pesquisa realizada dia 12/10/2011, no Parque da Cruz da Menina.

²³ Entrevista concedida por Libânia Alexandre da Silva, em 12/10/2011 na cidade de Patos.

a esse patrimônio cultural, erguido pelos mosaicos de vozes e atos, que desde 1923 vem sendo consolidado e impregnando nos corpos, a cada novo momento, sua marca.

Nesse constante processo de construção e reconstrução, percebe-se a existência de diferentes gerações que relêem e refazem à sua maneira o patrimônio, em uma leitura feita a partir do presente em direção ao passado, que passa a ser lido e interpretado de acordo com os sistemas simbólicos vigentes que lhes atribuem sentidos e significados. Partindo dessa premissa, resta-nos pensar qual patrimônio desejamos preservar? Como nos coloca Ulpiano Bezerra de Menezes (apud GIONANEZ, 1990, p. 01), ao chamar atenção para as relações de poder que se articulam ao campo do Patrimônio e da preservação do mesmo.

[...] qual cidade vamos preservar? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões), dos donos do poder, de ontem, de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, dos tecnocratas planejadores? Dos habitantes? Quais? Dos homens da rua e daqueles que com suas mãos a constrói, simples instrumento?

Partindo dessa premissa é importante sabermos que a preservação, perpetuação e (re)produção de determinado bem cultural está ligado diretamente a própria concepção da cidade, pois as cidades, seus espaços na sua amplitude são compreendidos, também, por sociabilidades: nela tem atores, que elaboram relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação. E nesse jogo de sociabilidades existe a forte presença da mão do poder público que se aproveita e (re)cria maneiras e formas de contemplar seus interesses. A construção do Parque Turístico Cruz da Menina é uma destas criações, em que se aproveitaram as marcas presentes no imaginário social para concretizar uma obra que daria visibilidade tanto à cidade, quanto a seus realizadores. Pois não há como esquecer que a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam.

Assim, a cidade é vista aqui como um fenômeno que se apresenta pela percepção de sensibilidades, traçadas pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade gera, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja

através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. São nessas condições que uma cidade inventa seu passado, buscando suas origens, armazena as histórias (re)descobrimdo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, exaltando e identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos (PESAVENTO, 2008).

Nessa construção imaginária de espaço-tempo, na criação de um passado e de um futuro, a cidade sempre está procurando explicar o seu presente. Através desse processo, acaba por definir uma identidade comum, um modo de ser, uma imagem e uma alma, que possibilitam reconhecimento e configura aos homens uma sensação de pertença e de identificação com seu local.

Sendo cada cidade um mosaico de histórias contadas sobre si mesma que mostram algo sobre o tempo de sua construção como, por exemplo, a morte de uma menina nos anos 20 que se transforma em símbolo de “união” dos habitantes de Patos em prol da construção de uma identidade religiosa; as razões e as sensibilidades que articulam a construção daquela narrativa. Nesse constante e curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos, como já ficou perceptível nas falas dos entrevistados. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares, aqui temos um acontecimento que tem sua origem nos anos de 1923 e que foi sendo criado e recriado por todo esse tempo, sobrevivendo até o século XXI . Algo perceptível durante o desvendamento do crime, os habitantes da cidade proclamavam por justiça, ao tempo que faziam seu próprio julgamento sobre os culpados do crime, apontando para os padrinhos da menina, ou seja, as vozes da coletividade dão vida ao fato, o espaço se (re)configura em prol desse fato. A cidade cria a partir daí sua história, marcada por sofrimento de sangue de um ser “puro”. As várias vozes, que nesse fato não se calaram, deram visibilidade para o surgimento da crença na menina Francisca.

Nesse sentido, é interessante salientar que não só as pessoas preservam e guardam marcas, mas também, as cidades as guardam em sua paisagem, herança de seus vários momentos históricos, instantes de diferentes lutas, podendo ser marcas inscritas nas pedras das calçadas, nos monumentos erguidos aos sucessivos vencedores, como também, ritos, sons, símbolos, expressões artísticas e religiosas que, de alguma forma, servem para representar um local, um grupo, ou seja, marcas do passado que recebem significados diversos no transcorrer do tempo.

Nesse processo de construção, reconstrução e edificação ao longo da história, as tentativas de construção da memória social de uma cidade sempre passam pelo julgamento do passado. (GIOVANAZ, 2011).

Em geral a política de preservação do Patrimônio Cultural apoiou-se na possibilidade de recriar a memória dos dominadores. Entretanto, atualmente a proposta é buscar preservar as memórias daqueles que foram negligenciados pela história. A memória da “menina mártir” é eleita e podemos dizer, que se coloca a meio caminho entre as memórias dos esquecidos e as memórias dos detentores de lugares institucionais. Esta ganha maior representação quando estrategicamente orquestrada para os ganhos políticos dos grupos que a elegem e dela se utiliza, ainda que isso ecoe enquanto a inclusão de memórias subalternas. Donde resulta também em uma memória arquetípica da criança desprotegida e desamparada que representa o sofrimento de todos os oprimidos. É uma memória, sobretudo, vitoriosa pela manipulação do poder político, que faz usos e se apóia na religiosidade do povo, numa invenção de um “mito”, de um “símbolo” que é feita por interesses outros. Uma identidade estrategicamente elaborada.

Norbert Elias (1994) aponta que todos os grupos sociais e sociedades construíram idéias específicas e rituais, que se tornam um dos aspectos do processo de socialização: idéias e ritos comuns unem pessoas e grupos. Portanto, a morte de Francisca, seus significados e o tratamento dado a sua morte constituem parte de uma problemática relacionada à estrutura dos grupos e do tipo específico de coerção a que os indivíduos estão expostos.

Encontramos na política aplicada na construção de Santuário Turístico Religioso Cruz da Menina, um trilhar que se tornou tradição, no sentido de que perpetua a lógica presente em nossa história. Nesse caso, o interesse político - Prefeitura de Patos e do Governo do Estado, através da PBTur-turismo, apropriam-se desse patrimônio cultural imaterial para elaborar e consolidar o que antes estava apenas sob o poder dos moradores de Patos e dos fiéis de Francisca. A construção, a partir do uso dessas memórias, das crenças, desta linha de manifestações que perpassa o tempo, sendo esticada, moldada, transformada e ressignificada por agentes vários, possibilitou o surgimento de uma nova identidade local.

A partir dessas memórias vivas, percebidas, transladas e apropriadas por determinado setor que busca gerir, por meio de uma narrativa, a construção de uma identidade. Identidade que pretende colocar a memória vencedora, como ponto de partida para o engrandecimento de uma

história compartilhada, transmitida, criada, modificada, porém viva, elementos que a levam a um status desejado por esses que buscam construir, instituir uma memória, uma história que possibilite inserir Francisca num patamar de Santa.

Quando nos deparamos com um relato como o de Maria Aparecida²⁴ *“Durante muito tempo vou visitar a casa de Francisca (...)Minha mãe sempre dizia que tínhamos que rezar pra Francisca, pois ela era santa”*, percebe-se que, mesmo após 88 anos do acontecido, ainda se faz presente a história da menina Francisca, uma permanência que se relaciona com as histórias de vida das pessoas, da cidade. Seguindo o relato de Aparecida, temos: *“Minha mãe sempre levou foto de seus filhos e coloca lá pra a menina proteger(...)Eu também não sou besta, assim que meus três filhos nasceram, levei uma foto, sendo que bem maior do que as que minha mãe levou”*(APARECIDA, 2008). Nessa passagem, podemos encontrar vários elementos, mais dois deles nos chamam mais atenção e servirão para compreender melhor essa discussão, o primeiro faz referência a questão de que a memória não é algo acabado em si mesmo, mas construído, vivo, pulsante. Outra coisa é o fato da transmissão de mãe para filha de um ato ritualístico, de crença que faz com que a filha faça a mesma coisa que a mãe fez tempos atrás, levar as fotos de seus filhos para Francisca proteger. Mas, isso não simboliza que o crença da mãe de Aparecida seja transferida para ela de forma acabada, fechada, pelo contrário, vemos que esse compartilhamento é vivo, é algo que se transmuta em certos aspectos, sendo reconstruído a cada momento por cada pessoa, mas mantendo sempre um elo com seu ponto inicial.

A crença em Francisca não surgiu como algo acabado em si próprio, ela foi edificada em meio às estratégias que a consolidaram. Sua vida, “marcada pela dor”, e sua condição de criança podem ser vistas como ferramentas que justificam sua santidade. Sua presença no cotidiano das pessoas da cidade se reproduziu e atravessou décadas sendo, a cada novo momento, contada e inventada. Sua história ainda não teve fim, a busca pela beatificação e canonização conforme nos relata Padre Flávio e Damião Lucena, é uma nova estratégia para manter sua história. A oficialização da santidade pela igreja católica viria a legitimar a crença, dando-lhe institucionalidade em médio prazo, isso se converteria em ampliação do contingente de romeiros e de dividendos para seus agentes. Nesse sentido, tem-se tentado despertar o assunto no intuito de conseguir a abertura do processo de beatificação e a posterior canonização, entretanto, esse

²⁴ Entrevista realizada com Maria de Aparecida em 24/11/2008 na cidade de Patos e usada no trabalho final do curso de História da UFCG. Monografia para o título de Bacharel em História, 2010.

processo é complicado, minucioso e também muito caro, mas vejamos o que nos coloca Padre Flávio e Lucena, respectivamente:

Há uma equipe que quando cheguei na Paraíba tomei conhecimento, mais uma equipe da fundação Ernani Sátiro e mais outros organismos da cidade de Patos, em prol da beatificação da menina Francisca, da postulação da causa da menina Francisca e também do melhoramento do Parque(...) sobre a devoção ela poderia ser melhorada se houvesse, se houvesse um querer de postular a causa da beatificação, pois poderia ser divulgado mais, poderia é haver estudos realmente sobre os milagres da menina Francisca, sobre as promessas para poder postular a causa da beatificação(...)sei que houve esse grupo que se reuniu com Dom Manuel que era o bispo para postular a causa, houve um padre de Guarabira, padre Gaspar que estudou também o fenômeno religioso de personalidades na Paraíba como o padre Ibiapina, visitou aqui o Parque fechando um estudo, acho que tava fazendo ciência religiosa não sei e, aí é, deu, animou essa equipe no sentido de postular a causa. Aqui[ele se refere ao Parque Cruz da Menina] tem um livro onde as pessoas anotam os nomes e anotam os milagres, a gente não tem conhecimento de milagres, milagres, falado no sentido científico religioso de milagres, a gente não tem conhecimento, se existem é interessante que as pessoas procurem a igreja para esclarecer e divulgar realmente que foi um milagre com comprovação científica, médica, assim por diante, nós temos relatos de graças alcançadas, pois na teologia graças são diferentes de milagres, alguém está, por exemplo, com uma dor de cabeça e faz uma prece a menina Francisca para ficar bom, então, e realmente a dor de cabeça deixa de existir, para a igreja isso não é um milagre, porque ela poderia ir ao médico, poderia ter tomado um remédio e poderia ter ficado boa da dor de cabeça, para a igreja tem que ser um fato extraordinário e comprovado cientificamente de que realmente não havia mais cura e que essa cura veio por intermédio de uma prece feita a menina Francisca. É assim que tem acontecido com todos os outros beatos e santos que foram proclamados, então, a gente não tem, pode ser que exista, mais a gente não tem o conhecimento de fatos que possam ser declarados milagres. Essa é a

verdadeira história, assim falando do fenômeno religioso do devoto em pedir graças, súplicas ou milagres a menina Francisca, não existe uma comprovação de nenhum milagre do ponto vista científico (trecho do depoimento de padre Flavio, 2011).

-----*****-----

(...) com a absolvição do Parque pela diocese, nós criamos em 2005 uma comissão pro beatificação. Mas, essa comissão pro beatificação que tem o primeiro objetivo de dar uma amplitude, uma divulgação do caso da Cruz da Menina, que isso pode servir inclusive de divulgação para atrair gente de varias partes do Brasil e do mundo, é, apenas ficamos na formação, temos o grupo formado, mas o processo de beatificação é muito caro porque demanda muita coisa. E nós ainda estamos engatinhando, porque estamos aguardando a vinda de Frei Assis que é uma das maiores autoridades em direito canônico no Brasil. Exatamente para orientar por onde devemos começar porque a gente entende que no momento que for deflagrado o processo de beatificação nos vamos ter uma divulgação mundial do caso e ai vai despertar a curiosidade de muita gente. E a partir daí a gente acredita. Se a gente conseguir, por exemplo, somar o governo do estado e fazer o comodato com a diocese. A diocese fez as modificações necessárias na estrutura e você unir o âmbito cultural em torno do Parque, a gente, entende que a partir daí a tendência será de crescimento. Por enquanto nos estamos numa espécie de *stand by*. Então, o parque é só aquela coisa quando poderia ser do tamanho da dimensão de sua estrutura(LUCENA, 2011).

O Jornal da Paraíba divulgou matéria(2008) em que informa que o bispo Dom Manoel dos Reis de Farias está intermediando a vinda do canonista Frei Francisco Fernando para visitar Patos e esclarecer sobre os procedimentos para a abertura do processo de beatificação (Jornal da Paraíba, “Beatificação pode começar no mês de julho”, 13.06. 2008, p.13).

Segundo o frei, o processo é longo, sendo necessário investigar a vida e virtude de Francisca, questionando assim os possíveis sinais de santidade, como também a veracidade dos

milagres realizados, que, para Roma, servirá como fundamentação do processo (Jornal da Paraíba, “Beatificação pode começar no mês de julho”, 13.06. 2008, p.13).

O interessante na reportagem é a forma como ela procura dar visibilidade a história da santa, usando uma imagem do santuário que pode ser da inauguração ou da celebração da missa de Pentecostes. Talvez essa busca por uma identidade configure-se no interior das pessoas que estão sempre buscando construir elos entre a história de Francisca e da cidade, no caso Patos.

A institucionalização da crença é muitas vezes reativada, como no caso acima, procurando dar visibilidade a um discurso que busca explicar o novo a partir da existência do velho. A construção do parque em 1993, pelo então governador Ronaldo Cunha Lima juntamente com o prefeito de Patos Ivânio Ramalho, ambos pertencentes ao mesmo partido político PMDB, significa uma reinvenção do crer.

Passado e presente se misturam, a reportagem coloca o velho e o novo lado a lado, rompendo a linha do tempo, ao mostrar uma imagem do santuário de antes de 1993, quando só existia sua capela, em um ambiente precário e de abandono, essa mesma imagem é colocada em preto e branco, ao lado, coloca-se uma foto colorida do santuário, após a construção do parque turístico, repleto de fiéis. Bricolagens que deslocam o olhar do leitor para um território em que a temporalidade e a espacialidade não têm, necessariamente, sua historicidade afirmada, o território do sagrado.

A vontade de perpetuar a história continua acesa, e ao fazer isso, também, lembram os realizadores da construção do parque, uma relação onde se misturam os interesses políticos e religiosos. Relação que pode ser vista e representada através das imagens de algumas dessas personagens instauradas dentro do espaço tido pelos fiéis como o mais santo, a capela interna do parque, construída no lugar onde o corpo de Francisca foi encontrado. Nesse espaço, também, se fazem presente quadros em molduras das figuras que fazem parte dos vários momentos da construção do lugar do sagrado, como o bispo diocesano de Patos Dom Manoel dos Reis, monsenhor Luciano Dias vigário geral da diocese de Patos, José Justino do Nascimento, fundador da primeira capela em 1929, Edivaldo Mota, idealizador da construção do parque da Cruz da Menina e dona Odília Bezerra da Luz, zeladora da capela desde sua construção.

Ao buscar manter vivo no coração e na mente das pessoas a história é ao mesmo tempo uma forma artilosa de garantir sua preservação e, também, a permanência de seu mercado da

geração de lucros a seu redor, de produção de bens simbólicos e de toda uma rede econômica que foi criada a partir do culto à Santa. Porém, existem, nesse jogo, interesses que vão além daqueles que dizem respeito ao campo religioso e econômico. Preservar a manutenção na crença em Francisca simboliza preservar a funcionalidade do parque e com isso manter o *status* gerado aos responsáveis pela administração e nesse embalo manter vivo no âmbito político os méritos para aqueles que colaboraram para a construção.

Ao (re)inventar o passado, narrando a história de seus primórdios e sua trajetória no tempo para explicar seu presente, os escritos acabam meio que construindo seu futuro, através de projetos e visões de mundo que direcionam para um depois, seja como ficção, seja como planejamento urbano. A modernidade urbana possibilita pensar tais tipos de representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos. E ao reviver a história de Francisca, a cidade procura colocar em xeque seus sonhos, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento organizado pela cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. *Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente* (PESAVENTO, 2008).

Nesse sentido, vale ressaltar, que processos de santificação e de pedidos de solução para os problemas, como os que são dirigidos a Francisca, têm se evidenciado em várias partes do território brasileiro, como por exemplo, os de padre Cícero e frei Damião, dentre outros. Esse movimento da fé popular abre portas para estudar as possibilidades de compreensão do mundo religioso a partir da inserção de elementos urbanos que elaboram e reelaboram novas sensibilidades

A beatificação e posterior canonização colocarão novos aspectos para a história da santa de Patos, visto que esse fato entronizará a menina e a colocará em meio ao Panteão de santos católicos. Mas, essa será mais uma faceta da história de Francisca que será traçada sobre novos fios da memória, sendo mais uma vez resignificada em prol da divulgação da caminhada da menina que se torna a Santa de Patos no imaginário popular e, posteriormente, pelas autoridades políticas.

Em meio a esse mosaico em constante construção, vemos que Francisca se faz presente no cotidiano dos habitantes de Patos, seja de forma mais explícita e

ampla, como ocorreu nos primeiros anos da inauguração do Parque, seja de forma mais serena como as que encontramos hoje em dia, onde o número de visitantes de Patos ao santuário tem se mostrado cada vez menor, mesmo estes, em sua maioria, se identificando com a história. Seja como for, as pessoas da cidade ainda tem em sua memória o acontecido, como bem nos mostra Francisca Marta, moradora da cidade, 13 anos de idade, estudante da 7ª série do ensino fundamental(SIRINO, 2009), Ela diz,

Meu nome é o mesmo da menina da cruz da menina, Francisca Marta, minha mãe colocou esse nome porque gosta muito da menina Francisca, eu também...Todo mundo gosta de mim graças a meu nome, eu também gosto muito, me sinto legal em ter o mesmo nome da santa...você conhece a cruz da menina? quando você for lá vai ver meu nome na imagem dela²⁵.

Então, a mãe de Francisca Marta, moradora de Patos que citamos acima, faz uso do nome da santa como possível símbolo protetor para a filha, espécie de amuleto mágico que estaria em ação constante. A própria criança se sentiu presenteada por ter o mesmo nome da menina Francisca, para ela isso lhe proporciona uma maior aceitação, pois em sua mente quem gosta da “santa” também vai gostar dela, uma busca por algo que possibilite uma visibilidade entre os demais, uma vida repleta de felicidade e paz, pois ao possuir o “mesmo nome” ela está dizendo que admira, ela crê e gosta da “santa”. Prática comum na relação com os santos populares.

Isso nos mostra como ainda se pode localizar uma relação intrínseca que foi criada e perpetuada entre fiéis e a menina “santa”. Algo que acaba dando visibilidade a uma multiplicidade de sensibilidades construídas historicamente pelos seus vários agentes, montando como mosaico a vida póstuma de Francisca.

Logo, pensar a história de Francisca como fazendo parte da própria história dos habitantes de Patos, de sua identidade, nos leva a articular um número amplo de vertentes que a circundam, haja visto, que o fato se dá em uma espacialidade que vai contar com a construção ininterrupta de representações para/sobre o mesmo.

Nessa mesma mão o cordel “Cruz da Menina, Uma História de Fé”, de autoria de Lucena nos remete para a representação de um tipo de memória que, corriqueiramente, foi veiculada no

²⁵ Trecho da conversa com Francisca Marta, em Patos, dia 24.06.2007. Remetemos aqui para o exemplo de Juazeiro em que muitos habitantes tem o nome de Cícero e são, também, afilhados do Padre Cícero.

contexto da cidade de Patos. Esse cordel pode ser encontrado por qualquer visitante de Patos que vá até o santuário e que queira tomar conhecimento dos fatos que envolveram a vida de Francisca. O cordel trabalha com a perspectiva de colocar o fato a partir da localização de Francisca como mártir, vítima de uma “madrinha” assassina que lhe tira a esperança, comumente percebida, no universo popular, enquanto só tendo fim com a morte. Ainda que espancada, havia esperança pra Francisca. Sua morte, contraditoriamente, vai realizar o maior feito: é santificada. Há no cordel um claro endereçamento: público que aflui ao santuário, hegemonicamente católico.

Nesta mesma perspectiva temos o “Romance sobre a Cruz da Menina” de Fernandes (1996) expondo sobre as primeiras falas que caminhavam em direção da transformação os padrinhos da menina em culpados. Essa representação se dá através da fala da personagem de dona Dores mulher de seu Jizé, sendo a primeira pessoa a levantar a suspeita de assassinato da criança, mesmo antes de ver o corpo e da divulgação oficial. Essa se concretizaria mais adiante, quando identificam a menina como sendo a filha adotiva do casal. O povo foi o primeiro a atribuir o assassinato aos padrinhos de Francisca que, a partir dos acontecimentos, vão ganhando um estereótipo de criminosos insensíveis. Nesse sentido, os discursos concorrem para o tratamento micro-histórico, na medida em que a escolha particular de observação produz efeitos de conhecimento.

Nessa perspectiva, a legitimidade da “autoridade”, isto é, a expressão daquilo que é aceito como crível se constrói pelas representações que vão se articulando em torno de Francisca que se traduzem por uma constelação de referências (histórias, iconografias, o boca-a-boca, etc.), articulando autoridades.

Após a morte física, a menina ganha um lugar de santidade ao lado de “Deus Pai”. No dizer popularizado por alguns habitantes da cidade, uma alma pura e milagrosa que se tornará uma ponte de salvação e esperança para todos aqueles que nela acreditarem. Compreensão que vai ser veiculada pelos suportes comunicacionais.

Se o povo converge na permanente busca da fé por intermédio da menina Francisca, traduz que ela tem inúmeras semelhanças com Deus. Este sentimento a torna maior em meio a todos nós (ANÔNIMO, 2003, p. 02, in: Revista a Cruz da Menina, edição de Damião Lucena).

Esse sentimento, expressado pelos fiéis, seria, talvez, uma maneira que o povo encontrou para “amenizar” todo seu sofrimento, pois a sensação que um crime deste produz não é fácil de ser esquecida e, colocar Francisca como intercessora da população no reino espiritual, seria a recompensa que as pessoas encontraram para amenizar sua passagem de sofrimento aqui na terra. *Assim sendo, diante deste caminho, elegemos os nossos representantes junto a Deus* (LUCENA, 2003), ou seja, por trás dessa questão esconde-se outra que se insinua astuciosa, dispersa silenciosa, mudando, produzindo suas táticas em prol de se beneficiar, criando para si uma santa. Francisca além de santa era de casa, iria interceder no reino espiritual a favor dos seus fiéis. Essa construção de uma santidade gera uma sensação de maior possibilidade para os fiéis de terem suas súplicas atendidas. *Se a menina Francisca não teve chances de permanecer longas datas em nossa terra, mais tarde conseguiu se perpetuar no ponto de maior destaque para a cidade de Patos* (ANÔNIMO, 2003, p. 12 in: Revista a Cruz da Menina, edição de Damião Lucena).

Então, ao tempo em que a população “presenteia” Francisca com a santidade, vê nisso a possibilidade de estar mais próxima dos santos. Ter uma santa que morava perto, uma santa que era conhecida por seus amigos, familiares ou vizinhos, era ter sempre a seu lado uma proteção extra. As pessoas passam a se sentir mais seguras, mais representadas num processo de identificação e confiança mútua com a santa.

A construção da santidade de Francisca vai estar presente na obra romanesca de Fernandes que constrói uma situação de sermão em que, ainda viva, Francisca estaria sentada na Igreja entre seus padrinhos e o padre (personagem do romance), faz um discurso em que, a partir de arquétipos bíblicos, a apresenta na condição de santa. Então, vejamos:

Certo domingo, durante todo o sermão, falando do episódio em que cristo disse ‘deixai vir a mim, as criancinhas, pois delas é o reino dos céus’... todos que o ouviram foram unânimes em reconhecer que ele se mostrava muito inspirado, teve sua atenção despertada para a menina sentada entre seu Benedito e dona Raimunda [nomes fictícios de Absalão e Domila no romance] (FERNANDES,1996, p.130).

O lugar de Francisca nesse romance servirá para enaltecer, aos olhos de todos seu caráter taumatúrgico, pois um alto membro da cidade, erudito conhecido por todos, resolve contar em

forma de romance sua história. Assim, o autor da narrativa propicia maior visibilidade para o que já vinha sendo cristalizado há tempos, desde o momento do processo que levou Absalão e Domila ao banco dos réus por três vezes.

Constantemente a memória de um fato é alterada por acontecimentos que lhe são justapostos, ocorrendo transformações que advém de experiências outras. Por isso, ao trabalhar com a questão do Santuário da menina Francisca, que há mais de 90 anos vem impregnando o imaginário coletivo das pessoas de Patos e demais localidades, requer uma análise que contemple as sensibilidades que permeiam as relações sociais e os fenômenos que se revelam pela percepção de emoções e sentimentos gerados pelo viver urbano e pelos jogos de poder que fazem parte das sociedades ocidentais na contemporaneidade.

E, é justamente quando começam as investigações sobre a morte da criança que a história do fato vai ganhando concretude. O delegado chama algumas pessoas para serem ouvidas, começa a partir daí a construção de um mosaico de prosa. O que antes não passava de conversas e cochichos nos bares, esquinas e no café da cidade, que serviam de pontos de encontros para as pessoas, um jornal oral, pois as informações circulavam de “boca em boca” por todos os cantos da cidade e demais regiões, os acontecimentos entram na página da vez, com o decorrer do processo vai sendo gradativamente legitimado pelo poder jurídico. O delegado responsável interroga os vizinhos do casal, amigos e envolvidos, direta ou indiretamente na morte de Francisca (NÓBREGA, 1997). O que antes não tinha valor oficial vai passar a ter, construindo uma “verdade”, das várias histórias que surgiram durante todo o processo.

No momento em que se encontra o corpo da menina Francisca entre pedras, nas proximidades do Sítio Trapiá, a “cidade” de Patos vive um clima tenso em busca de compreender o que havia acontecido. Quem teria feito algo tão monstruoso? Pessoas falavam a todo o momento sobre Francisca, procurando respostas para o que ela havia feito para merecer um fim cruel como o que teve. Algumas pessoas mais ligadas a Absalão e Domila passam a elaborar narrativas em que o arquétipo de monstros para o casal é apresentado na voz do povo, os pais adotivos passaram a ser os culpados. Domila, sobretudo, passa a ser vista como uma mulher perversa e de coração duro (NÓBREGA, 1997).

Fazer parte desse acontecimento dava as pessoas um lugar especial. Contavam que conheciam o casal ou a menina, todos queriam ser ouvidos, era importante demonstrar conhecer os fatos. O assassinato mudou a rotina dos ‘pacatos’ habitantes da cidade de patos.

De acordo com os depoimentos constantes dos autos do processo crime de 1923: Pacifico Francisco de Medeiros; Noé Trajano de Costa; Maria Oliveira de Medeiros²⁶, os depoentes foram unânimes ao descrever a noite do crime: Francisca havia aberto a janela para avistar as outras crianças que brincavam em frente a sua casa, esquecendo de fechá-la quando foi deitar. Esquecimento que foi o pretexto para que sua madrinha, segundo consta nos fragmentos acima mencionados, desse-lhe uma surra, sendo que desta vez a surra passou dos limites físicos suportados pelo corpo da criança. Seu Noé contou à polícia que escutou os gritos da menina pedindo pelo amor de deus para que sua madrinha parasse de lhe bater. Domila, entretanto, não parara, e sim, dizia que “iria matar essa peste”, que gritava para que os vizinhos ouvissem, mas nada disso ia importar, de repente, após uma pancada, fez-se silêncio que causou arrepios no depoente. Francisca não mais gritava não mais se escutava seus sussurros de dor. Depois de um tempo, escutam-se cochichos na casa, logo depois um carro para em frente e, minutos depois, sai sem ligar o motor e com os faróis desligados.

Ao contar a história as pessoas, atualmente, acrescentam ao fato antigo memórias que são construídas a partir dos acontecimentos posteriores, havendo um apelo ainda mais forte para a santidade de Francisca. Nesse sentido, nos fala Maria Aparecida, atualmente moradora da Rua da Pedra: *Francisca nasceu santa, por isso todos a amavam, não tiveram medo de denunciar os culpados...graças às pessoas o crime foi descoberto* (trecho da entrevista realizada em 24/11/2008).

Isso se dá pelo fato de que não só os acontecimentos do passado permanecem abertos a novas interpretações, como também ouve uma reviravolta nos nossos projectos, em função das nossas lembranças, por um notável efeito de “acerto de contas”. Esta ação retroativa, do olhar intencional do futuro sobre a apreensão do passado, encontra então um apoio crítico no esforço por contar de outra maneira e do ponto de vista do outro os acontecimentos fundadores da experiência pessoal ou comunitária, O que vale efetivamente para a memória pessoal vale também para a memória partilhada e, acrescentaria, igualmente para a história escrita pelos historiadores(MONTAGNER, 2007).

²⁶ Acessamos as informações através da cópia do processo crime fornecidas por Damião Lucena.

Segundo dona Maria Aparecida: *Francisca foi uma criança que nasceu iluminada pela luz do espírito santo, veio a esse mundo com um destino traçado, que era ser santa e ajudar a todas as pessoas que junto a ela procurassem abrigo(...)*, (APARECIDA, 2008). Essa forma de instituir a menina, caminha na direção da narrativa colocada pelos demais escritores e cordelistas e com a própria história de que o poder público lançou mão.

Direta ou indiretamente ainda existe na mentalidade das pessoas de Patos uma forte relação com o acontecido, passado e presente se misturam, reinventando novas formas de ver o acontecido. A participação da população no “desvendamento do crime” na época serviu, de certa forma, para popularizar o discurso em torno da santidade de Francisca.

A partir desse fato podemos observar que alguns acontecimentos podem traumatizar tanto, marcar tanto uma região ou um grupo de pessoas, que suas memórias, suas lembranças podem ser transmitidas ao longo do tempo com altíssimo grau de identificação coletiva. Fatos como os que ocorreram com a menina Francisca, tem o poder de provocar marcas tão profundas que o tempo além de não conseguir eliminar seus rastros (JOUTARD, apud POLLAK, 1992), contribui para seu hipertrofiamento.

Uma grande quantidade de pessoas ainda hoje continua perpetuando a trajetória de Francisca; continua acusando seus padrinhos de terem assassinado-a, mesmo estes tendo sido inocentados do crime, nos três julgamentos a que foram submetidos.

Isso se deve ao fato da memória, segundo afirma Halbwachs, ser entendida e compreendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Sendo cada memória um ponto de vista do acontecido, representando uma visão individual em relação ao passado, a história de Francisca é formada por essas várias memórias individuais que juntas formam a história da cidade que continuamente é retransmitida e recontada (HALBWACHS, apud POLLAK, 1992).

Lucena (entrevista realizada em Patos dia 27.07.2008), em seu relato não deixa dúvidas de que o crime foi realmente cometido pelos padrinhos de Francisca e que foi acobertado pela justiça por aqueles terem usado de influência política. Pois Absalão era o técnico da luz responsável pela operacionalização do motor que fornecia luz para a cidade e, por conta disso, teve a ajuda de políticos que não queriam que ele fosse preso, tendo em vista que encontrar outro

técnico seria demorado, por isso era melhor ele solto. Essa questão, diz ele, foi perceptível nos autos do processo através das várias substituições das pessoas que queriam trabalhar direito no caso, como foi o caso do delegado Vicente Jansem de Castro. Lembra que ele mesmo sofreu pressão por conta de divulgar essa história. Informou-nos que Graziela, filha de Domila e Absalão, residente na cidade de Campina Grande, não aceitava/aceita a divulgação do caso e por volta da década de 80, quando eles estavam ensaiando a peça sobre “A Cruz da Menina”, foram presos por alguns minutos a pedido de Graziela que possuía influência com políticos e com o delegado da cidade, e ressalta, mais uma vez o uso da influência política. No sentido de que, da mesma forma que foi preso, devido à influência política de Graziela, também os pais dela teriam sido inocentados devido às estratégias políticas que se configuraram para absorvê-los. Concluindo a entrevista, Lucena fala:

Acredito que Domila não tinha a intenção de matar a menina, até por conta de sua posição na sociedade, ela matou a menina por que ela era perversa, achava que sua violência não iria provocar a morte da criança. Ela tinha alguma frustração (Trecho da entrevista realizada com Damião Lucena, 27.07. 2008).

Quando pensamos nessa construção identitária entre o acontecido, sua construção pelos habitantes e posteriormente seu uso, especialmente, pelo poder político, temos que ter em mente isso enquanto um permanente re-fazer. É justamente este refazer, este vir-a-ser, que capta dinamicamente a história e que pode e deve ser apreendido nas múltiplas manifestações materiais e imateriais que constituem o nosso Patrimônio. Sem nos esquecermos que existe uma multiplicidade de vozes.

Para Le Goff (2003, p.467) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva. Sendo assim, para muitos povos a memória é um artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições; além de ser um instrumento e objeto de poder importante na luta das forças sociais.

Lembre-mos do depoimento de Ronaldo Cunha Lima e Ivânio Ramalho onde os mesmos expõem primeiramente os motivos que os levaram a edificar o Parque Cruz da Menina *“A oportunidade de poder resgatar a história, pelo simples fato de acontecer (...)Tivemos, é bem verdade, o contentamento de, coincidentemente ou não, poder executar um projeto determinado*

para que uma aspiração do povo de Patos chegasse a ser eternizada”(LUCENA, 2003, p. 31), ou seja, o “resgate” dessa memória, é usado como forma de atender os anseios, o clamor popular segundo justificam os ex representantes políticos acima. Uma memória que torna-se moeda de troca no cenário político local.

Entretanto, essas forças sociais que orientam as mudanças não ocorrem sem resistência, pelo contrário, entre as pedras e os indivíduos, existem relações mais profundas que as de uso. Até porque o passado não é morto, há que se ter cuidado em sua apreensão e em sua inserção no nosso tempo. É nessa perspectiva que entendemos a relação que os habitantes estabelecem entre a construção de uma identidade com o santuário e sua história. Ela é resignificada por alguns como a própria história da cidade, haja visto, que os discursos dos populares e, posteriormente dos políticos, passam a negligenciar os demais acontecimentos históricos. É como se Patos só passasse a existir, enquanto espaço identitário, lugar de trocas e convivências, como lugar uno a partir de sua história. Os escritos, a partir desse momento, negligenciam, calam e silenciam qualquer outra forma de identidade. A força da identidade que vai ser construída em torno da simbologia mítica de Francisca acaba que suplantando outras que a precederam. Patos, além de passar a ser identificada como um lugar de religiosidade mítico/mística em nível local, o será para além do espaço interno. Portanto, a identidade religiosa vai ter força para elevar a cidade a um lugar que não tinha, onde entram em jogo questões de poder local, de agenciamento de identidade, que buscam elaborar estratégias políticas que visam à criação e posterior manutenção de um passado comum, de uma relação de pertencimento com uma história escolhida para representar o espaço e o cotidiano da população da cidade.

Por outro lado, vemos o poder público que também se insere nesse quadro de construções identitárias que usam das elaborações da população para criar ferramentas que os possibilitem usar esse bem cultural, essa história, essa identificação como arcabouço do desenvolvimento de um turismo planejado, pensado e lucrativo.

Le Goff também comenta sobre a “história que fermenta a partir do estudo dos lugares da memória coletiva” (1986, p. 473). E cita Pierre Nora:

Lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares

funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história.

Lugares da memória, a memória nas coisas, nas manifestações coletivas. São muitos os sentidos de memória, muitos os sentidos de lugares da memória. Quando Le Goff e Nora mencionam os “lugares de memória” (topográficos, monumentais, etc.), estão se referindo a formas de externalização da memória, isso é justamente o que esses vários agentes, citados até então fizeram ou fazem, externalizaram suas lembranças que contribuem para criar uma memória coletiva, ou simplesmente perpetuá-la em uma única direção: a busca de santificar a menina morta. Essa memória enquanto prática social, abordando os vários modos, historicamente constituídos, de pensar e de falar sobre memória dos habitantes, fieis e posteriormente dos visitantes, procurando compreender os modos de elaboração coletiva da memória, buscando indícios da constituição da memória em nível individual e indagando sobre a dimensão discursiva, sobre o estatuto da linguagem nessa constituição (MOLKA, 2000), haja vista que os estudos sobre memória têm nos mostrado que o discurso constitui lembranças e esquecimentos que ele organiza e, mesmo, institui recordações, que ele se torna um *locus* da recordação partilhada – ao mesmo tempo para si e para o outro – *locus*, portanto, das esferas públicas e privadas.

Sobre essa dimensão discursiva é preciso realçar aqui que é na narrativa que a memória é levada à linguagem. Entendo aqui por “narrativa” toda a arte de contar, que encontra, nas permutas da vida cotidiana, na história das histórias e nas ficções narrativas, as estruturas apropriadas do linguajar. É, pois, ao nível da narrativa que se exerce primeiro o trabalho de lembrança, em seu contar a outrem as histórias do passado, em contá-las também do ponto de vista do outro - meu amigo ou meu adversário.

Esse rearranjo do passado, consistindo em contá-lo a outro e do ponto de vista do outro, ou seja, desde a descoberta do corpo da menina Francisca começou-se o “burburinho” nas ruas, nas praças, no interior privado das casas sobre o envolvimento dos padrinhos no crime a partir de um “ouvi falar isso”, “eu soube disso”, “eu sei que foi assim”. Murmúrios que, posteriormente, serão lançados a outro *status*, que ganharão dimensão jurídica quando da abertura do processo crime, passando a assumir uma importância decisiva, a se tornar parte dos acontecimentos fundadores da história e da memória comum sobre a morte de Francisca (MONTAGNER, 2007).

Sob os mais diversos pontos de vista, a linguagem é vista como o processo mais fundamental na socialização da memória. A possibilidade de falar das experiências, de trabalhar, manipular as lembranças de uma forma discursiva, é também a possibilidade de dar às imagens e recordações embaçadas, confusas, dinâmicas, flúidas, fragmentadas, certa organização e estabilidade. Assim, a linguagem não é apenas instrumental na (re)construção das lembranças; ela é constitutiva da memória, em suas possibilidades e seus limites, em seus múltiplos sentidos, e é fundamental na construção da História (MOLKA, 2000).

Nessa perspectiva, compreender a relação entre estas memórias individuais dos moradores de Patos e as coletivas representa, simultaneamente, estudar e entender os mecanismos tanto da *socialização* como dos processos de formação de identidades, pois eles ocorrem simultaneamente e são as bases das permanências das regularidades estruturais da sociedade. Elas apresentam-se como um conjunto que mescla as memórias individuais de inúmeros indivíduos, que estabelecem um resultado final que se reforça pelos pequenos pedaços, muitas vezes irreconhecíveis, dos fragmentos dispersos das lembranças pessoais.

Primeiro o reconhecimento, o retrazar das mesmas linhas sobre os sulcos já velhos das lembranças. Em seguida, a alteração desses sulcos com a mescla de linhas parecidas, vindas de outras memórias individuais. Mais além, a sobreposição dessas lembranças pela preservação histórica assegurada pelas estruturas sociais, como necrológios, ritos, rituais, comemorações históricas, existência física de dados cronológicos; tudo isso gera um quadro de memória coletivo, ou social, como o imaginado por Salvador Dalí, em 1931, para representar a persistência da memória (HALBWACHS apud MONTAGNER, 2007).

A partir dessa permanência em torno de se alcançar uma hegemonia que sirva para a manutenção da presença na crença de Francisca, a partir do processo de manipulação da memória individual em prol da coletiva é que acaba fazendo com que esta se faça presente na vida dos habitantes de Patos como algo recente, mesmo estando perto de completar 90 anos de sua morte. Esta memória coletiva, que passa a ser pública quando é inserida nos ideais políticos, tem as vezes que enfrentar o problema do reconhecimento da mesma por aqueles que a produziram, pois temos que ter em mente o fato de que a memória ao ser apropriada por determinado poder, aqui em especial o político, pode sofrer alterações que em determinado grau e espaço-tempo pode

gerar conflitos de reconhecimento por parte daqueles que a possuíam inicialmente. Então, surge uma questão: como fazer para que as comemorações sejam autênticas, ao invés de se transformarem em meras concessões à repetição obsessiva? Este é um problema muito bem colocado por Pierre Nora em “Os lugares da memória”, livro que mostra como as comemorações podem impedir o contato com os acontecimentos da história (NORA, 2003).

Problema esse a que procuramos indicar possíveis respostas no segundo capítulo desse trabalho. Nele abordamos com mais vagar a questão do uso dessa memória pelo poder público no desenvolvimento de um turismo religioso, que tem como ponto de partida a crença popular em torno de uma santa que recebeu das mãos do poder político um santuário, em moldes de parque turístico. Buscando privilegiar os mecanismos/ferramentas criadas em 1993 por aqueles que possibilitaram o florescimento do parque enquanto espaço identitário religioso.

CAPÍTULO 2

Turismo e Patrimônio: produtos da contemporaneidade.

2.1. Edificando caminhos: turismo, lazer e devoção.

O turismo religioso representa um segmento importante para o desenvolvimento de uma localidade, fato que pode ser comprovado em nível internacional, como a cidade de Lourdes na França, Fátima em Portugal e Santiago de Compostela, na Espanha. Em nível nacional podemos citar: Aparecida, em São Paulo, Juazeiro do Norte no Ceará e Guarabira com o Santuário de Frei Damião.

Tanto Turismo como Patrimônio, nunca é demais repetir, são característicos das sociedades industriais, elementos localizados e datados dos fins do século XVIII. Sendo uma realidade nas localidades que oferecem qualquer atrativo de cunho sagrado, sejam eles monumentos, festas religiosas, construções ou lugares sagrados.

Hoje em dia entre os brasileiros verifica-se que o turismo religioso é um dos seguimentos responsáveis pelo maior número de deslocamentos. Sua importância pode ser observada quando consideramos o fluxo de pessoas em espaços como os Santuários de Fátima, Lourdes ou Guadalupe; a Jerusalém, Roma, Assis, Meca ou ao Caminho de Santiago, entre outros de fama internacional, ou também quando consideramos a movimentação existente em Aparecida (SP), Canindé (CE), Juazeiro (CE), Bom Jesus da Lapa (BA) e Nova Trento (SC), ou eventos como as Cavalhadas de Corumbá de Goiás, o Círio de Nazaré (PA), as inúmeras festas do Divino, as Folias de Reis, as novenas, romarias, procissões e encenações mítico-religiosas que ocorrem de norte a sul do país.

Na região do Vale do Paraíba a importância do turismo religioso pode ser verificada não somente pelo fato de ser a cidade de Aparecida o maior centro de peregrinação do país, mas também pela existência de outros locais significativos para o desenvolvimento desta atividade turística, tais como: o Mosteiro da Sagrada Face (Roseira); Frei Galvão e a Gruta de Lourdes

(Guaratinguetá); Santuário da Santa Cabeça (Cachoeira Paulista); Santuário de Bom Jesus (Tremembé) ou, ainda, nas diversas solenidades e festas religiosas da região, com especial destaque para as festas de São Benedito (Aparecida e Guaratinguetá) e a Festa do Divino (São Luiz do Paraitinga e Cunha)²⁷.

Segundo dados oficiais²⁸, já é perceptível que após o turismo de negócios, o turismo religioso vem se mostrando como um segmento que mais tem se desenvolvido no país.

No Brasil, pesquisas feitas pelo Ministério do Turismo, em parceria com a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, revelaram que o nordeste é a região onde o turismo religioso é o segundo tipo de turismo mais comercializado (atrás de sol e praia). Além disso, em 2006, 3,2% do total de turistas nacionais, viajaram por motivação religiosa e, 0,4% dos turistas estrangeiros também apontaram a religião como o fator que os traziam ao Brasil. As pesquisas relacionadas a esse segmento mostram também que todos os anos são realizadas aproximadamente 1,7 milhão de viagens religiosas gerando R\$ 6 bilhões em negócios realizados. Só na cidade de Aparecida (SP), a movimentação de visitantes ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida é de 7(sete) milhões de pessoas todos os anos no feriado de 12 de outubro²⁹.

Ainda não está claro o impacto sócio-cultural provocado pelo turismo religioso, no entanto, segundo a análise de especialistas, é possível observar que tem favorecido o redimensionamento das economias locais e o fortalecimento de suas comunidades. Fatores como hospedagem, alimentação, cultura, lazer e comércio, são diretamente atingidos pelo afluxo turístico, implicando nas transformações de uso do espaço, planejamento de infra-estrutura adequada e organização econômica, sem descuidar da preservação do planeta e a sustentabilidade da natureza.³⁰

Vale notar que, desde o Edito de Milão, em 313, Roma torna-se o mais importante centro receptivo turístico no Ocidente, onde até hoje, há fluxo de maior volume e de maior constância de turistas e de visitantes do mundo inteiro, independentemente dos aspectos religiosos.

²⁷ <http://www.aparecidatur.com.br/turismo-religioso.php>. Encontramos aqui algumas informações de caráter mais técnico.

²⁸ http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo

²⁹ www.dadosefatos.turismo.gov.br

³⁰ <http://www.turismoreligioso.org.br>. 6º Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável e 1º Simpósio de Turismo Religioso. Acessado dia 20/07/2011.

Meca, Benares, Jerusalém, Belém, Roma, Santiago de Compostela, Lourdes, Fátima, Medjugorie, Assis, Aparecida do Norte, Juazeiro, Iguape, Pirapora do Bom Jesus, Nova Trento e muitos outros lugares, marcados por devoções oficiais ou populares de religiões, são núcleos receptores importantes em termos da fé e, conseqüentemente, em termos de turismo, cujas dimensões - pela propaganda e pelo marketing - superam as manifestações de fé e as próprias motivações religiosas.

O Turismo religioso difere de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé. Está, portanto, ligado profundamente ao calendário e acontecimentos religiosos das localidades receptoras dos fluxos turísticos. Sendo comum chamar-se peregrinação a cada viagem de turismo religioso. As motivações para a uma viagem de caráter religioso são inúmeras, Santuários, Caminhos, Festas Religiosas, Festas Natalinas, encontros da Igreja e centros de Cultura Religiosa, lugares e eventos que movimentam mais de vinte milhões de turistas brasileiros ao ano.

Nossa pesquisa busca discutir, a partir da religiosidade popular, de uma história de fé e sofrimento que estar na origem da construção de um espaço destinado a realizações de orações, preces e devoção, compondo uma ritualística que simboliza e retrata uma certa identidade local, vista por nós como Patrimônio Cultural imaterial da população de Patos, ou seja, os bens culturais enquanto frutos da história, da memória, logo, produto de espaço-tempo.

Essa devoção religiosa, que demarca culturalmente a cidade de Patos, por ser dotada de um impressionante significado e um sentido permeado de conotação simbólica, mítica e de função coletiva, propiciando e enriquecendo o cotidiano dos habitantes de Patos e devotos de Francisca, pois, de alguma maneira, têm significado particular relacionado com a história da cidade e com o passado, mais ou menos recente, podendo ser representado enquanto Patrimônio Cultural. Patrimônio este que desperta o interesse de setores privado e público.

Devido a sua localização, BR 230, que liga o litoral ao sertão paraibano, passagem obrigatória saindo de Patos para o interior e na direção do Juazeiro do Norte-CE, o Santuário “Cruz da Menina” passa a atrair curiosos que, de passagem, resolvem entrar para conhecer. Nessas visitas esporádicas esses freqüentadores acabam gerando certa renda para o município e,

ao irem embora levam consigo a história da menina, a imagem do santuário, tornam-se novos agentes na construção/manutenção dessa história.

Em 1993 a cidade de Patos encontra-se em festa pela construção do Parque Turístico Cruz da Menina. Essa construção do território do sagrado é mais uma invenção da tradição do crer. Com a construção do parque turístico Cruz da Menina a crença se veste de uma nova forma de legitimação, vai para o campo institucional, sendo reconhecida pelo poder público governamental, como um fenômeno digno de atenção, visto que a religiosidade popular é um viés importante da cultura nordestina. O estado fabrica um parque para os crentes [seus fiéis, podendo-se ler eleitores] e através desta insinuação, confere a legitimidade política ao culto, através da espetacularização dos poderes políticos como enfatiza Nóbrega (1997).

Prefeitura de Patos e PBTUR Turismo firmam acordo para juntos nomearem um administrador para tomar conta e preservar o principal cartão turístico da cidade, haja vista, que a Igreja católica não aceita se responsabilizar pelo Parque, por tratar-se de um culto não autorizado por ela. Questão assim apresentada por Lucena e pelo Pe. Flávio, respectivamente:

(...) parque foi oferecido para a igreja católica, a diocese para administrar, mas o bispo de então João Geraldo não aceita administrar o parque por que ele questionava o fato da menina não ser beatificada, mesmo sendo reverenciada pela população, a menina não é beatificada(LUCENA, 2011).

Na verdade assim, o santuário, ele, ele é santuário religioso popular, ele é popular por que não há nenhuma autorização do ponto de vista da igreja canônica para que esse santuário funcione(FLÁVIO, 2011).

Após a construção do parque vemos que surge um impasse entre poder político e poder religioso, que se recusa a assumir e a instituir aquele espaço de crença, o que serviria para reforçar e legitimar a santa de Patos. Impasse que é visto por Lucena como um dos motivos que possibilitou, nos dias atuais, um crescimento inferior ao que deveria e ao que aconteceu com outras localidades como é o caso de Juazeiro do Norte com a mitificação do Padre Cícero, no que até hoje se mantém vivo, pulsante e atraindo tanto visitantes, como fieis e romeiros, como também, investimentos dos setores públicos e particulares. Por outro lado, temos O Santuário

Religioso Cruz da Menina que, segundo Lucena, teve seu crescimento quando da inauguração do parque, mas que hoje em dia seu crescimento estaria abaixo do esperado, levando em consideração o tamanho da construção. Vejamos nas próprias palavras de Lucena:

Um problema que existiu no início, foi que o parque foi oferecido para a igreja católica, a diocese para administrar, mas o bispo de então João Geraldo não aceita administrar o parque por que ele questionava o fato da menina não ser beatificada, mesmo sendo reverenciada pela população, a menina não é beatificada. Na verdade isso é uma contradição, por que no Juazeiro, padre Cícero também não é beatificado, com isso, se você comparar as histórias, Francisca leva uma vantagem, pelo fato de ser inocente, de não ter tido tempo de praticar nenhum tipo de mal, mais a igreja chegou ao ponto de proibir os padres de celebrarem missas dentro do parque, somente padre Noronha, já faleceu, na época ele celebra e ele desafiava até certo ponto a diocese, porque ele dizia que celebrava em qualquer canto por que deus estava em todo lugar. E, mesmo assim houve uma contradição muito grande da igreja quando padre Jair Jacob Mazela, que era o padre de lá, de nossa senhora de Fátima, na área de abrangência do parque, ele construiu uma igreja ao lado do parque, e o objetivo dessa igreja que ele deu o nome inicial de Santa Cruz era exatamente fazer com que o pessoal deixasse mais de frequentar o parque, propriamente dito, e frequentasse a igreja, o povo que fosse para o parque da cruz da menina, acabava indo para a igreja, isso na concepção dele, pois não funcionou e mais tarde veio uma nova concepção da coisa pela diocese e somente mais tarde ela concordou em absorver a administração do parque, então, a partir daí nós tivemos uma maior desenvolvimento no âmbito religioso, mas no aspecto turístico nós ainda continuamos a pecar na falta de alguns investimentos, então, a igreja de santa cruz, só para você ter idéia, ela acabou sendo absorvida pela comunidade da vila mariana e hoje é a igreja de Nossa senhora das Dores, mas há um projeto da própria diocese hoje de fazer uma rampa ligando a igreja ao parque e deixando o acesso da igreja totalmente pelo parque. Para você ver como as coisas mudam de figura, isso tudo por conta da dimensão que tomou o

projeto político religioso da cruz da menina (trecho da entrevista realizada com LUCENA, 2011).

Conforme já antecipado nas falas de Lucena, posteriormente, a igreja resolve tomar conta do Santuario Religioso da Cruz da Menina, vejamos o depoimento de Padre Flávio:

O padre Luciano pediu a prefeitura para tomar conta do parque já que se trata de matéria de fé, de devoção então achava que a igreja deveria assumir esse trabalho, foi quando iniciou-se uma evangelização aqui no parque que até então não havia nenhuma evangelização, o pessoal vinha, fazia as preces a menina Francisca, rezavam por conta própria as suas devoções, seus terços novenas e etc., mas não havia um acompanhamento da igreja, então a igreja começou a acompanhar até porque assim, não havia uma dificuldade na administração no sentido de que não havia um casamento entre evangelização e administração e por isso a igreja pediu para administrar o parque (Trecho da entrevista realizada com Pe.Flávio, 2011).

Sendo assim, em 15 de setembro de 1997 a diocese de Patos resolve assumir a administração do parque sobre a administração de Padre Luciano, e, desde então está sob a responsabilidade da igreja sua administração.

Sobre os fatos que circundam Francisca, a questão do santuário e a crença popular padre Fábio também nos coloca:

Francisca era uma criança quando teve sua vida roubada de forma trágica e, sua morte aconteceu no dia 11 de outubro, ou seja, um dia antes da comemoração do dia das crianças, por isso todos os anos, desde que passamos a tomar conta deste lugar, procuramos dar ênfase a essa questão (silêncio). A religiosidade popular é carregada de muitas crenças, por isso que a igreja quando realiza as missas dentro do parque segue algumas normas, como por exemplo: não fazer culto a menina durante as celebrações, não tocar o hino próprio de Francisca, nem permitir que sua imagem seja colocada no altar e, ao mencionar seu nome, não chamar de santa e sim, de menina Francisca, haja vista, que os cultos aos

santos só podem ser realizados oficialmente depois que o vaticano reconhece, por isso a diocese procura fazer as coisas tendo essa dimensão³¹.

Entre outros aspectos percebemos, nas entrevistas acima citadas, a necessidade por parte dos entrevistados de reforçar o posicionamento da igreja em não declarar seu apoio ao culto da “santa de Patos”, mesmo que oficiosamente, embora não se abstenha de utilizar o espaço consagrado a ela (A cruz da menina) para realizar eventos religiosos e se fazer presente juntos aos fiéis, buscando direcionar os católicos para a não mistura dos ritos oficiais da Igreja com crenças não oficiais. Embora a diocese realize missa, dentro do território de culto à Francisca, ela o faz tomando algumas precauções. Padre Fábio enfatiza bem esse aspecto, evidenciando o trabalho dos representantes religiosos da igreja oficial em combater o fanatismo popular.

Ao comentar sobre a atitude da igreja de não ter aceito administrar o lugar em 1993, diz que a Igreja foi cautelosa, pois, não queria legitimar algo ainda não oficializado pelo vaticano. Também acredita que a recusa tinha relação com a questão financeira, pois o santuário é grande e desprende uma despesa muito alta em sua manutenção, ou seja, a questão financeira é colocada, também, como importante causa da recusa da Igreja.

2.2. Espetacularização do Sagrado

Temos dois momentos que marcam sobremaneira a trajetória do parque santuário, o primeiro é a participação do poder político no uso da memória dos moradores, fiéis e devotos da menina Francisca, depois a negação por parte da igreja, ou seja, a igreja não oficializa a crença, algo que era esperado pelos fiéis e moradores. Entretanto, essa negação não vai fazer com que os devotos se afastem de sua crença na criança, pelo contrário, eles acabam burlando, construindo para si maneiras de fazer parte dessa crença sem deixar com isso de também fazer parte da igreja católica, realizando um movimento que Certeau(1994) vai chamar de astúcias do homem ordinário, ao criarem táticas para fugir ou burlar um poder instituído.

Para Certeau (1994), o homem ordinário inventa seu cotidiano graças às artes do fazer, das astúcias sutis, das táticas de resistências pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se

³¹ Entrevista realizada com Padre Fábio em 26/07/2008 na cidade de Patos.

(re)apropria do espaço e faz usos a seu jeito, ou seja, as pessoas não são tão obedientes e passivas como, as vezes, se quer mostrar.

Nesse jogo os fieis da menina vão pouco a pouco conseguindo elaborar seus ritos e aperfeiçoar seus símbolos por baixo do pano, de forma silenciosa, fortalecendo seu “mito” através de estratégias que vão de encontro aos interesses e discursos proferidos pela Igreja católica. Nessa luta de poderes cada um usa suas armas da forma que lhe convêm, a Igreja tenta atrair os fieis de Francisca que não deixarão de ser católicos, mas, que se manterão freqüentando a missa e o Santuário com as intensidades de seus encontros com o sagrado. Se na Igreja católica não localizam a resolução para seus problemas, têm agora uma intermediária mais imediata, a Santa Francisca que pode lhes entender melhor e atender mais prontamente suas súplicas. Compreensão esta veiculada, também, por Nóbrega em sua análise da temática:

Os crentes tecem outros tipos de trajetórias que não são nem determinados e nem captados pela lógica disciplinarizadora da Igreja e do Estado, mas construídas a partir do estabelecimento de um contato com o outro, uma forma de entrar no jogo e usá-lo para fins outros, para desejos outros (NÓBREGA, 1997, p. 106-107).

Por mais que Estado e Igreja procurem construir estratégias para “evangelizar” e “educar” os crentes e suas crenças, outra produção se insinua astuciosa, dispersa, silenciosa. São as marcas que, para Certeau(1994), compõem uma “antidisciplina”, que colocam em jogo apropriações e reapropriações dos lugares produzidos pelos projetos de disciplinarização da crença.

Dona Maria Rita nos diz que a Igreja Católica procura desacreditar os milagres de Francisca,

Sou católica, mas sei que os padres não gostam quando dizemos que acreditamos na força milagrosa de Francisca. Eu, quando era criança sofria de paralisia infantil, minha mãe, então, fez uma promessa a menina, se eu ficasse boa, minha primeira visita seria a seu santuário, iríamos a pé. Então fiquei boa e minha mãe me levou até lá, lembro que fiquei muito cansada de tanto andar (trecho da entrevista realizada com Maria Rita, 20/04/2008, em Campina Grande).

Dona Maria Rita (2008) comenta que sempre acreditou na menina Francisca, mas nunca deixou que sua amiga Graziela³² soubesse disso. Afirma que sempre foi e continuará sendo católica, mas isso não quer dizer que deixaria de rezar para a menina quando sentisse vontade. Também informa que os padres não gostavam quando as pessoas falavam que acreditam na santidade da menina martirizada e, principalmente, quando os católicos usam os símbolos da Igreja para a cultuarem. No entanto, podemos observar que essa prática de utilizar-se da ritualística católico-cristã no culto à Francisca é constante, sendo, mesmo, legitimadora da crença. Empregos, deslocamentos que contribuem para a consolidação da imagem de Francisca como a santa de Patos. Portanto, usos que se articulam sobre o ‘velho’, taticamente produzindo sentidos outros, moldando o novo culto e o autorizando a partir do uso da aparelhagem ritualística da Igreja católica.

Pois os símbolos não são simplesmente herdados, mas construídos e reelaborados historicamente pela dimensão sagrada com que são vividos. Uma construção e vivência que, mesmo dialogando com referências religiosas herdadas, criam novas formas de crenças. Por isso, a “herança” cultural religiosa não pode ser passada, pelo historiador, como uma continuidade natural, uma vez que o mundo religioso não está pronto à espera que os homens o usem para significar suas motivações. Ele é produto dessas significações (CERTEAU, 1994).

Dona Rita nos expõe que sempre quando passa por Patos, vai visitar o santuário de Francisca e agradecer a ela pelas conquistas. *“acendo minha vela, ajoelho-me de frente a ela e rezo em seu nome(...) nunca esqueço de colocar minha doação em sua casinha(...) muitas doações tem nas salas de graça”*(trecho da entrevista com Maria Rita, 20/04/2008). Percebe-se na fala de Rita uma demonstração de obediência a uma ritualística indireta em favor de Francisca, algo compartilhado não só por ela, mas por muitos outros fieis, demonstrando que mesmo afirmando ser católica praticante, sabendo que a igreja recusa conceber a menina Francisca como santa e, com isso, busca direcionar os devotos e fieis de Francisca para a ritualística da igreja católica, mesmo assim, ela continua realizando suas preces, acreditando nos símbolos relacionados a “santa de Patos”, executando uma simbologia que vem desde sua primeira visita ao lugar em companhia de sua mãe.

³² Graziela Emerenciano, filha do casal Domila e Absalão, padrinhos da menina Francisca, acusados pela população de serem os assassinos de Francisca.

Essa passagem serve para mostrar que os devotos da santa tecem tipos de estratégias que não são nem determinados, nem captados pela lógica disciplinarizadora da Igreja e do Estado, mas construídas a partir do estabelecimento de um “contrato” com o outro, *uma forma de entrar no jogo e usá-las para fins outros, para desejos outros* (NÓBREGA, 1997, p.107).

Precisamos ter em mente que a religião passou a ser trabalhada como um produto para o consumo (GUERRA, 2003). O poder público e a igreja católica vendo o crescimento em torno da adoração à menina Francisca, associa-se/apropria-se da mentalidade religiosa popular elaborando estratégias que capitalizam para si a crença na menina.

Guerra (2003) nos ajuda a entender esse novo momento da religião popular, ao mostrar que nas sociedades contemporânea os indivíduos, cada vez mais, estão livres para escolher entre sistemas religiosos diversos. Tão livres que misturam vários santos em um mesmo espaço. Os fiéis de Francisca não são somente crentes da menina, mas, também, de padre Cícero, Frei Damião e demais santos da religiosidade popular e oficial. No interior da sala dos milagres, local onde os fiéis depositam seus ex-votos (promessas) para agradecer a graça alcançada, é visível o número de estátuas de padre Cícero, da virgem Maria, do Espírito Santo, do menino Jesus e demais santos católicos. Esse sincretismo religioso é bastante comum entre os católicos que, embora seguidores do culto oficial católico, buscam outras práticas religiosas que considerem promotoras de resoluções para seus problemas.

Temos, então, dois momentos culminantes em que a religião, patrimônio cultural terão suas linhas entrelaçadas em função do interesse de ambos os setores em explorar como um produto para o consumo, inicialmente, pelos agentes políticos em 93, posteriormente pela própria igreja a partir de 97, quando resolve trazer para si a responsabilidade pelo futuro do Parque Turístico religioso.

É interessante perceber que esse poder político, embora diga que a construção do parque foi para atender os anseios da população, sabemos que sua construção não visa apenas a atender os interesses dos fiéis que durante tanto tempo solicitavam sua construção, mas sim, interesses outros estavam em jogo, pois a cidade lançava-se no cenário do turismo religioso, atraindo uma romaria que possibilitaria crescimento econômico e visibilidade, ao menos, no cenário paraibano. Nessa onda de crescimento, seus nomes também seriam lembrados ao lado da história do parque.

O poder público opta, estrategicamente, por inventar um “lugar de tradição” que garante legitimidade na manipulação dos desejos de sagrado dos habitantes locais.

Outro ponto importante é que a monumentalização da crença com a construção do parque turístico, não se efetiva apenas pelas mãos das classes dominantes, mas também, é produto do olhar de todas as pessoas que legitimam e aplaudem os espetáculos políticos, pois se não existissem os fiéis, de nada iria servir a grandiosa obra arquitetônica erguida pelo poder político. Cada um da sua forma, seja contando a história, seja visitando o parque, seja escrevendo sobre o assunto, ou mesmo, ouvindo a história, está consolidando a crença, está autorizando a construção.

O que era apenas um lugar religioso com uma pequena capela, lugar de orações e de preces, passa a ser um lugar turístico, que movimenta dinheiro, que ganha espaços de “empresa”, possuindo um anfiteatro, restaurantes e lojas de *souvenir*. As pessoas não mais vão apenas para rezar ou agradecer, mas, sim, para passear com os familiares, ver pessoas, amigos e serem vistas. Uma rota de ônibus coletivo passa a funcionar na cidade para facilitar a visita ao parque, algo até então inédito na região que nunca havia contado com esse tipo de serviço. Algumas pessoas, em especial os jovens, com a inauguração dos coletivos criam para si uma nova forma de lazer, passear nos ônibus, fazendo *city tur* pela cidade, tendo em vista que se pagava apenas uma passagem e se poderia ir até o ponto final e voltar. Transformando os hábitos da população. Visitar a família, em bairros mais afastados, torna-se mais fácil, mesmo com a precariedade do serviço, pois o número de ônibus em circulação era pequeno e nem todos os bairros foram contemplados com o serviço, com a novidade, sem falar da demora para se pegar o ônibus. Entretanto, a visita ao Santuário, após a inauguração 1993, ampliou-se consideravelmente, tornando-se um programa de *praxe* nos finais de semana levar a família para visitar o local, tirar fotos e pedir graça a “santa”, esse último, para muitos, ficava em segundo plano. É evidente que nesse turbilhão existiam os devotos mais fervorosos que tinham como objetivo exclusivo ir rezar aos pés da santa, pedir alguma graça ou agradecer aquelas já alcançadas.

De acordo com Nóbrega (1997) a execução da política do espetáculo vai significar um marco para a própria invenção histórica da santa. A crença na santa, tramada e tecida como “tradição”, lugar do passado, é desta forma, ritualizada sob o signo da “modernidade.” Um momento em que o “arcaísmo” é captado para os discursos estratégicos da política: a romaria se

torna uma prática de massa, a crença se transforma em espetáculo e Patos passa a ser inscrita no programa nacional de turismo.

Ao edificar uma estrutura de parque com base num espaço de devoção, espaço que significa uma história que comovia as pessoas, fazendo com que elas criassem um laço de identificação, de solidariedade com a menina Francisca, gerando traços de identidade. Laços esses que ao longo do tempo foi se consolidando, sendo transmitido de geração para geração em grau maior ou menor, mas num movimento vivo de criação e recriação, onde, ao seu modo, cada um buscava se relacionar com a história, trazendo esse fato para suas vidas, ao passarem a associar momentos distintos de sua trajetória com a menina Francisca, ao lançarem mão de seu *status* de santa para interceder por eles. Ao levar seus ex- votos e depositar em suas salas, ao entrar em sua capela e rezar, agradecer, pedir, se confessar, no sentido literal da palavra. Gestos que se reproduzem, perpassam vidas, permanecendo vivos no tempo, nas mentes, corações e corpos das pessoas.

Fica evidenciado, então, o impacto causado pela construção do santuário religioso de Francisca no imaginário local e na cartografia urbana de Patos, pois além de atrair uma rede de serviços para as imediações, esta, tornou-se também ponto de novas sociabilidades, local para onde afluíam crianças, jovens, rapazes, homens e mulheres, momento parecido com os que nos fala Josenildo (2011) ao tratar as novas sensibilidades que foram construídas na população de Patos quando da chegada da linha do trem e, conseqüentemente do próprio trem, momento impar para os moradores que aguardavam extasiados para ver com seus “próprios olhos” o trem de ferro.

Nesse caso, a relação existente entre esses dois mundos: religioso e político, entendidos como espaços antagônicos, não produz efeito de dispersão entre os devotos, nem diminuição na fé em Francisca. Nem mesmo o discurso da Igreja em torno do santuário provocou o enfraquecimento na crença da criança “mártir” nos anos 90.

Lacerda, no cordel -“Coisas do Brasil”, mostra que o Parque Cruz da Menina transformou-se em um grande centro de peregrinação, tal como o de “Padím Ciço”, no Juazeiro do Norte-Ce. Para ele, a cidade de Patos após a construção do parque em 1993, passou a ter um atrativo turístico como outras cidades da Paraíba, a exemplo de Cabaceiras-PB que tem a atração turística do lajedo do Pai Mateus, e de ter sido cenário de filmagem de peças de Ariano Suassuna;

Monteiro-PB, com a visitação à Zabé da loca; Fagundes-PB com o trem do forró; Areia-PB com a brega Areia e o festival da cachaça; Guarabira-PB com Frei Damião; Campina Grande-PB com o maior São João do Mundo; Amparo-PB com a Cruz da moça; Sousa-PB com o Vale dos Dinossauros; Juazeiro do Norte-Ce com as romarias do Padre Cícero; Aparecida-SP com a romaria da padroeira do Brasil; etc.

Essa nova construção do território do sagrado pelas mãos do poder público é lida por Lacerda (Cordel, Coisas do Brasil) como algo positivo, seria um reforço à preservação e ampliação da visibilidade a Francisca, ajudando na luta para sua beatificação e canonização. O governo do estado, para Lacerda, havia feito sua parte, liberando grandes verbas para a construção do Parque Turístico Cruz da Menina. Continuando seus argumentos complementa:

O turismo é uma indústria
De sucesso financeiro
Presente em muitos locais
Por este chão brasileiro
Atraindo visitantes
Os mais próximos ou distantes
E até mesmo do estrangeiro

Este vínculo interesseiro
Às vezes mostra valores
Que precisam ser mostrado
Em nossos interiores
Mas aproveitam também
O sacrifício de alguém
Que foi vítima de opressores

Dentre esse grandes valores
Pelo Nordeste espalhou
Bahia tem seu turismo
Mais rico, mais afamado
Padim Cíço em Juazeiro
Zabé em Loca em Monteiro
E outros em nosso estado.

Santa Luzia tem trabalho
Parque do povo em Campina
Pai Mateus em cabaceira
Areia, cachaça fina
Souza, vale Dinossauro
A cruz da Moça em Amparo
E em Patos, Cruz da Menina.

Turismo virou rotina
 No vale das espinharas
 Com curiosos, romeiros
 É promessas das mais raras
 Transporte sofisticado
 Ônibus, carro fretado
 E até pau-de-arara.

O Governo do Estado
 Deu sua contribuição
 Liberando grandes verbas
 Para a edificação
 Resta agora novos planos
 Prá trazer do vaticano
 Sua beatificação.(LACERDA, Coisas do Brasil- A cruz da Menina, p. 01,02 e 14, versos, I,II,III,IV,V, XLVII).

De uma cidade esquecida no alto sertão da Paraíba, para uma cidade possuidora de um grande parque turístico de caráter religioso que atraia grandes massas de fiéis, foi assim que Patos passou a ser representada em notas, nos cordéis e divulgada nos jornais sobre a inauguração do parque. Enaltecia-se a construção que atendia aos anseios da população. Era comum surgir, discursos na imprensa sobre a importância desse parque para a cidade. Onde idéias novas passam a proliferar no meio social, modificando hábitos e costumes como, por exemplo, reportagem do jornal da paraiba de 15 de junho de 2008, que comenta sobre a possível beatificação de Francisca, fazendo destaque em letras grandes para temas como: capela se transformou em templo religioso; história de Francisca gerou a devoção de povo, transformando-se em mais uma rescritura da história, mais um pincelar da santa de Patos.

Após sua construção em 93 a oficialidade (política) procura, cada vez mais, disciplinar as formas de crer, instituindo símbolos que revestem a crença em algo mais “concreto”. Essa disciplinarização do crer em Francisca tem um forte apelo econômico. A divulgação do santuário, da força que Francisca tem em “obrar” milagres, levaria a Patos um grande número de fiéis, movimentando assim a economia local. Esse é talvez, sem sombra de dúvida, o principal objetivo do poder político. Transformando a fé das pessoas em mercadoria de consumo, cativa-se a economia dos bens simbólicos. O lucro como objetivo final, e para isto toda uma indústria de comércio se encontra em ascensão com a função de entreter, contudo, um entretenimento educativo.

2.3. Turismo Religioso, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas: desafios e possibilidades.

Com base nisso podemos refletir acerca da atividade do turismo religioso, pensando o papel desenvolvido pelo poder público no uso da memória dos fieis, memória que pode ser relacionada à construção de um patrimônio cultural que tem como símbolo maior a história de santidade da menina Francisca que em 93 foi capitalizada de forma mais explícita, convertendo esse patrimônio cultural em prol do desenvolvimento turístico religioso. Nesta perspectiva, não se pode excluir os mecanismos/ferramentas criadas 1993 por esses agentes que possibilitaram o florescimento do parque enquanto espaço que fomenta uma identidade religiosa e os símbolos que se configuram enquanto bem cultural transmitido ao longo do tempo pelos habitantes e fieis, ou seja, na herança viva, pulsante, recepcionada e transformada pelos descendentes e pelo setor político.

Em entrevista a nós concedida, o jornalista Damião Lucena(2011) também nos fala um pouco mais dessa memória e dessa história, até então presentes na cidade e nos habitantes de Patos que acabou sendo capitalizada pelas autoridades políticas que viram nela uma possibilidade que ia além do espiritual, vejamos trechos do relato:

Bem, a construção do parque, ele começou a vislumbrar esse projeto através de uma idéia do deputado federal Edvaldo Motta, na época. Isso vem em decorrência do grande fluxo que começa a se formar, até porque como a gente sabe, a origem do marco da cruz da menina é de 1925. Com relação a capela e com relação a cruz que era uma coisa mais localizada, já de 23. Então o deputado Ivaldo Motta, ele começou a vislumbrar, explorar com esse potencial turístico e alguns movimentos foram se formando em Patos em defesa dessa construção, e quando Ronaldo Cunha Lima assumiu o governo do estado, como ele tinha muito prestígio junto ao governador, ele conseguiu o projeto, a

execução do projeto, né. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Regis Cavalcante e quem pagou a elaboração do projeto, como também, quem doou o terreno que serve de estacionamento ao lado do parque, foi o então prefeito Ivânio Ramalho né, então, o parque foi construído e entregue no dia 24 de outubro de 1993. A idéia era exatamente explorar esse lado turístico da cidade né, porque o turismo religioso ele tem crescido muito em varias partes do Brasil, por exemplo, em Juazeiro do padre Cícero deve-se exatamente ao turismo religioso todo o desenvolvimento que ele tem até hoje, com a construção do parque, o fluxo começou a aumentar naturalmente porque passou a ser um referencial maior. No aspecto do projeto, Regis Cavalcante conseguiu edificar uma estrutura que você tem a mesma imagem dele de qualquer ponto. É uma pirâmide que você vê a mesma imagem tanto descendo de Teixeira, de Piancó, de Cajazeiras ou de Campina Grande. Então pela própria dimensão do projeto, ele passou a ser uma parada obrigatória, primeiro dos romeiros que viajam, tendo Patos como ponto de passagem para Juazeiro do Padre Cícero, então, são muitos ônibus e a gente registra isso principalmente nos meses de novembro e no mês de janeiro, quando nós temos uma romaria mais forte lá em Juazeiro do padre Cícero, então, passou a se ter uma concentração maior.

É possível pensarmos através da fala de Lucena que não foi por acreditar ou se sentir comovido com a precariedade a qual estavam expostos os fieis e visitantes da cruz da menina que levou a articulação entre prefeitura de Patos e Governo do estado criar uma construção como a que foi realizada em 93, mas sim, o interesse, desde o início, de utilizarem da devoção religiosa e os sentimentos de proximidade que se faziam presentes na região como ferramenta propulsora que alavancasse Patos enquanto espaço de peregrinação.

É a partir desse ponto que buscamos conhecer um pouco mais as trilhas que conduziram esses agentes, principalmente em 93, ano marco de uma política do espetáculo, onde convertem para si determinados bens culturais dos habitantes de Patos e fieis da menina Francisca, costurando-os a vários saberes para promover a espetacularização da crença, do sagrado, para, posteriormente aplicar uso de caráter mercadológico, turístico. E, em seguida, tentar entender o porquê desses mesmos setores, anos mais tarde o deixarem de lado, envolto numa nuvem de esquecimento e abandono.

As falas de Lucena nos mostram que a construção do parque, desde seu início, foi marcada pela presença constante e forte do poder público, primeiro ao colocar que a ideia de criar o parque religioso para abrigar a pequena capela de Francisca, construída por um agricultor em 29, como forma de agradecer um possível milagre. O deputado federal Edvaldo Motta, que posteriormente em articulações políticas com o prefeito de Patos Ivânio ramalho e o recém governador do estado, Ronaldo Cunha Lima consegue fazer com que estes comunguem com sua ideia, possibilidade a partir daí lançarem-se em esforços para erguer o agora “Parque Religioso da Cruz da Menina”. O jornal Correio da Paraíba registrou e deu divulgação ao fato, conforme se visualiza na foto que abre a notícia:



Foto 1. Inauguração do Parque Turístico da Cruz da Menina com a participação do governador Ronaldo Cunha Lima e também da deputada Francisca Motta. Foto retirada do jornal Correio da Paraíba, 26 de outubro de 1993.

Observa-se na fotografia que as personalidades políticas que representam o poder local e estadual se fazem presentes aos eventos, marcando o fato com suas presenças e estabelecendo ligação com a crença e, conseqüentemente, com os crentes.

Como já dito anteriormente, o ano de 93 foi um momento marcante, início de uma atividade presente em muitos países e também em muitos outros estados brasileiros, principalmente depois da década de 90, onde registra-se o florescimento da exploração turística. O turismo assume um novo *status* em nossa sociedade, passando a ser considerada uma alternativa viável de geração de renda e de empregos, portanto, produtora de desenvolvimento.

Neste momento, surge em Patos o turismo religioso que tem como suporte, elementos do patrimônio cultural da população. É em tom comemorativo que o jornal da Paraíba vai divulgar a criação do parque, então vejamos:

Essa obra não é minha. Essa obra é m conjunto da vontade do povo de Patos que se formou em cobrança, em esforços e dedicação para que eu pudesse oferecê-la, hoje, em seu aniversário (...)O parque da cruz da menina traduz a concretização de um sonho de um dos líderes políticos de Patos, Edvaldo Motta, que antes mesmo de minha eleição para o governo do estado, me fez essa reinvidicação, lembrou o governador Ronaldo Cunha Lima, acrescentando que o parque não seria apenas um abrigo religioso: aqui é um abrigo de fé, um abrigo de ternura, a também trará para Patos o desenvolvimento de outros setores, a partir do setor turístico, econômico e social³³.

O trecho acima é um recorte da entrevista de Ronaldo da Cunha Lima ao jornal durante visita a cidade de Patos para as festividades de comemoração dos 90 anos de emancipação. Ronaldo Cunha Lima fala da emoção de poder entregar uma obra que vem a atender aos anseios da população e fieis, em especial, ao político Edvaldo Mota(in memória). Pessoa responsável pela elaboração da idéia inicial do parque religioso a partir da cruz da menina Francisca, antevendo com a obra o fato de que possibilitaria lançar a cidade num circuito do turismo religioso, como aconteceu no Juazeiro do Norte, a partir da mitificação do Padre Cícero.³⁴ Tendo o culto a Padre Cícero se difundido pelo interior do Nordeste, atraindo devotos que vêm visitá-lo a pé, percorrendo longas distâncias. A prática da romaria imprime novas relações espaços-temporais; é a poética do lúdico, da contemplação, do desprendimento. O romeiro não calcula o tempo, nem à distância para ir a Juazeiro pisar o solo sagrado em que o Padre Cícero viveu.

Dessa maneira, a história do Juazeiro do Norte inspira outras, haja vista, o capital que mobiliza nas romarias que se fazem constante.

O Diário da Borborema, de 11 de fevereiro de 1983 traz reportagem sobre a história da menina Francisca e, ao mesmo, tempo expõe uma cobrança ao poder público para que adotem uma postura de participação na elaboração de políticas públicas de vitalização do espaço onde

³³ Jornal Correio da Paraíba, terça-feira, 26 de outubro de 1993.

³⁴ ARAUJO, Maria de Lourdes de. A cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé: Tese Doutorado-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

está à capela erguida em homenagem a criança mártir. Uma vitalização que proporcionasse o engrandecimento, uma maior visibilidade para o local. Eis o tom da reportagem: “A formosa Cruz da Menina tem deixado muita gente com certa curiosidade: por que as autoridades não procuram ajeitar aquele local tornando-o num centro de peregrinação mais desenvolvido e melhor explorado economicamente”³⁵.

Ambos os discursos estão relacionados, mesmo em temporalidades diferentes, um complementa o outro, haja visto, que dentre as alegações sustentadas pelo poder político para a construção do espaço, está a justificativa de atender aos anseios da população de Patos que clamava por isso. Alegação que podemos observar no depoimento do ex-governador, do ex-prefeito e nas palavras de Lucena, aqui recorrentemente apresentadas e que têm um eixo comum que é o de edificar uma construção para salvaguardar o espaço onde se encontra a capela de Francisca, um espaço³⁶ cheio de vivência, sabores, desejos, prazeres, sonhos e milagres que seriam capitalizados com a edificação do Parque.

Para entendermos melhor essa dinâmica, acho que devemos conhecer esse espaço tão disputado. A seguir, veremos uma imagem que representa o lugar onde foi erguida em 1929 a capela em homenagem a uma criança antes da participação dos agentes políticos que o transformaram radicalmente, dando-lhe um novo contorno. Estamos nos referindo, é claro, ao parque da cruz da menina.

Olhemos a imagem!

³⁵Jornal correio da Borborema, sexta-feira 11 de fevereiro de 1983.

³⁶O espaço aqui é compreendido como algo socialmente construído, onde só passa a ter sentido quando os sujeitos o usam, dando cores, sentidos e sons, numa elaboração constante de elementos que podem ser materiais e imateriais. SANTOS, 1996.



Foto 2.³⁷ Capela da cruz da menina, antes da construção do parque religioso da cruz da menina em 93. Momento em que os fieis e visitantes iam até a pequena capela fazer suas orações. Foto do acervo do Parque da Cruz da Menina.

Compreender essa dinâmica significa entender as relações produzidas no espaço. As relações que envolvem o poder na produção do espaço turístico, observando as contradições que fazem parte desse universo. De lado temos estratégias de agentes políticos que buscam implantar uma política turística, aproveitando-se das práticas religiosas das pessoas, por outro, temos toda uma manifestação de fé e religiosidade que mistura vários elementos ritualísticos na execução de uma adoração. Os fieis criam e recriam a cada momento símbolos e significados na relação que mantêm com a menina Francisca.

A edificação do parque ao permitir concretude aos sentimentos de uma herança presente, viva no seio desse grupo, o faz com base num pensar que tende a valorizar mais o patrimônio de *pedra e cal* do que as demais formas, a exemplo, os atos de contar e relembrar à história, os signos, as práticas religiosas desenvolvidas pelo fieis diariamente. Seus interesses, neste caso, podem se resumir ao mercado do turismo. Para tanto, investir no material significaria uma possibilidade de retorno financeiro mais seguro. Não levam em conta que esse outro lado da moeda: o que valoriza os atos praticados é a chave mestra nessa roda que leva a continuidade desses sentimentos de identificação com a criança, com sua história de dor, sofrimento e santidade que passa a ser vista como a própria história da cidade.

³⁷ Foto adquirida junto à administração do parque, ano e autoria desconhecida. Na foto é possível ver a capela do lado direito e do lado esquerdo uma romaria de fieis e visitantes.

O uso de bens culturais por parte de determinados setores, em determinadas situações, pode provocar um uso do valor simbólico que não corresponde ao valor atribuído pelos demais grupos que fazem parte desse bem cultural, ou seja, a construção do parque a ser percebida como uma moeda que tem seu valor, entretanto, cada lado possui uma imagem e um sentido, sendo assim, o parque ao mesmo tempo em que reconstitui e ajuda na continuidade de certa história, de uma certa memória, no caso em questão da menina Francisca, por outro, joga essa mesma história e memória num duelo que tem de um lado os fieis e moradores da cidade com suas crenças, ritos cotidianos adquiridos através da história oral, dos mais velhos e das narrativas escritas, na outra ponta, vemos a instituição de novas formas de crer, adorar, sentir e fazer o espaço, que passa a vigorar com a construção do parque da cruz da menina, e de seu uso político, uso esse que se faz presente em várias esferas, como por exemplo, criação de leis que atendem a necessidade de deixar o parque em evidência, tentando construir ou reconstruir no peito dos habitantes e fieis a necessidade de perpetuação do crer em Francisca, em sua história enquanto ligada a história da cidade e de seus idealizadores.



Foto 3. Parque Religioso da Cruz da Menina, construído em 1993 durante gestão de Ivânio Ramalho, com a participação do governo do estado, com o recém governador Ronaldo Cunha Lima. Foto do arquivo pessoal, tirada em 12/09/2010.



Foto 4. Capela interna da estrutura do parque, construída em 1929 pelo agricultor José Justino, em homenagem a menina Francisca. Foto arquivo pessoal, tirada em 12/09/2010.

Com base nesse projeto que busca construir para Patos uma situação de centro de devoção e peregrinação, tendo como suporte a memória sobre a história da menina Francisca que passa a ser transmitida e resignificada pelos moradores da cidade e que posteriormente santificam essa menina, é percebida por nós como algo que vai além da construção meramente de um bem de “pedra e cal”, como foi entendido pelos seus idealizadores inicialmente. Significa mais, é também uma representação da própria cultura de um grupo, é um bem cultural trabalhado e talhado de maneira a atender interesses diversos, outros. Esses agentes deixaram de lado que esse patrimônio da “pedra e cal” possui contornos outros que vão além da sua materialidade física, uma vez que o monumento é apenas uma representação material de uma representação cultural, ou seja, o mito da menina mártir. Ela é também um bem imaterial, pois trabalha e se relaciona como religião das pessoas, suas crenças e devoções. Neste caso, agentes políticos buscaram apenas exaltar a obra por si só, largando ao esquecimento a importância do bem imaterial.

Parece-nos que esse patrimônio cultural imaterial da população de Patos, enquanto possuidor de valor é algo que não estava na linha de frente das pretensões da política pública quando da elaboração do projeto do Parque Turístico Religioso. Claro que os motivos para tal escolha podem ser vários, entretanto, entre essas possibilidades podemos fazer referência a duas, a primeira por que na época de construção ainda não tivessem normas legais claras que regessem a questão do patrimônio imaterial, o que possivelmente levaria a um desconhecimento ou desinteresse pela temática, ou simplesmente a questão da tradição ocidental de patrimônio cultural enquanto algo de possibilidade material, tradição que se fez/faz presente em nossa história.

Mas, vejamos um pouco mais essa relação que se estabelece entre o poder político e o “Parque da Cruz da Menina” a partir da criação de leis que autorizam e beneficiam sua história, seu espaço e caminhar. Vejamos então a Lei n ° 2.956/2000 durante gestão do prefeito Dinaldo Wanderley³⁸

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder SUBVENÇÃO MENSAL ao parque Religioso Cruz da Menina, tendo como mantenedora a Mitra Diocesana de Patos, CGC n° 09.084.385/000-88, reconhecida de Utilidade Pública, conforme lei municipal n° 2.918/2000, de 12 de maio de 2000, n valor de R\$ 500,00(quinientos reais).

Art. 2º. A subvenção de que trata o artigo anterior será reajustado de acordo com os índices oficiais que preservam o poder aquisitivo do beneficiário.

Art. 3º Fica, ainda autorizado o Poder Executivo Municipal abrir um Credito Especial ao Orçamento Corrente, no valor de 3.500,00(Três mil e quinientos reais), destinado à cobertura das despesas decorrentes desta lei, nos termos do artigo 43, e seus parágrafos da lei federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, fazendo inserir dotações para o orçamento subsequente.

Verifica-se que 7(sete) anos após sua construção, os poderes políticos participam de forma ativa na prática diária de manutenção do parque religioso, ao ponto de elaborar leis como, por exemplo, a lei de n° 3.792/2009 que altera o valor da subvenção do parque, conforme veremos abaixo. Tanto a que cria a subvenção quanto a que altera, ambas tem como finalidade para contemplar a necessidade financeira de manutenção do parque. Posteriormente criou-se a lei de n° 3.922/2010 de 17 de dezembro de 2010 que institui no calendário de evento da cidade de Patos, o dia do “Parque Turístico Religioso Cruz da Menina” a ser comemorado no dia 12 de outubro, dia da criança e institui a obrigatoriedade da Administração do parque promover nessa data programação voltada a divulgação, promoção e valorização do parque além de viabilizar a participação de criança em atividades dedicadas a seu dia. Vejamos a Lei n° 3.792/2009, que altera o valor da subvenção:

³⁸ Dinaldo Wanderley é primo do atual prefeito de Patos, Nabor Wanderley.

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a elevar a subvenção mensal do Parque Religioso Cruz da Menina, Lei nº 2.965/2000, de 21 de agosto de 2000, passando de R\$500,00(quinhetos reais) para R\$ 1.100,00(mil e cem reais), tendo como mantenedora a Mitra diocesana de Patos, CNPJ nº 09.084.385/0010-88, reconhecida de Utilidade Pública, conforme Lei Municipal nº 2.918/2000, de 12 de maio de 2000.

Essa participação ou interferência direta, como queiram, nos leva a pensar o porquê do parque não conseguir se manter por conta própria sete anos após sua construção, porque da permanência de parte do setor público nessa manutenção, como essa captação de determinado bem cultural está se configurando em prol de uma massa que busca seu florescimento?

Perguntas estas que podemos encontrar como resposta o fato, como dito anteriormente, da necessidade de manter vivo e presente na cidade a crença em Francisca e em sua história, de um lado de dor e sofrimento, do outro, pureza e santidade. Uma segunda questão se apresenta na possibilidade do santuário em desenvolver a atividade turística calcada na religiosidade que é edificado enquanto parte do patrimônio da cidade, dos devotos, romeiros, visitante, ou seja, da região. Fenômeno que se apresentado constante na contemporaneidade em várias outras regiões. Tendo em alguns casos se mostrado benéfica para desenvolver as estruturas urbanas, aumentar as divisas da região e gerar um mercado, formal e informal, em volta dessa atividade.

Não é por acaso que tanto Dinaldo Wanderley, quanto o atual prefeito Nabor Wanderley, instituíram leis municipais que privilegiam o parque Turístico Cruz da Menina, embora, é claro, que muito mais se precisa para que esse santuário possa se desenvolver como aconteceu em outras regiões a exemplo de padre Cícero no Juazeiro, que passou a movimentar divisas capazes de desenvolver a cidade e proporcionar empregos diretos e indiretos aos habitantes. Possibilitou o crescimento do turismo que em sua esteira traz a criação de empregos, o desenvolvimento do setor hoteleiro, do setor de alimentação e serviços. É evidente que essa transformação traz consigo também mudanças estruturais que tem seu lado positivo como negativo, como verificamos no trabalho de Maria de Lourdes (2005), ao relatar que em Juazeiro do Norte, ao tempo que aconteceu o desenvolvimento turístico com base na romaria, gerou crescimento tanto financeiro como estrutural para a região, mas, trouxe também problemas de moradia ao expulsar famílias populares de determinadas áreas com o objetivo de melhorar o acesso ao horto e ao padre Cícero.

O exemplo Juazeiro só foi possível, entre outras coisas, porque houve o engajamento e participação tanto de agentes políticos e do setor privado que criara condições estruturais que são de fundamental importância na captação de recursos que permitiriam investimentos na divulgação. O que viabilizou também o fortalecimento na taumaturgia do padre. Exemplos como esse motivaram/motivam os agentes políticos da cidade de Patos a elaborarem estratégias para a manutenção do santuário religioso, contando com a participação dos moradores de Patos, visitantes, romeiros ou devotos da menina, pois querendo ou não, são esses, acima de tudo, os responsáveis pela manutenção e construção do patrimônio cultural seja material ou imaterial, de nada serviria a estrutura física se não houvesse seus frequentadores.

Antes da promulgação das leis municipais por parte de Nabor Wanderley, a mão do município já se fazia presente na organização e manutenção, como podemos verificar no ofício 029/95, datado do dia 27 de janeiro, onde o prefeito de Patos Ivânio Ramalho, encaminha prestação de contas do parque, referente ao ano anterior para a diretoria da PBtur-turismo e, ao mesmo tempo, solicita a renovação do convênio firmado para a manutenção da estrutura física do parque, conforme tinha sido acordado em 1993.

Senhor Presidente,

Pelo presente encaminhamos a V. Excia. A prestação de contas referente ao Convênio nº 06/94, celebrado entre Prefeitura Municipal de Patos e governo do estado da Paraíba com a interveniência da PB-Tur, destinado a manutenção do Parque Turístico Religioso Cruz da Menina, ao ponto em que solicitamos a renovação do mesmo para 1995, inclusive com a ampliação dos recursos.

Sem mais para o presente aproveitamos o ensejo para renovar protestos de estima e consideração

Atenciosamente,

Dr. Antonio Ivânio Ramalho de Lacerda(Prefeito Constitucional).

Esse acordo também é mencionado no Relatório de Execução Física Financeiro-Período 94, de 31/03 a 19/12, através de comprovantes de repasses no valor de R\$ 1.342.44(hum mil trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), ambos disponíveis no relatório

geral de contas dos anos 94, 95,96 e 97, cedidos pela administração do parque e colocados nos anexo desse trabalho.

Com base nessa participação tão direta na manutenção desse bem cultural, indagações nos levam a refletir sobre a importância dos bens culturais para a sociedade, para a história, para a construção das identidades. Buscando entender como a pluralidade de seu conceito e entendimento é apropriado pelo poder político que detém o controle administrativo, e pela população, que detém poder de construção e manutenção.

Esse bem cultural “engendrado” pelas políticas públicas que visaram criar uma diretiva para o turismo religioso e com isso patrimonializaram a fé. A Cruz da Menina pode ser pensada como a monumentalização da crença sob estratégias das políticas locais na articulação com o governo do estado. Criam a referência e, em seguida, as subvenções para mantê-la. Eis a difícil articulação que precisa se estabelecer, de modo a que haja fluxos de consumo do monumento que vem a assumir “*locus*” da religiosidade no município. Daí que a cidade deve dispor de orçamento que implemente o bem patrimonial.

2.4. A crença enquanto representação de patrimônio imaterial.

Durante muito tempo se falou em patrimônio histórico como sendo somente igrejas, prédios antigos, sítios arqueológicos, obras de arte como quadros e esculturas, como visto anteriormente. Ultimamente, entretanto, se tem redefinido um pouco essa noção. Na constituição de 1988, nosso documento maior, não fala mais em patrimônio histórico e artísticos, mas sim, de patrimônio cultural como sendo o conjunto dos bens materiais e imateriais, valores, tradições e costumes herdados do passado e reapropriados no presente, e que dão uma determinada cara brasileira, são imagens que transmitem sensações de identificação com algo, tornando-se parte do viver humano.

Por isso, hoje, entendemos que o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, mas na sua concepção contemporânea se estende muito além, vejamos a seguir:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os

grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana³⁹.

Os instrumentos de reconhecimento e valorização dos bens culturais imateriais criados pelo governo brasileiro consideram, então, a natureza dinâmica e processual desses bens, observemos abaixo,

É possível preservar uma raça recebida? É possível tomar os sete dons do Espírito Santo? Certamente não. Mas, é possível sim reservar, por meio de registros e acompanhamentos, lugares, objetos, festas, conhecimentos culinários etc. É nessa direção que caminha a noção recente de patrimônio intangível, nos recentes discursos brasileiros acerca do patrimônio (ABREU; CHAGAS, 2003 p. 27).

Nessa lógica, ainda que estejamos abordando um patrimônio material elaborado por políticos, que tem em suas origens a intencionalidade de sê-lo, podemos dizer que este existe na articulação entre a: imaterialidade e materialidade.

Relação que se torna possível quando da monumentalização da crença, na edificação do Parque “ A Cruz da Menina”.

No caso do patrimônio imaterial, trata-se das nossas heranças que não podem ser tocadas, mas que se encontram no imaginário das pessoas. Essas manifestações imateriais, todavia, só se tornam melhor apreendidas pelas pessoas quando temos uma representação material delas, vejamos o que nos fala a entrevistada Laura Vieira de Figueiredo⁴⁰:

Durante muito tempo conheço a história de Francisca, fomos vizinhas quando criança. Depois que ele morreu, construíram uma capela por ela fazer milagres, quando eu tinha saúde eu ia falar diretamente com ela, e sei que ela me escutava

³⁹ Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial Paris, 17 de outubro de 2003.

⁴⁰ Entrevista concedida por Maria das Graças Oliveira, católica praticante e fiel da menina Francisca, em 10/09/2006 na cidade de Patos.

e me atende(...) desde criança vou lá. Minha mãe sempre dizia que tínhamos que rezar pra Francisca, pois ela era santa. Foi uma tristeza sua morte. As pessoas sempre rezam por ela, pedem graças e tudo mais. Ela sempre me ouviu, tive muitos filhos e todos eles eu pedi a ela para cuidar. Cada filho meu já foi abençoado por ela.

Através da fala de Laura Vieira de Figueiredo podemos perceber uma continuidade no ato de acreditar e perpetuar a história da menina Francisca. Quando ela diz que desde criança conhece a história e visita o lugar por intermédio, podemos concluir que aconteceu uma transmissão de uma simbologia compartilhada e que faz parte do imaginário comum. É evidente que sabemos que essa transmissão não pode ser lida de maneira tal qual, uma vez que ela novas leituras por meio de sua religiosidade, de sua fé, dos signos passados por sua mãe, seus vizinhos e amigos, dando novos sentidos à crença e mantendo-a.

Esse trecho serve para exemplificar em termos, o entendimento de Patrimônio Imaterial/Intangível enquanto ação/ato que é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Pois, compreendemos que é necessário levar em conta que os símbolos não são simplesmente herdados, mas sim, construídos e reelaborados historicamente pela dimensão sagrada com as quais são vividos. Uma construção e vivência que, mesmo dialogando com referências religiosas herdadas, criam novas formas de crenças. Por isso, a “herança” cultural, neste caso, não deve ser pensada pelo historiador, simplesmente enquanto uma continuidade natural, uma vez que a história e o mundo religioso não estão prontos a espera que os homens os usem para significar suas motivações. Ele é produto dessas significações (CERTEAU, 1994).

Portando, retornando para nossa Constituição Federal, percebemos que o Governo Federal regulamentou ao Art. 216 da Constituição de 1988 através do decreto 3.551/2000⁴¹, que criou o programa Nacional do Patrimônio Imaterial(PNPI) e instituiu, como formas de proteger o

⁴¹ Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

patrimônio imaterial o registro nos livros temáticos no IPHAN (Instituto do Patrimônio histórico e Artístico nacional) e o inventário.

Essa adoração e devoção na menina Francisca, que implica em acreditar em seus milagres, se associa a outros modelos de tradição do crer que surgiram a partir de outras evidências, resultando em mais uma história fermentadora de um padrão de religiosidade típico do povo brasileiro. É vista como manifestação de uma cultura que transita no tempo e que é, ao mesmo tempo, atual e passada, história e devir, sendo assim, temos que buscar entender essa manifestação cultural em seu conjunto, pois só assim é que essa inteligibilidade terá sentido. Lembrando sempre que o patrimônio é algo vivo.

Enquanto parte viva, as construções culturais são parte de experiências históricas, vivificadas de forma integrada, portanto, dinâmicas no tempo. Esse dinamismo é, ao mesmo tempo, diacrônico e sincrônico, e, assim, a construção de um modelo de interpretação do passado e a transformação desse modelo em atrativo turístico, devem considerar as vivências presente como parte de um todo cultural (MENESES, 1992, p. 25).

Após essas considerações acerca da questão do patrimônio histórico cultural, julgamos pertinente dizer que é preciso apostar na existência de uma pluralidade de memórias coletivas, que, mesmo heterogêneas, caracterizam-se como possuidoras de fortes referências de grupo, mesmo algumas não possuindo espaço nas páginas escritas da História. Para tanto, é necessário assimilar que o patrimônio cultural de um país resultado do conjunto das práticas culturais, dos produtos culturais e de suas representações simbólicas.

O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem com o despertar da cidadania e representa, ainda, um caminho para a dinamização do turismo (REIS, 2012).

Em meio a isso, creio que não é ocioso acrescentar que nem todos os bens patrimoniais têm o mesmo grau de interesse como atrativos. Há os de alta, média e baixa atratividade. E há, por outro lado, a possibilidade da combinação destes conjuntos considerando sua proximidade no espaço e o tempo para visita.

No caso da religiosidade popular, percebemos que existe um forte interesse por esse tipo de patrimônio e, especialmente, pelo interesse que este vem despertando ao proporcionar como, por exemplo, o desenvolvimento do turismo religioso que acaba beneficiando uma região ou um grupo. Não por acaso que nos últimos anos tem crescido em nível mundial e local o

desenvolvimento desse tipo de atividade, com especial investimento por setores públicos e privados em algumas localidades, com vista a arrecadar dinheiro, muitas vezes em detrimento do próprio significado religioso.

Num momento em que redescobrimos o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso. Percebemos lentamente o interesse do governo federal e até mesmo dos gestores estaduais pelo patrimônio. Uma vez que a revitalização do patrimônio significa a resignificação das manifestações culturais, tornando-as vivas ao ganhar sentido para as pessoas e, especialmente, ao aguçar as identidades locais, despertando o sentimento de valorização de sua identidade enquanto expressão da própria cultura. Identidade que no caso de Francisca está relacionada com o religioso, com a edificação de um espaço de peregrinação (REIS, 2012).

Por transitar no tempo, o patrimônio cultural compreende os elementos significativos da memória social de um povo ou de uma nação, englobando os elementos do meio ambiente, o saber do homem no decorrer da história e os bens culturais enquanto produtos concretos do homem, resultantes da sua capacidade de sobrevivência ao meio ambiente. Assim, patrimônio diz respeito às “maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição” (PELEGRINI, 2006, p.118), que, muitas vezes, acabam sendo apropriados para serem usado no turismo.

Esse patrimônio cultural pode ser entendido como um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos/símbolos num espaço-tempo, que conferem a um grupo um sentimento coletivo que convergem para um ponto em comum, fazendo com que toda construção patrimonial torne-se uma representação simbólica de certa identidade. Nesse sentido, os símbolos tornam-se veículos privilegiados de transmissão cultural, mantendo por meio dos seres humanos, relação com um certo passado idealizado a partir das necessidades do presente. Assim, a integração do patrimônio ao cotidiano das pessoas e às suas celebrações faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural (MACHADO; DIAS, 2009).

Os bens imateriais oriundos da crença na santidade de Francisca, por constituírem um domínio da cultura do qual emergem as identidades que singularizam grupos humanos e

sociedades inteiras, vêm ganhando importância social, política e econômica e, assim, vêm sendo assunto de diversos debates a partir da preocupação demonstrada já por Mario de Andrade e outros modernistas, nos inícios da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. O registro e a salvaguarda de uma parte da nossa cultura popular, considerando-se a cultura do ponto de vista antropológico, como um conjunto de códigos que permite aos grupos humanos pensar, classificar, agir e interagir no mundo parece fundamental para sua continuidade. Gonçalves, ao pensar na importância das diversas referências culturais enquanto patrimônio questiona:

Qual a vantagem enfim de entendê-los como, patrimônios? Eu arriscaria dizer que, à luz dessa categoria, aquelas instituições, ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídos e reproduzidos no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos, reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados). O sentido fundamental dos patrimônios consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora (apud CAPONERO; LEITE, 2010).

Complementando a visão sobre o tema e a importância de se desenvolver este campo que mostra como a questão é profunda e complexa, e como é fundamental seu desenvolvimento, podemos ainda arrolar outro aspecto fundamental que envolve o turismo: a questão da identidade, lembrando que a cultura pode ser encenada para o turismo, mas essa encenação também provoca o resgate e a manutenção da cultura.

A discussão envolve ainda questões da relação dialética entre a cultura produto e a cultura "autêntica", a cultura inventada que reinventa a identidade. Sendo assim, é importante o pensamento de Talavera (apud PARDI, 2003) que vem um pouco na contramão de parte do debate, ao dizer que embora mantendo seu componente simbólico, o uso turístico do patrimônio não contribui com a questão identitária na medida em que a espetacularização serve mais ao

mercado que a comunidade. Em parte ele tem razão, pois, pelo o que nos é mostrado, o uso dessa cultura, desse patrimônio cultural torna-se, em grande medida, um produto de consumo para o mercado, principalmente quando é desenvolvido pelo poder político que, ao elaborar suas políticas, visa o lucro em primeiro grau, para em seguida olhar o outro lado. Entretanto, mesmo sendo produto para o consumo, ao fazer isso acaba dando visibilidade e trazendo para o plano social esse bem cultural e com isso produzindo novos sentimentos de identificação e de reconhecimento.

Compartilho, entretanto, da visão que observa que o turismo pode ser um dos fatores que desencadeia o processo entre passado e presente. Inicialmente visto como cultura encenada, como tradição inventada para consumo turístico, acaba penetrando os interstícios do tecido social e transformando-se em movimento cultural do presente com interesse genuíno na valorização e no conhecimento do próprio passado.

O turismo como experiência da constituição permanente de um relato futuro pode, nesse sentido, ser elemento afirmador das identidades na medida em que possibilita a identificação com base nos sentimentos e conhecimentos dos grupos nativos sobre si mesmos e sobre o "outro". Inclusão esta que garanta que eles tenham a oportunidade de participar como agentes, dotados de autonomia e direitos, e como "viajantes" eles próprios, como turistas em busca de seu passado e de sua cultura (TALAVERA apud PARDI, 2003) como bem fazem os devotos e fieis de Francisca que a cada momento reproduzem novas impressões e sentimentos. Sentimentos estes que, em muitas vezes, sofrem a tentativa de manipulação por agentes que buscam direcionar a favor de um posicionamento que legitime determinado fato, sentimento, história e identidade.

Barretto argumenta que, a despeito de diversos aspectos negativos (...), o turismo permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva e de reconstrução da história (apud PARDI, 2003), mesmo quando esta sofre de manipulação, porém, isso não quer dizer que seus usuários recepcionem tal qual desejado por determinada instituição.

Para que esse turismo se desenvolva é necessário que aconteça a inclusão da população nativa no desenvolvimento desse uso do patrimônio cultural religioso, em especial, quando este passa a ser trabalhado em consonância com o turismo, pois somente a abertura a todos propicia que a viagem, vivenciada através dos registros do passado, e o turismo como experiência da

constituição permanente de um relato futuro possam, nesse sentido, ser elementos afirmadores da identidade. Assim é que desencadeiam, reforçam e reproduzem impressões, sentimentos e conhecimentos dos grupos nativos sobre si mesmos e sobre o "outro" (TALAVERA apud PARDI, 2003).

Por tudo que expomos até o momento, já é possível dizer que o uso adequado do patrimônio tem que exercer duas funções: garantir o respeito à cultura, inclusive no que se refere ao artístico e garantir o significado histórico e a comunidade, que não pode ser excluída do processo de decisão sobre o uso do patrimônio ou mesmo dos benefícios econômicos advindos da atividade turística (REIS, 2012), como em certa medida aconteceu com o santuário da Cruz da Menina.

2.5. Políticas para o desenvolvimento do turismo religioso.

Para que esse bem cultural seja um produto turístico atraente e sustentável, os recursos existentes devem ser devidamente conservados para assim, o turismo poder beneficiar o resgate cultural da localidade, estimulando o reconhecimento e o prestígio de expressões culturais, pois “manter” a identidade cultural relacionada com os componentes da cultura é manter os elementos que constituem o rico patrimônio cultural imaterial que é transmitido de geração em geração e é constantemente recriado pelos povos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (CAPONERO; LEITE, 2010).

Nesse sentido, pensar essa devoção não apenas como um ritual passado, onde são imprescindíveis não só a contextualização histórica e os principais aspectos culturais da cidade, mas também o seu entrelaçamento com a história contemporânea, com a cultura massificadora da modernidade globalizada e com o turismo de massa que atrai milhares de pessoas interessadas na riqueza religiosa (CAPONERO, LEITE, 2010). Leva-nos a refletir sobre como se processam essas políticas e de que forma o governo vem atuando nesse campo. Pois, já vimos através das falas do ex-prefeito de Patos, como também do ex-governador, que embora estes defendam a idéia que a construção do parque se deu em consonância com o anseio da população, interesses outros estavam em jogo, como, por exemplo, a promoção política que viria a partir desse momento, o possível desenvolvimento da região, criando para patos um atrativo turístico que se

convertesse em divisas para o município e, por que não, para o Estado como já vinha acontecendo em outras localidades Nordestinas, brasileiras, internacionais.

Essas políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo religioso com base no patrimônio cultural vêm se destacando nos últimos anos e merecendo atenção por parte dos pesquisadores que buscam construir caminhos que esclarecem esse jogo, seus jogadores e suas regras.

Além do Santuário Religioso Cruz da Menina, inúmeros outros exemplos podem ser destacados caminhando nessa mesma direção como, por exemplo, o caso de São João Del Rei, sobre quem Oliveira (2007) comenta a relação entre a atividade turística do lugar e seu Patrimônio Histórico Cultural. Sendo assim, a autora irá mostrar que a diversidade cultural, o diferente, são fatores importantes para o atrativo turístico fazendo com que pessoas desloquem-se para outros lugares, a fim de conhecer novas peculiaridades. Podemos entender esse fator como um dos principais movimentadores do turismo, seja em nível religioso ou em nível de lazer. Pois, ambos podem estar juntos, basta pensarmos no que aconteceu nos primeiros anos após a construção do parque da cruz da menina, onde uma multidão de pessoas passou a ir visitar o local independente de ter alguma devoção pela menina Francisca, mas por aquilo que o parque oferecia. Onde a espacialidade passou a ser praticada como lugar de vivência e lazer, para onde convergiam muitas famílias nos finais de semana. Com o parque a cidade ganha um espaço agradável, com lojas de souvenir, lanchonete, um espaço com árvores e com arquitetura imponente que atraía cada vez mais curiosos e que, ao mesmo tempo, servia para legitimar a história de santidade de Francisca, uma vez que no imaginário das pessoas o governo e prefeitura não iriam gastar tanto dinheiro com uma coisa que não fosse verdade, sendo assim, temos a construção como legitimadora de uma verdade que se pretendem construir.

Com base nisso, prestemos atenção para o que nos diz Joaquim dos Santos, morador da Vila Mariana há mais de 10(dez) anos. Natural de Pombal, porém criado em Patos desde os 14 anos, ele nos fala:

Não sei se posso ajudar você não, sou católico mais não sei muita coisa não... Sei que a menina é santa porque muita gente vem aqui rezar pra ela, também por que construíram esse lugar aqui para ela, por isso sei que ela é santa...eu nunca vi nada do outro mundo aqui não. Pra ser sincero, não sou de acreditar nessas coisas não [silêncio]. Prefiro ficar na minha, minha mulher, quando a

gente veio morar aqui, ia algumas vezes aí, mas agora não vai mais (trecho da entrevista realizada com Joaquim dos Santos, em Patos, 02.01.2008).

Seu Joaquim irá colocar como causa dela ser santa o fato das pessoas irem lá e rezarem para ela e, porque foi edificada pelo governo e prefeitura uma obra para abrigar sua capela. Perguntado sobre o que achava do parque, respondeu-nos categoricamente, *legal né? ficou bonito, vem gente pra rezar, agora anda meio parado, mas já foi melhor*”.

Ao retornar ao caso de São João Del Rei temos que esse tipo de turismo, tem se desenvolvido de maneira lenta, apesar das perspectivas do país em relação às políticas públicas propostas pelos governos, em especial a partir de 90. Sobre isso Solha (apud MOURA, 2002) afirma que os primeiros anos da década de 1990 foram de expectativas e decepções, incluindo grandes mudanças na política e novos planos na busca de estabilidade econômica. O turismo era citado como uma das prioridades do governo. Em 1991, a Embratur deixou de ser empresa pública, transformando-se em uma autarquia especial sob nomenclatura de Instituto Brasileiro de Turismo, com a finalidade de formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional de Turismo. Já em 1992, foram estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional de Turismo (PNT), criando-se o instrumento para operacionalizar esta política, o Plantur –Plano Nacional de Turismo (CRUZ apud MOURA, 2002). No entanto, o Plano [PNT] não chega a sair do papel, pois o Plano Nacional de Turismo, que ‘deveria constituir um instrumento de efetivação da política, é instituído antes de a política de turismo ser implementada, o que só ocorrerá em 1996 (DIAS apud MOURA, 2002).

Teremos em 1994 novas diretrizes em prol da política nacional de turismo, com a instituição de alguns programas como, por exemplo, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), “criado com o objetivo principal de melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como da descentralização das atividades de planejamento” (BENI apud MOURA, 2002).

O PNMT merece destaque por marcar uma mudança de direção, pelo menos na teoria, das políticas públicas de turismo no Brasil. Esse programa tinha como foco uma maior aproximação das políticas públicas com as necessidades regionais e locais, trazendo para dentro de casa, por

assim dizer, as possibilidades de desenvolvimento. Essa mudança é devida à macro-estratégia de descentralização do poder, permitindo “que fossem consideradas as características de cada esfera no planejamento turístico, envolvendo o nível municipal, estadual e federal” (ANDRADE apud MOURA, 2002). Entretanto, o PNMT não conseguiu alcançar seus objetivos, principalmente nos estados do norte e nordeste, graças à falta de participação efetiva das comunidades locais e do setor privado (ENDRES apud MOURA, 2002).

Em 1995 foi instituído, pelo BNDES, o Programa Nacional de Financiamento do Turismo, proporcionando investimentos na atividade da ordem de 250 milhões de reais. Em 1996 é lançada a Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas (1996- 1999), que continha “um conjunto de diretrizes, estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo Estado, através do Ministério da indústria, no Comércio e do Turismo, via Embratur, pelo Sistema Oficial de Turismo e pela iniciativa privada” (DIAS apud MOURA, 2002). De acordo com o discurso oficial, esta política era apoiada em cinco macros estratégias:

- a) a implantação de infra-estrutura básica e turística; b) a capacitação de recursos humanos para o setor; c) a modernização da legislação; d) a descentralização da gestão do turismo; e) a promoção do turismo no Brasil e no exterior.

Todas essas políticas públicas são difundidas no discurso oficial, o Governo considerou que “as metas traçadas foram superadas, tendo o setor turístico contribuído com a geração de emprego e renda e com o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País”(MOURA, 2002). Metas estas que não se fizeram presente homogeneamente em todo território nacional, mais, isso pode ser explicado levando-se em consideração a forma como certas políticas são inseridas. Muitas vezes o poder político tenta criar uma forma homogênia para ser aplicada a todos os espaços e a todas as peculiaridades, e nesse, sentido, encontramos o primeiro problema advindo dessa prática, haja vista, que as peculiaridades locais exigem atuações e sensibilidades diferentes como, por exemplo, a cidade de Patos onde os fieis e devotos de Francisca têm criado para si maneiras distintas de se identificarem e representarem sua crença, devoção na menina Francisca e, em sua história. Por isso não adianta criar ou reformar determinado patrimônio cultural em prol de um desenvolvimento turístico quando suas práticas ficam do lado oposto dos anseios e desejos das pessoas, ou quando essas pessoas, por outro lado, são excluídas da criação ou manutenção desse bem cultural, sendo impossibilitadas de participarem de forma direta.

Segundo Carlos (1999), as cidades quando transformadas em “não-lugares”⁴² para atrair turistas, a partir do uso do seu patrimônio cultural podem, algumas vezes, produzir um sentimento de estranhamento para a comunidade que vive ali, pois tudo se transformou em “espetáculo para turista ver”. Não nos esqueçamos do que aconteceu com a pequena capela construída em 1929, pelo agricultor Justino em homenagem a menina Francisca. Erguida no meio do mato entre pedras que teve em 1993 seu espaço resignificado pelas mãos do poder político, ganhando ares de parque turístico religioso, possuidor de uma mega arquitetura que de longe, conforme já nos falou Lucena, pode ser avistado.

De acordo com Moura, a indústria do turismo pode produzir um sentido oposto ao que pretende ao criar a “não-identidade” e, com isso, o “não-lugar”, pois acaba esquecendo as identidades locais e criando mercadorias para serem consumidas, produtos da indústria turística que, com sua atividade, produz simulacros de lugares. Um “lugar” de verdade é reprodução da relação espaço e sociedade, implicando no estabelecimento de uma identidade entre a comunidade e o lugar. Tal identidade se dá através de formas de apropriação para a vida, tecida pela história e cultura de um povo (MOURA, 2002).

Usando do pensamento de Moura numa tentativa de levar para a realidade de Patos, podemos considerar que algo assim pode ter acontecido em Patos, pois temos ao lado do Parque Turístico Religioso Cruz da Menina uma outra edificação, porém, de caráter mais terreno, temos a construção de uma vila popular chamada Vila Mariana. Vejamos um pouco dessa história.

Após a inauguração do parque, em suas proximidades foi construído pela prefeitura um pequeno povoado. As casas construídas pelo poder político representam construções de habitações populares padronizadas, idênticas e com o mesmo tamanho, embora atualmente alguns proprietários já venham modificando estruturalmente aspectos de sua casa. A vila Mariana é um espaço de vivência de pessoas caracterizadas por certa simplicidade econômica. Construída ao lado do parque da Cruz da menina, suscita dúvidas dos reais interesses do poder público de alocar famílias tão simples ao lado do principal cartão turístico da cidade tendo em vista que, com o desenvolvimento do setor turístico na contemporaneidade os órgãos públicos e privados tentam de todas as formas, criarem a melhor imagem possível dos locais que serão usados como pontos

⁴² O autor trabalha com a idéia de que a cidade quando passar a traçar caminhos que levam exclusivamente a atividades turísticas, onde o turismo passa ser o motor propulsor desta localidade, esse processo provocaria um afastamento identitário da população com a cidade, onde a cidade deixaria de ser entendida enquanto espaço de sociabilidades culturais. Por isso, o autor denomina a cidade, neste caso, como não-lugares.

turísticos que, consecutivamente, serão expostos a um grande número de visitação, afastando desses espaços qualquer situação que possa vir a comprometer o espaço com a diminuição de visitantes e, conseqüentemente, dos lucros.

Segundo Lucena, a construção da Vila Mariana se deu em conseqüência das rivalidades políticas presentes no cenário político local e até mesmo Estadual, vejamos trecho de sua entrevista.

A construção daquela Vila Mariana, um conjunto habitacional que foi construído na época pela prefeitura para os funcionários públicos municipais o objetivo de construir aquele conjunto habitacional, o objetivo inicial foi um objetivo político. Porque havia naturalmente um investimento feito pelo governo do estado, a ideia era que nas adjacências do parque fossem construídas estruturas digamos de pousadas de hotéis, estruturas exatamente para absorver esse tipo de turismo. E ai por conta de uma divergência política o então prefeito Ivaldo Medeiros achou por bem fazer um conjunto ali nos moldes de uma favela exatamente para tirar o brilho, o que ofuscou na verdade durante muito tempo a própria estrutura do parque. E isso inibiu até o empresário que tinha ideia de investir naquela área. Por esse motivo eu acredito que nós não tenhamos hoje grandes hotéis, grandes parques para abrigar pessoas, grandes estruturas de hotel, enfim, a cidade deixou de se desenvolver exatamente por conta disso. E ai, o conjunto, era na verdade uma conglomeração de pessoas muito pobres, o que às vezes até prejudicavam o parque, não pelo fato do poder aquisitivo, mas porque as crianças ficavam lá pelo parque pedindo, surgia muita gente pedindo também, que deixou até as suas atividades para isso, isso espantou muito, grande parte do turismo, se você olha, por exemplo, hoje aquela vila mariana daquela população inicial praticamente não existe mais ninguém porque outras pessoas compravam aquelas casas e fizeram de uma forma desordenada, e isso foi outra coisa coisa que prejudicou sensivelmente o parque, então, esse foi um dos grandes problemas que nós temos (trecho da entrevista com Lucena realizada dia 13/08/2011).

Percebemos que o Parque Turístico Cruz da Menina acabou sofrendo com as rivalidades políticas locais, onde os interesses políticos individuais foram maiores que o interesse coletivo, não havendo um cuidado ou preocupação, por parte dos representantes locais que se sucederam na prefeitura da cidade, na manutenção e preservação daquele espaço.

Para Lucena (2008) a atual situação em que se encontra o parque é decorrente, principalmente, da irresponsabilidade de administradores da cidade que por incompetência pensavam menor que o lugar.

A título de visualização do modelo arquitetônico e social empregado na vila Mariana é que disponibilizamos uma fotografia do lugar:



Imagem 5. Vila Mariana. Foto arquivo pessoal, 2008.

É perceptível a simplicidade arquitetônica com que se dispõem as edificações residenciais, reflexo de uma política local que segundo nos relatou Lucena, construiu essa vila como forma de suplantar a memória dos idealizadores do parque da Cruz da Menina, uma vez que o deslocamento de uma população simples para os arredores do parque poderia provocar um afastamento dos romeiros, visitantes e fieis da menina Francisca, com isso ocasionar o esquecimento dos agentes responsáveis pela obra, numa tentativa de apagar com o “brilho” do lugar.

Hoje em dia os moradores da Vila Mariana tendem a ver o parque, mais com olhos do capitalismo do que com os olhos da fé, a construção do sagrado torna-se lugar que os possibilita fazer negócio. As crianças tendem a ganhar “trocadinhos” cuidando dos carros das pessoas, outras construíram pequenos comércios ao lado do parque, bodegas que servem para atender aos romeiros quando de passagem pelo lugar, principalmente nos meses de outubro, por caso do dia da morte da menina Francisca e pela proximidade com o dia das crianças, novembro pela data do dia dos finados, dezembro pela questão do natal que simboliza o nascimento de Jesus Cristo,

logo, temos a transferência da imagem do menino Jesus para a menina Francisca, crianças que tiveram uma missão santa aqui na terra, segundo seus devotos e fieis, e os meses de março (24: Aniversário de Padre Cícero); julho(22:Aniversário do Município); setembro(15:Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores); e novembro(1º: Dia do Romeiro, 2: Romaria do Padre Cícero, momentos de romarias em direção ao Juazeiro do padre Cícero.

Essas bodegas, também, servem de ponto de venda para abastecer as necessidades mais urgentes dos habitantes do local, por estarem próximas das casas e possibilitar a prática do fiado, “penduro”⁴³, algo bastante corriqueiro em bairros simples de cidades de pequeno porte, como é o caso de Patos, uma relação de confiança entre dono de estabelecimentos e compradores. Por outro lado, essas bodegas auxiliam os moradores evitando que se desloquem até o centro da cidade, uma vez que o acesso a Vila Mariana por meio de transporte público ainda é bastante complicado, conforme vemos na notícia abaixo.

Os moradores da Vila Mariana, bairro localizado próximo ao Parque Religioso Cruz da Menina, em Patos, estão aproximadamente a 20(vinte) dias sem o transporte coletivo. A retirada dos ônibus aconteceu logo após o fechamento de trecho alternativo que era usado para o acesso ao bairro. O fechamento do trecho foi realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e inviabilizou acesso à comunidade que passou a ser feito pela BR 230.

A empresa de ônibus que explora o serviço de transporte coletivo em Patos alegou que com o fechamento do trecho o acesso ficou perigoso, sendo necessário discutir a sua abertura. O caso está sendo tratado pela Superintendência de Transito e Transportes Públicos – STtrans junto ao DNIT e a empresa de ônibus, mas até agora não se chegou a resolver o problema.

O bairro da Vila Mariana já enfrenta problemas com a sua infraestrutura e acessibilidade. Com a retirada da linha de ônibus os moradores mais carentes,

⁴³ Prática cotidiana entre pessoas simples que usam esse tipo de estratégias para adquirirem produtos/mercadorias em pequenos estabelecimentos, deixando para efetuarem o pagamento depois. Normalmente, esse estabelecimento pertence a alguém morador do local e conhecido dos compradores.

que são a grande maioria no bairro, agora perderam o transporte coletivo que é mais em conta para ser usado diariamente⁴⁴.

Diante disto, verificamos que as políticas aplicadas em Patos para desenvolver o turismo religioso sofreram algumas perturbações e deformações se comparadas com as aplicadas em Juazeiro do Norte-CE e demais centros de peregrinação religiosa, onde se verificar na cidade de Patos, inicialmente, uma junção de forças em prol da construção de um parque turístico único para a região, símbolo de desenvolvimento e prosperidade e, posteriormente, um abandono na esfera política que pode ser analisada a partir de rixas e confrontos entre políticos e mesmo entre partidos. Por outro lado, temos como um dos resultados desse confronto, um possível distanciamento da população de Patos para com o Parque. O que isso quer dizer? Hoje em dia é perceptível que não há por parte dos habitantes de Patos um interesse como antes de irem visitar o parque, embora, eles, em sua grande maioria, se digam devotos e que se identifiquem com a história da menina morta e santificada que no imaginário popular transformou-se na santa de Patos. Entretanto, o hábito que antes existia foi, pouco a pouco, sendo deixado de lado. Hoje em dia poucas são as famílias de Patos que vão de forma mais contínua visitá-lo. O que se percebe é a frequência de pessoas que ainda não conhecem o parque e assim, resolvem ir, sem necessariamente serem devotas da menina ou acreditarem em sua santidade, mas, pelo simples fato de terem ouvido falar da história e da grandiosa construção. Outros, por lado, são os freqüentadores que lá vão por serem fieis e devotas da criança, por já terem alcançado uma graça ou por sentirem necessidade de pedir pela intersecção de Francisca. Mas, o hábito de freqüentarem como lazer, ou simplesmente para passear, como acontecia antes, podemos dizer que decresceu.

O próprio Padre Flavio nos fala que a devoção, por parte dos moradores de Patos, não é muito grande, no que se relaciona a freqüentar o parque e não necessariamente em acreditar ou não.

Na cidade de Patos a devoção não é uma devoção grandiosa, ela tem seus devotos, ela tem seus visitantes, mas não é tão grandiosa como são as pessoas

⁴⁴ www.patosonline.com/15/12/2011_07:03.

que vem de outras cidades, por que não há caravanas, por exemplo, de bairros de Patos que venham para ficar no parque religioso etc., fazer turismo religioso não há. As pessoas isoladas que vem. As missas aos domingos são bem freqüentadas assim por diante, mas a devoção ela extrapola outras cidades e até outros estados no sentido de que romarias, carros, ônibus vem para visitar a menina Francisca, então a devoção ela é mais fervorosa fora de patos do que dentro de Patos essa é a leitura que faço nesse pouco tempo que estou na paróquia (trecho da entrevista com Padre Flavio, 12/10/2011).

Se por um lado, a população de Patos tem ultimamente apenas preservado na memória a história da menina Francisca, uma memória que superdimensiona a dor e o sofrimento, que traduz como méritos para sua santidade, por outro as pessoas das cidades vizinhas como é o caso de cajazeiras brotam em seus sentimentos uma grande admiração pela menina Francisca e por sua história, sendo bastante conhecida na cidade e merecedora de crédito que se traduz em várias visitas e colocação de ex-votos em seu santuário.

O sentimento que as pessoas das cidades vizinhas a Patos demonstram é de uma devoção que se traduz, tanto no crer na santidade como de freqüentarem o parque, onde sua simples presença será motivo para uma gratificação por parte de Francisca. Estar no parque simboliza ter a bênção da santa. O espaço é apropriado por eles como espaço sagrado, principalmente a capela erguida, onde seu corpo foi encontrado. O estar lá já seria motivo de graça em sua vida para essa pessoa, tanto é que o simples fato de ir ao parque é algo que merece registro, sendo assim, muitos visitantes e fieis levam suas máquinas para tirarem fotos do lugar, e, em especial tirarem fotos suas neste lugar, para poder, em seguida, mostrar a seus familiares e amigos que realmente foram ao santuário de Francisca, ou seja, trazer Francisca para suas vidas é ter um lugar de destaque, é motivo de *status* no cenário de religiosidade de que participa o fiel.

Percebe-se hoje que existe uma devoção intensa, quando nos referimos ao ato de ir ao santuário, de se deslocar como romeiros, entre as pessoas das cidades vizinhas, do que propriamente dos habitantes de Patos. Ações que eram realizadas quando da inauguração do parque pelos moradores da cidade agora se encontra nas mãos dos visitantes, onde estes executam uma romaria no sentido estrito da palavra. Cabendo a Patos pequenas mobilizações de parte isoladas de grupos que buscam manter viva a história entre a população, ao tempo que lançam mão da intenção de beatificação de Francisca como possibilitadora de uma visibilidade que traria

novamente a história ao cenário do dia, reestruturando o parque como grande centro de romaria, como aconteceu em seus primórdios.

No tocante ao uso pelo turismo do patrimônio cultural religioso como, o caso de Francisca, temos outros exemplos de patrimônio cultural que propiciam atividade turísticas como: “As Folias de Reis” ou do “Divino”, a “festa de São Benedito” e suas congadas, o louvor e os festejos aos padroeiros locais continuam a pontuar o calendário do vale paraibano, marcando o cotidiano com o tempo sagrado. Onde temos celebrações que fazem parte da história local dos habitantes e que é, ao mesmo tempo, produto para ser negociável através do turismo. Essas celebrações marcam sobre maneira o vale do Paraíba, carregadas de símbolos e significados. Entretanto, apesar de mais de cem anos de tradição, a festa do divino é realizada de forma amadora, sem divulgação, estrutura e apoio da imprensa televisiva ou escrita.

Para os moradores locais, a celebração do divino representa um momento de festas, sendo o maior momento da cidade, e todos se sentem envolvidos pelos festejos, participam ativamente das manifestações religiosas, procissões e missas e têm grande prazer em receber os parentes e amigos no decorrer do evento. Os moradores relatam que seria bom se a cidade tivesse melhores condições para acolher os visitantes, e reclamam do escasso apoio dos políticos e comerciantes, não só quanto à infra-estrutura da cidade, como também quanto à ajuda necessária para a conservação e preservação dos grupos culturais. Alegando que seria necessário que os administradores públicos, os comerciantes da cidade e a comunidade em geral, entendam que o turismo não se restringe apenas à simples visitação de “pessoas esquisitas” à cidade.

Diferentemente da situação em que se encontra o Santuário Religioso Cruz da Menina, onde se identifica uma diminuição na relação diária das pessoas de Patos com o santuário, nas festa do Divino, podemos localizar uma certa homogeneização dos discursos quando se fala da felicidade que a população sente com a chegada da festa, mesmo os que moram no centro da cidade, onde transcorre o festejo religioso e profano. Concordam que é uma manifestação viva de fé e que representa um grande reencontro dos filhos e amigos de Pombal⁴⁵(ARAÚJO,1997).

É interessante percebermos que essas celebrações em muitos casos podem adquirir dimensões de festas populares com viés meramente econômico, passando a ser trabalhadas pelo poder político ou particular com dimensões mais profanas do que religiosas, como uma forma de

⁴⁵ A cidade de Pombal fica a 30km da cidade de Patos, faz parte do sertão Paraibano.

atender ao mercado turístico. Nessa esteira o santuário religioso da cruz da menina não se distingue muito dessa realidade, haja vista, que seus espaços passaram a ser reelaborados, higienizados, educados para atender a um público que despontava cada vez maior, deixando de fazer parte somente do mundo dos fieis que para lá iam em busca de agradecer ou pedir alguma graça à Francisca. Quando seu espaço ganha *status* de parque turístico religioso com uma infinidade de possibilidades de atrações para a região, surgindo novas sensibilidades cotidianas que irão impregnar esse espaço de novas cores, inicialmente, a construção do parque desperta um grande interesse pelos habitantes de Patos e regiões vizinhas, chegando a fazer parte do calendário de eventos da PB-tur que juntamente com a prefeitura de patos buscaram inserir a cidade na rota do turismo religioso, com a construção do parque, posteriormente, com divulgação nas rádios e jornais. A presença da PB-tur não se restringiu apenas à divulgação, mas também a manutenção do parque com ajuda financeira mensal, conforme se percebe no ofício de nº 029/95 encaminhado pelo então prefeito de Patos Dr. Ivânio Ramalho ao presidente da PB-Tur, senhor Savigny Cunha Lima, solicitando a renovação do convênio e o aumento da contribuição.

. Esses exemplos, destacados entre tantos, servem para entendermos os interesse daqueles que construíram o santuário da menina Francisca, como também dos que buscam lançar mãos dessa construção. Um interesse que caminha na esteira do desenvolvimento e do lucro financeiro.

O turismo no uso dos bens culturais pode ser entendido enquanto moeda de dois lados, pois por uma lado pode levar a deteriorização, por outro tem suas tradições produtivas e culturais reativados (CANCLIN, 1994 p. 101).

O poder político ao fazer uso desse bem cultural, muitas vezes, o faz negligenciando as demais possibilidades que fazem parte do mesmo, como bem já atestamos anteriormente, seu interesse maior fica na parte da divulgação do bem de pedra e cal, em contrapartida do bem simbólico que dá sentido ao próprio bem de pedra e cal. Beni (apud Moura, 2001) vai dizer que as políticas públicas podem ser comparadas como “espinha dorsal”, por ser à base de sustentação de todo o sistema turístico e por isso a responsabiliza.

É a espinha dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos, programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do

‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

De acordo com Dias (apud Moura, 2001), desde que existam medidas empreendidas pelo Estado, em que nível for, seja no sentido de orientar, regulamentar ou ordenar a atividade ou segmentos do turismo; existe uma política do turismo. Pode ser incipiente, mal formulada, segmentada, setORIZADA, mas, desde que existam ações, há uma política de turismo. Isso quer dizer que a atividade do turismo, independente de seu grau, é pensada a partir de uma participação política. É evidente, entretanto, que mesmo com essa participação, na sociedade contemporânea a atividade turística faz parte de um conjunto de forças que mobiliza tanto o público quanto o privado, em muitos casos esses dois caminham juntos, em outros em lados distintos. Todavia, como sendo produto das sociedades contemporâneas o turismo, em especial o turismo religioso, pensado a partir do uso dos bens culturais locais, tem atraído o interesse de muitos grupos que passam a vislumbrar possibilidades de lucros, em muitos casos em cima da devoção dos outros, trabalhando essa devoção, esse patrimônio como produto meramente mercadológico.

No Nordeste, a atividade de turismo foi bastante valorizada a partir do final da década de 1970, com a instituição de duas importantes políticas de turismo, a “política de megaprojetos turísticos” e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE.

A política de megaprojetos era inspirada no modelo da “indústria turística”, antes implementado por Cancún no México. Consistia na urbanização turística da orla, com importante participação do poder público nos empreendimentos. Os megaprojetos são: PRODETUR-NE, foi instituído por diploma legal (o que não aconteceu com a política de megaprojetos) e envolve todos os estados da região Nordeste e parte do Espírito Santo e Minas Gerais (MOURA, 2002).

Trata-se de uma política de turismo que “faz às vezes” de uma política urbana, pois se restringe à criação de infra-estrutura urbana em localidades consideradas, pelos respectivos estados envolvidos, relevantes para o desenvolvimento do turismo regional (CRUZ, apud MOURA, 2002).

O despertar por esse setor já é perceptivo desde as Cartas Patrimoniais redigidas por ocasião das reuniões da UNESCO, onde frequentemente faz-se referência à necessidade de

associar os patrimônios culturais às políticas de desenvolvimento do turismo. Na 25ª reunião⁴⁶(1989) tem uma recomendação aos estados membros para realizarem inventários, criassem sistemas de identificação, registro, conservação, difusão e proteção das culturas locais – enquanto elemento de identidade cultural uma vez que faz referência aos símbolos que são representativos da coletividade ou bens coletivos (CLANCIN, 1994), também propiciar o desenvolvimento econômico ao atrair o turismo cultural.

Nessa dinâmica é que grupos criam estratégias com interesses econômicos para elaborar/preservar traços do patrimônio cultural como forma de assegurar a criação de um sentimento de identificação das pessoas com patrimônio erigido, nesse caso, com o santuário religioso da menina Francisca, elaborações que parte tanto do poder público com do setor privado, como já foi mostrado em linhas anteriores.

Mesmo com os programas desenvolvidos pelo governo federal, em especial, após os anos 90, muitos locais embora possuam um atrativo para o turismo, seja pelo seu atrativo cultural planejado ou não planejado, mesmo assim, verifica-se ainda que em alguns casos faltam políticas públicas para que a atividade se desenvolva de forma adequada e com a participação das pessoas, dos grupos, da regiões, o que poderia minimizar os possíveis impactos negativos, seja em nível econômico, seja a nível simbólico (OLIVEIRA, 2007).

Com base nessas políticas é que os agentes políticos estão, cada vez mais, sentindo a necessidade de assegurar sua salvaguarda para a preservação da história e da identidade cultural criada a partir dele, mas, sem a necessidade de que para isso se tornem imutáveis ou “engessadas”, pois a própria cultura é dinâmica. É necessária a reflexão sobre a inter-relação entre esse turismo religioso, os populares, os poderes econômicos e políticos na sociedade contemporânea, envolvendo o maior número possível de agentes, incluindo os administradores, produtores, instâncias do poder público em nível local, regional e nacional, além dos patrocinadores e empresas prestadoras de serviço turístico.

Uma vez que o espaço compreendido, também, por sociabilidades, onde nele tem atores que elaboram relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação. E nesse

⁴⁶ Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Conferência Geral da Unesco – 25ª Reunião. Paris, 15 de novembro de 1989. In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004, p. 293-301.

jogo de sociabilidades existe a forte presença da mão do poder público que se aproveita e (re)cria maneiras e formas de contemplar seus interesses.

A construção do Parque Turístico Cruz da Menina é uma dessas criações em que agentes se aproveitaram das marcas presentes no imaginário social para concretizar uma obra que daria visibilidade tanto a cidade quanto a seus realizadores. Pois não há como esquecer que a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam.

A cidade, como bem nos lembra Ítalo Calvino em “As Cidades Invisíveis”, ao narrar a relação que se desenvolve entre Marco Polo e Kublai Khan, nos permite refletir sobre o tema. É possível fazer uma relação do que diz Calvino com a história da Cidade de Patos, a partir de sua construção enquanto espaço religioso popular criado pelos discursos que a elaboraram. Em Calvino, o modo como Polo narra suas viagens ao imperador demonstra como um tipo de passado específico é produzido através da linguagem e da memória do viajante. No nosso caso, temos uma história construída em cima da memória de um fato passado que é constantemente presentificado, como maneira de justificar uma história enquanto parte da realidade da cidade.

Logo na primeira frase do livro é colocada uma questão que permeará todo o livro. Trata-se da questão da crença. Crer ou não crer no que Marco Polo fala? Dito de outra forma, crer ou não crer no passado que o viajante Polo constrói através de seus relatos, de sua memória? Este é um dos principais dilemas do imperador Kublai Khan. Uma vez que as cidades invisíveis descritas por Polo fazem parte de seu passado, de sua memória e de sua imaginação e, ao chegar aos ouvidos de Kublai Khan, a descrição destas cidades invisíveis se transforma em um passado presente, ganhando formas únicas, produzindo o efeito de crença, ou seja, a memória que se glorifica pela narrativa, pela externalização de um evento de um passado remoto que se projeta no presente como algo muito além e melhor do que fora (ou que deveria ter sido). Semelhante ao que aconteceu/acontece em Patos, quando vai buscar no passado, na memória dos habitantes fatos que deponham em seu presente, garantindo o perpetuar de uma história que é idealizada enquanto formadora de uma identidade.

Considerações Finais

Tanto Turismo como Patrimônio, nunca é demais repetir, são característicos das sociedades industriais, elementos localizados e datados dos fins do século XVIII. Sendo uma realidade nas localidades que oferecem qualquer atrativo de cunho sagrado, sejam eles monumentos, festas religiosas, construções ou lugares sagrados.

O uso da investigação histórica nos permite esboçar alguns traços dessa realidade, incluindo algumas explicações dessa devoção popular, sua abrangência em nível local e regional, para num segundo momento, analisarmos as transformações, os benefícios ou prejuízos advindos com as políticas públicas desenvolvidas neste setor.

Hoje em dia verifica-se que o turismo religioso é o seguimento responsável pelo maior número de deslocamentos de brasileiros na atualidade. Sua importância pode ser observada quando consideramos a busca das pessoas aos espaços como os Santuários, eventos como as Cavalhadas de Corumbá de Goiás, o Círio de Nazaré (PA), as inúmeras festas do Divino, as Folias de Reis, as novenas, romarias, procissões e encenações que ocorrem de norte a sul do país. Segundo dados oficiais⁴⁷ já é perceptível que após o turismo de negócios, o turismo religioso vem se mostrando como o segmento que mais tem se desenvolvido. Ainda não está claro o impacto sócio-cultural provocado pelo turismo religioso, no entanto, segundo a análise de especialistas, é possível observar que tem favorecido o redimensionamento das economias locais e o fortalecimento de suas comunidades. Fatores como hospedagem, alimentação, cultura, lazer e comércio, são diretamente atingidos pelo afluxo turístico, implicando nas transformações de uso do espaço, planejamento de infra-estrutura adequada e organização econômica, sem descuidar da preservação do planeta e a sustentabilidade da natureza.

As motivações para uma viagem de caráter religioso são inúmeras, Santuários, Caminhos, Festas Religiosas, Natalinas, encontros da Igreja e os centros de Cultura Religiosa que movimentam milhões de turistas brasileiros durante o ano.

É interessante termos em mente que diferentemente de outros tipos de viagem, na romaria, os devotos, quando partem para um centro religioso, já o fazem na expectativa do que desejam encontrar. Esses centros de peregrinação que atraem romeiros, devotos e visitantes são bons exemplos, não só pela veneração à natureza, mas, como por sua infra-estrutura, de forma

⁴⁷ Informação obtida junto ao site WWW.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/. Acessado dia 30/08/2011.

planejada ou espontânea. Há em alguns casos uma integração entre as instituições religiosas e a política pública, para fornecer o melhor para os peregrinos e turistas religiosos (ROSENDAHL, 1998). Estando as intenções das políticas públicas em maior sintonia com o devoto enquanto turistas que vem a alimentar a cadeia do fluxo de divisas para a cidade.

Atualmente podemos dizer que o bem cultural pode ter ou assumir dupla função: obras que proporcionam saber e prazer, postas a disposição de todos, mas também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos.

Logo, a importância atribuída ao turismo enquanto atividade econômica já nos parece ser inquestionável apesar dos desdobramentos socioeconômicos e culturais que podem ser prejudiciais, caso não haja um planejamento da atividade de modo a promover o envolvimento da comunidade local no processo.

Sendo assim, buscamos nesse trabalho discutir, a partir da religiosidade popular, o uso dos bens culturais, como as orações, as preces, os ritos e devoção que juntas compõem uma simbologia que passa a retratar a cidade de Patos enquanto espaço de identidade religiosa.

Devoção religiosa que passou a dizer a cidade de Patos, no âmbito de rede de lugares de turismo religioso. Sendo a valorização dos aspectos simbólicos e míticos responsáveis por assumir ares de função coletiva, no cotidiano dos habitantes de Patos. Condição que atraiu para Francisca, alguma maneira de se relaciona com a história da cidade e com o passado, mais ou menos longínqua. Sendo monumentalizada a crença de alguns, esta passou a atingir os demais habitantes do lugar que, independentemente, de cultuarem ou não Francisca, ao se dizerem habitantes de Patos, acionam, desde os anos 90, as representações fabricadas sobre a Cruz da Menina.

Ao edificar uma estrutura de parque com base num espaço de devoção, foram produzidos laços de pertencimento, gerando traços de identidade para o lugar. Laços esses que ao longo do tempo, se consolidaram em um movimento vivo de criação, havendo distintos modos de se relacionar com a história que traz o fato para as vidas daqueles que integram a comunidade de crentes. Há uma “fabricação” de gostos e expectativas que retroalimentam o culto. Visitações esporádicas, desviantes do foco de culto a que se destina, orações que se endereçam...permitidas pelo modelo do catolicismo aí empregado e, mesmo, pela localização privilegiada dos santuário.

À pergunta sobre o que é Patos contemporaneamente, agrega-se o santuário como símbolo identificador.

Hoje em dia, mesmo em meio a algumas situações adversas, “A Cruz da Menina” continua despertando o interesse de grupos que buscam que essa história continue fazendo parte do roteiro turístico da cidade, sendo divulgado nos meios impresso e televisíveis por agentes que querem mais uma vez alavancar a história de Francisca e seu papel de santidade. Essas iniciativas são algo ainda presentes no cotidiano dos habitantes de Patos. O santuário nos coloca diante de uma política de invenção de tradição que resultou em êxito, ainda que não na proporção inicialmente planejada.

Em visita ao santuário, aproveitando a presença dos frequentadores, resolvemos observar suas práticas no espaço construído por agentes políticos que conforme já demonstrado vislumbravam o desenvolvimento da cidade a partir do turismo religioso calcado com bases na criação e divulgação desse bem cultural e edificando um espaço moldado e higienizado para atender a um público variado, crente ou não, adoradores ou não, fieis ou não. Era um domingo. O domingo é o dia de maior movimentação, principalmente quando terminam as celebrações da missa na Igreja ao lado do parque, os fiéis se dirigem ao portão lateral do parque que fica em frente à entrada da Igreja, algo em torno de 10 metros de distância. Conseqüentemente, logo a pequena capela de Francisca tem todos os lugares ocupados por adoradores e visitantes, os que conseguem lugar ajoelham-se e rezam em busca de graças. Esse ato de sair da missa e ir orar para uma “santa” é visto pelos fiéis como algo normal, procedimento que em nada se choca com o fato de serem católicos, de terem acabado de participar da missa, de terem rezado para “Deus Pai”, pelo contrário, esse hibridismo(CANCLINI, 2008) acaba tendo um valor de soma, servindo como mais um reforço em sua fé. Não é de hoje que vem acontecendo esse intercâmbio e, nessa atividade acontece à apropriação pelos fieis dos comportamentos do ambiente religioso do catolicismo para o culto à Santa, algo que durante muito tempo foi questionado pela igreja a seus fieis.

Atualmente, com o Parque sob a administração da igreja as tensões foram diminuindo. A cada dia 12 do mês de outubro a igreja celebra uma missa dentro do parque, ao lado da capela construída em homenagem a menina Francisca. Essa celebração tem direito a todas as indumentárias comuns que fazem parte da celebração religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana: hinos, canções, louvores e sermões. Participando dessa celebração os moradores da vila mariana, visitantes e fieis de Francisca que vão assistir a missa e, ao mesmo tempo, louvar a menina.

Atualmente, temos no dia das crianças a realização, por parte da diocese responsável pelo espaço, de algumas comemorações como, por exemplo, a missa descrita acima, como também a distribuição de brinquedos para as crianças da Vila Mariana, conforme nos fala Ademar em entrevista realizada dia 13 de agosto de 2011, comentando que os preparativos estavam em ritmo acelerado para o dia das crianças e que Damião Lucena, juntamente, com os demais membros do comitê “Pro Beatificação de Francisca” levariam, após a celebração da missa, brinquedos para distribuir entre as crianças, juntamente com os brinquedos que a administração do parque conseguiu arrecadar através de doações ou compra.

De 2005 para cá nota-se uma mobilização por parte de algumas pessoas da sociedade como o jornalista Damião Lucena, o historiador Josenildo, a diocese de Patos e a fundação Ernani Sátiro para alavancar a história de Francisca ao ponto de despertar novamente o interesse de segmentos do setor privado e também político na tentativa de fazer o Parque Religioso Cruz da Menina, ter o alcance pretendido quando de sua construção.

Por isso, podemos dizer de antemão que em nosso estudo, até o exato momento, uma coisa já é possível de ser percebida, tanto a população como os fieis tenderam a construir, ao longo do tempo, maneiras de fugir das regras impostas pela igreja em relação à conduta deles com o culto à menina Francisca; pela justiça que considerou os padrinhos de Francisca inocentes nos três julgamentos e; por último pelo setor público ao elaborar e edificar o parque, a partir dos fios da memória, fazendo usos da memória coletiva da comunidade para levar a história além dos limites geográficos da cidade, além dos limites físicos dos corpos dos habitantes, chegando a novos ouvidos, novos olhos e novos corpos que tendem a perpetuar a história da menina morta, que foi santificada na religiosidade popular e presenteada pelo poder público como merecedora de um santuário em moldes de parque turístico. Ações aplicadas que também contribuíram para preservar a história entre a população, tendo a mesma sido ao longo do tempo, transferida para as gerações futuras, claro, com novas cores, formas e sensibilidades.

Ao edificar um espaço, o poder público cria uma “domesticação” para os fieis, impondo novas condutas, a exemplo, do horário para visitaçao e das maneiras de se fazer presente no parque. Entretanto, essas estratégias e mecanismos de controle e (re)arrumaçao da relaçaao com o espaço do religioso, com a maneira de se relacionar com ritos, símbolos e a própria crença, os fieis não foram o tempo todo passivos como pretendiam esses agentes, pelo contrário, eles ao longo dos tempos receberam e criaram para si maneiras de burlar e preservar o que queriam

preservar e modificar, por outro lado, o que consideraram passíveis de transformação mesmo que de forma consciente ou inconsciente.

Nesse jogo onde, de um lado, temos as estratégias dos agentes públicos com tarefa de manutenção da crença, edificando em 93 o parque voltado para interesses mercadológicos, turísticos, onde a religiosidade popular é explorada como mercadoria; de outro lado, os fieis, visitantes e romeiros que também fazem parte dele, aceitando em parte a memória dos idealizadores, como também, se reapropriando dessa memória em suas elaborações diárias.

Processo que se fez presente quando da construção do parque, onde se tem a presença do governo do estado, da prefeitura de Patos, de deputados estaduais com o intuito de promover o turismo religioso, numa clara intenção de lançar a cidade ao *rool* dos grandes centros de peregrinação como, por exemplo, Juazeiro do Norte-CE. Entretanto, mesmo com toda a visibilidade que a história da menina Francisca recebeu, isso não foi o bastante para que seu santuário conseguisse o crescimento que outros centros semelhantes alcançaram. Inicialmente se tem uma aplicação de uma espetacularização que leva os sentimentos dos habitantes de Patos e fieis a se engajarem nesse propósito, mas, com o tempo, este engajamento perde força, ficando restrito a pequenos grupos, seja de fieis, seja de autoridades como o jornalista Damião Lucena e seu grupo “pro beatificação”.

Embora o atual prefeito de Patos tenha criado leis que visam contemplar o Parque Turístico Cruz da Menina, sua participação parece não ir muito mais além, inclusive quando analisamos o Plano Diretor do Município que entrou em vigor em 2006, nele não há nenhuma menção de investimento ou desenvolvimento do parque, diferente do que acontece no Juazeiro do Norte, onde encontramos no próprio Plano Diretor da cidade referência ao desenvolvimento da estrutura que abriga e alimentaria o culto ao Padre Cícero.

Em meio a tudo isso, percebe-se que um dos problemas que assolam as políticas públicas de turismo na Paraíba, é uma questão bastante comum, principalmente no Brasil: a falta de continuidade administrativa. Na política, a eficiência administrativa depende da harmonia entre alguns fatores que são determinantes: o oferecimento adequado e contínuo de fluxos de bens e serviços a cargo do Estado, o controle das finanças e a proteção econômica e social da coletividade. Estes fatores são regulados, sob a ótica temporal, pela necessidade e de dar continuidade às políticas de governo que venham a produzir resultados satisfatórios ou, proposta de mudança que alcance uma produtividade satisfatória (ALVIM apud MOURA, 2002).

O grande problema nosso é que não existem instrumentos legais, diretos e claros para garantir a continuidade administrativa almejada. Ao novo governo eleito, seja ele oposição ou não, não se pode nem ao menos impor que cumpra as promessas de campanha, menos ainda que mantenha as políticas instaladas pelo governo anterior e consideradas eficientes. A postura oposicionista geralmente prevalece a qualquer custo, mesmo que isso implique prejuízos à sociedade e atrasos inoportunos (CAPONERO; LEITE, 2010).

A falta de continuidade administrativa não é um dos problemas, pois quando algum partido de oposição está prestes a assumir o poder: a rixa partidária normalmente assume preponderância sobre a busca da eficiência e lisura administrativa, dos atos derradeiros do governo em vias de ser substituído (CAPONERO; LEITE, 2010).

Outro aspecto que merece atenção é a falta de dados sistematizados sobre o fluxo turístico e sobre o perfil da demanda no município, o que dificulta a realização de pesquisa e projetos que poderiam estimular o desenvolvimento da região, principalmente em relação ao turismo. Essa falta de dados sistematizados não é realidade somente em Patos, mas do país inteiro que não despertou para a importância de tais dados para o planejamento de maneira geral.

Amarras orçamentárias e disposições normativas muitas vezes limitantes, inatingíveis ou ineficazes, na prática são exemplos comuns ao processo da sucessão governamental, gerando o atraso no pagamento das contas, desorganiza-se a máquina administrativa, interrompem-se as políticas que precisam de continuidade e quem mais sofre com essas disputas interpartidárias é a sociedade, que acaba sendo vítima “dessa batalha política munida de fartas doses de orgulho, ambição, bairrismo, dentre outras posturas enviesadas decorrentes da conquista do poder” (CAPONERO; LEITE, 2010, p. 113).

Por isso, ao trabalhar com a questão do Santuário da menina Francisca que, há mais de 90 anos vem impregnando o imaginário coletivo das pessoas de Patos e demais localidades da religiosidade romeira, é preciso atentar para uma análise que contemple as redes de interação e interesses que permeiam as relações sociais e os fenômenos que se revelam na estruturação e viver urbano e nos jogos de poder que fazem parte e tonificam as sociedades no ocidente contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. A Cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé. Rio de Janeiro, 2005. 259 P. (Tese) Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ABREU, CHAGAS, Regina e Mario. Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo: Orgs. Regina Abre e Mario Chagas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 10ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996 253 p.

CAMARGO, Haroldo L. Patrimônio e Turismo, uma longa relação: História, Discurso e Práticas. Revista Eletrônica Patrimônio: lazer e turismo. 2005 - <http://www.unisantos.br/>.

CAPONERO, LEITE, Maria Cristina, Edson. Inter-Relações entre Festas Populares, Políticas Públicas, Patrimônio Imaterial e Turismo; Patrimônio: Lazer & Turismo, V.7, N. 10, Abr.-Mai.-Jun./2010, P. 99-113.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANCLINI, Nêstor García. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade/tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa: 4ª ed.- São Paulo; Editora Universidade de São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel. Invenção do Cotidiano - 1. Artes do Fazer. Ed. Vozes, edição 10; 2004.

_____, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Instituto de Cultura Portuguesa, 1985.

_____. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

DIAS, MACHADO, Gilmara de Cássia, Reinaldo. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local; Patrimônio: Lazer & Turismo, V. 6, N. 8, Out.-Nov.-Dez./2009, P.1-11.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano: a essência das religiões, Trad. Rogério Fernandes, São Paulo : Martins fones, 1992.

FILHO, FERNANDES, Paula Rejane, Valfredo de Andrade Aguiar. Patrimônio Cultural e sua Proteção pelo Estado: Uma Análise nos setores urbanos brasileiros; Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB Campina Grande, Ano Ii – Vol.1 - Número 02 – Março de 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma Concepção ampla de patrimônio cultural. IN. Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos/Orgs. Regina Abre e Mario Chagas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCIA, Loreley Gomes & Moura. Anna Karla Cavalcante. Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o pólo turístico cabo branco em análise. CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, ano 03 – n. 03 – Junho/2009.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e Emoções: Os Percursos do Patrimônio. <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2982/1706>. Acessado dia 25/07/2011.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUERRA, Lemuel dourado. Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e a dinâmica da esfera da religião. João Pessoa; Idéia, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Vertice, 1990.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro, Trad. Jacyntho Lins Brandão, Belo Horizonte-MG: editora de UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques, História e Memória/tradução Bernardo leitão – 5ª edição- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

JAREK, Gisele Lütke S. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2007.

SILVA, Josinaldo Gomes da. *Imagens do moderno em Patos – Pb: (1934 -1958)/ Josinaldo Gomes da Silva. — Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina, Centro de Humanidades; Campina Grande, 2011.*

MARTINS, Francineide Almeida Pereira. *Turismo Religioso-Cultural: O Caso da Cidade de Pombal – João Pessoa, Pb: [S.N.], 2003.*

MACHADO, Gilmara de Cássia; DIAS, Reinaldos. *Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local, Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez./2009, p.1-11.*

MENEZES, Ulpiano. *O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: O DIREITO à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.*

MONTAGNER, Miguel Ângelo. *Biografia coletiva, engajamento e memória: a miséria do mundo; Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2; 2007.*

MOURA, Anna Karla Cavalcante. *O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba; Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, João Pessoa, 2003.*

NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: PROJETO História 10. São Paulo: EDUC, 1993.*

NOBREGA, Elisa Maria de Medeiros. *Retalhos de um corpo santo: Monografia de graduação em História - UFPB.1997.*

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. *Memória, história e patrimônio: políticas publicam e preservação do patrimônio histórico: João Pessoa, 2002.*

OLIVEIRA, Silvana Toledo de. *Turismo e Patrimônio histórico cultural em São João Del Rei: Revista Eletrônica de turismo Cultural; 2º semestre 2007.*

OLIVEIRA, Ana Gita. *Diversidade Cultural como Categoria Organizadora de Políticas Públicas. In: TRANSE/CEAM. Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Brasília. (Org.). Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (re)tradicionalização. 1ª ed. Brasília: 2004.*

PARDI, Maria Lúcia Franco. Revista do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional. A Preservação do Patrimônio Arqueológico o Turismo, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In. O direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992, P. 25-28.

PENA, Felipe. Subjetividade midiática: tempo e memória no discurso das biografias contemporâneas: Psic. Clin, Rio de Janeiro, vol.19, n.1, p.41 – 55, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 53, jan-jun., 2007.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.26, no.51, p.115-140, jan./jun. 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social; Estudos Históricos, R. Janeiro. Vol. 5, n.10,12, p. 200-121, 2002.

REIS, Fabio Jose Garcia dos. Patrimônio Cultural: revitalização e utilização. www.valedoparaiba.com, Acessado dia 03/01/2012.

RICOEUR. Paul. A memória, a história e o esquecimento/tradução Alain François – Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2007.

_____ Tempo e Narrativa. Tomo III: tradução Roberto Leal ferreira: Campina, SP; Papirus,1994.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006- (Coleção Milton Santos; 1).

SANT'ANNA, Márcia. Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos: Orgs. Regina Abre e Mario Chagas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCCUOGLIA & TAVARES, Jovanka Baracuhy Cavalcanti, Marieta Dantas. História e Memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. In. Patrimônio: Lazer & Turismo, V. 6, N. 8, Out.-Nov.-Dez./2009, P.12-33.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural: Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71; julho de 2000: <http://www.scielo.br>.

SIRINO, Jean F. de F. A Santa de Patos: memórias, lembranças e identidade no Sertão Paraibano no início do séc. XXI. : Monografia de conclusão do curso de Bacharelado de História UFCG, Campina Grande; 2009.

TAMASO, Isabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios, Simpósio Memória, Cidades, Patrimônio; 54ª SBPC: Goiânia, 2002.

Periódicos:

Jornal Diário da Borborema, sexta-feira 11 de fevereiro de 1983.

Jornal Correio da Paraíba, 24 de outubro de 1993.

Jornal Correio da Paraíba, terça-feira, 26 de outubro de 1993.

Jornal da Paraíba, julho 2008, dia 13.06 p.13.

Revista Histórica. Revista Histórica A Cruz da Menina. Damião Lucena, 2003.

Revista Cruz da Menina. Damião Lucena, 2010.

Revista IPHAN Nº 31 Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória, Brasília 1980).

IPHAN. Convenção para A Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Paris, 17 De Outubro de 2003.

IPHAN. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória, Nº 31; Brasília, 1980.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial:Paris, 17 de outubro de 2003. Paris 2006.

Conferência Geral da Unesco – 25ª Reunião. Paris, 15 de novembro de 1989. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004, p. 293-301.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. Revista Margens Virtual. Pará, ano 1, n. 1, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/nupe/artigo1.htm>>. Acesso em: 16 jun 2009.

Fontes:

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Maria Aparecida, católica praticante e fiel da menina Francisca, em 24/11/2008.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Marta Francisca de Oliveira, em 24/06/2007 na cidade de Patos.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Damião Lucena, dia 27/07/2008 e 13/08/2011 na cidade de Patos. Jornalista e escritor de várias obras que trata da história da cruz da menina.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Joaquim dos Santos, em 02/01/2008 na cidade de Patos.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Libânia Alexandre da Silva, em 12/10/2011 na cidade de Patos.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Maria Rita, em 20/04/2008 na cidade de campina Grande.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Padre Fábio de Abreu Lima, em 26/07/2008.

Arquivo Pessoal. Entrevista concedida por Padre José Flávio Mamede, em 12/11/2011.

Constituição Republica Federativa do Brasil 1988: Senado Federal.

Autos do Processo Crime, localizado na Comarca de Patos.

Cordel-Cruz da Menina, uma história de fé p. 8 versos, xlv, xl e vi),Damião Lucena.

Cordel-História completa da Cruz da Menina p. 9 versos, l, Antonio Américo de Medeiros.

<http://www.iphan.gov.br>. Acessado dia 05/08/2011 às 17h.

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/. Acessado dia 30/08/2011 às 23h.

<http://www.unesco.org/new/fr/unesco/>. Acessado dia 30/08/2011 às 23h.

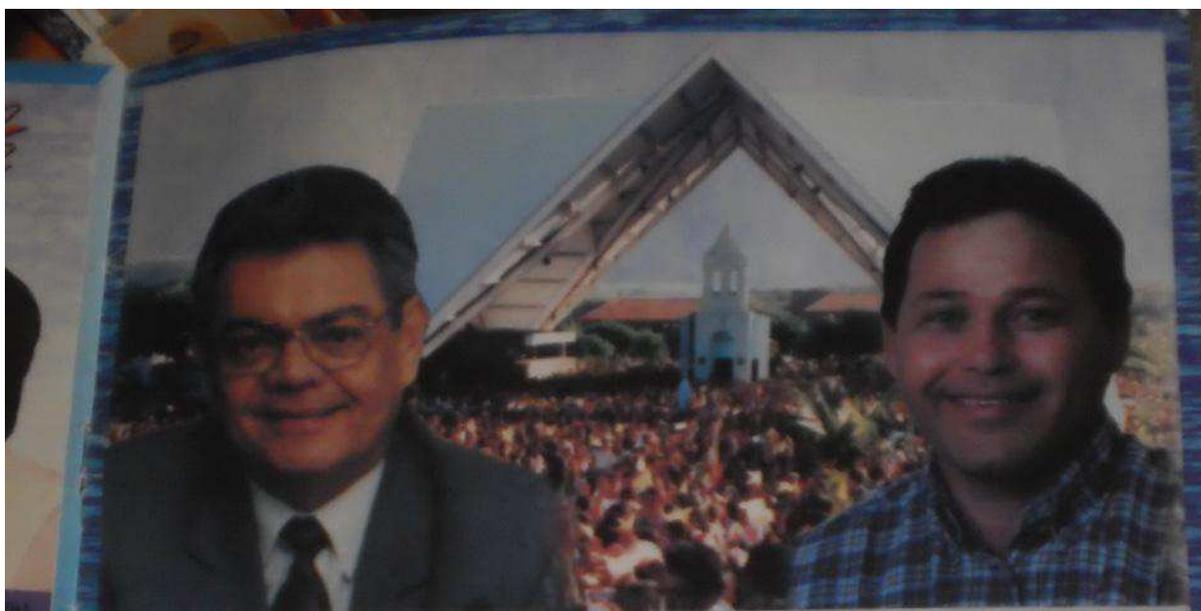
<http://www.turismoreligioso.org.br>. 6º Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável e 1º Simpósio de Turismo Religioso. Acessado dia 20/07/2011.

www.patosonline.com/. Acessado em 15/12/2011/ 07:03.

<http://www.aparecidatur.com.br/turismo-religioso.php>. Acessado em 12/01/2012.

ANEXO I

Revistas, Jornais, Decreto-Lei e Ofícios



A oportunidade de poder resgatar a história, pelo simples fato de acontecer, já é motivo de sobra para consolidar a satisfação. Tivemos, é bem verdade, o contentamento de, coincidentemente ou não, poder executar um projeto determinado para que uma aspiração do povo de Patos chegasse a ser eternizada.

Em momento algum, visamos promoção, até porque tudo que desejávamos era mostrar determinação e, conseqüentemente, expormos uma característica dos irmãos patoenses, em não concordar com qualquer tipo de injustiça.

Quis Deus que fôssemos governador e prefeito para que o sonho se transformasse em realidade. Quem sabe tenha sido um milagre da razão, representada na pureza de uma criança mártir.

O Parque Cruz da Menina é um exemplo de fé, orgulho do povo patoense e, para nós, um motivo de contentamento pela crença que conduz aos caminhos divinos, destinados aos seres humanos portadores de ideologias e costumes identificados nas características dos verdadeiros filhos de Deus.

*Ronaldão da Cunha Lima- ex-governador da Paraíba.
Ivânio Ramalho- ex-prefeito de Patos.*

Grande

Francisco José Alberto Mendes



Mudança?

ador Ney Stenevora (PMDB), de volta a Paraíba, aguardando a base do partido com relação ao movimento estadual. E foi durante quando o deputado do Congresso Nacional veio ao estado, conhecer o cenário, um homem político...

Mudança? II

era que apesar do nome do senador Humberto Lucena ainda existem muitas opções dentro do PMDB, o próprio Humberto Lucena e o governador...

Leilão
A direção estadual de Patos vai levar a leilão público terrenos e prédios pertencentes ao Instituto em Campanha de Patos. Entre os imóveis de propriedade do INSS, figura o terreno onde está construído o depósito de resíduos da antiga Indústrias de Refinações de Mito, no município de Patos. O terreno estava sob regime de comodato e foi avaliado em mais de CR\$ 5 milhões. Será alienado com licitação pública e com o objetivo de construir e beneficiar terrenos, conforme o previsto no contrato de comodato. O leilão será realizado no dia 18 de novembro, na sede do INSS em João Pessoa.

Organização
Passou longe do secretário de Patos, mas não deixou de ser uma vaga na "Segunda" próximo ano. O Campesinato inclusive perdeu o seu caráter de compromisso, volta a ser competição apenas no âmbito da cidade. O leilão do terreno do Hotel, do antigo Renato Cunha Lima, forma. No último domingo, aceita qualquer acordo, desde que se tente uma antecipação desse compromisso.

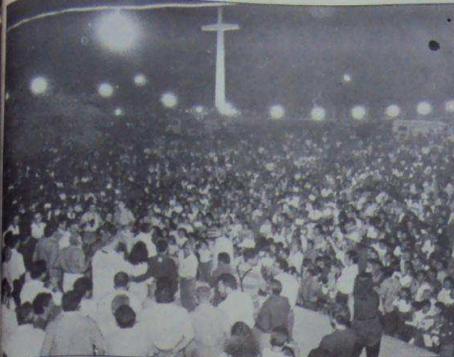
Lixo
Os problemas surgidos na irregularidade na coleta de lixo, especialmente nos bairros, são de problemas medonhos, os caminhos. O secretário de Serviços Urbanos, Damião Aguiar, assegura que a situação é normalizada. A população...

Piso Salarial
Os empregados do comércio varejista e similares de Patos Grande e os empregados do comércio varejista e similares, primeira rodada de negociação que se refere ao piso salarial. Os ganhos desejam um aumento de 25% em relação ao atual, devido o custo de vida que deverá ocorrer na próxima na subdelegacia do Ministério do Trabalho.

Feriado
O governador Ronaldo Cunha Lima passou a estudar a possibilidade de transferir o feriado próximo quinta-feira (Dia do Trabalhador) para a segunda-feira, baseando os servidores terem mais tempo de férias. Os pontos em discussão já estavam acordados, devendo o chefe do Executivo estadual anunciar a decisão nas próximas horas.

Secretárias
e 31 deste as secretárias camponesas realizaram o Seminário Paraíba de Secretárias, cujo tema foi "Capacidade, Reflexão e Consciência". O seminário terá como objetivo discutir as condições da área e demais participantes para a realização de ações que estão ocorrendo em nível estadual.

Secretárias II
O Seminário Paraíba de Secretárias terá como participante o representante de Recursos Humanos da Empresa de Administração do Estado, o secretário Nacional das Secretárias, o presidente da Federação Nacional das Secretárias, o presidente do Conselho Nacional das Secretárias, o presidente da UFFB, e Jovellina Rodrigues Vianna, presidente em Questões de Gênero.



O cruzeiro domina a paisagem no Parque Cruz da Menina, inaugurado no último domingo...



... em Patos, pelo governador Ronaldo Cunha Lima, na presença de milhares de pessoas

FESTA EM PATOS

Governo homenageia emancipação entregando obras

As festividades em comemoração aos 90 anos de emancipação política, da cidade de Patos, foram marcadas, no último domingo, pela entrega de várias obras realizadas pelo Governo do Estado, desafiando a inauguração do Parque Cruz da Menina. O governador Ronaldo Cunha Lima também apresentou o município com assinaturas de convênios nos setores de infraestrutura e energia rural. "Essa obra não é minha, esta obra é um conjunto da vontade do povo de Patos que se somou em coobrança, em esforço e dedicação para que pudesse oferecê-la, hoje, em seu aniversário", ressaltou o governador Ronaldo Cunha Lima, ao entregar aos patoenses o Parque Cruz da Menina.



O governador, o prefeito Irênio Ramalho e o deputado Cláudio Freire abrem festividades com o hasteamento de bandeiras



Parabíba - O governador Ronaldo Cunha Lima, acompanhado de familiares e amigos, visita a obra de ampliação do sistema de abastecimento de água em Patos.



Parabíba - O governador Ronaldo Cunha Lima, acompanhado de familiares e amigos, visita a obra de ampliação do sistema de abastecimento de água em Patos.

de Francisco Olinto, e Clínica Comunitária Evangélica, além da Unidade Móvel do Programa "Chegou o Doutor". A Unidade Móvel do Programa "Chegou o Doutor" consiste em uma unidade Odonto-Médico com um gabinete médico, contendo: 1 cama para exame, 1 mesa para consulta e prateleiras para placa, possui: 1 caldeira odontológica, 1 estufa pequena, 1 frigorífico, além de um balcão grande com 4 gavetas e uma pia para lavar instrumental. A Unidade Móvel "Chegou o Doutor" está programada para funcionamento diurno e noturno, com 4 médicos, sendo 2 clínicos gerais e 2 pediatras, 3 dentistas, 2 assistentes sociais, 1 psicólogo, 3 enfermeiras e 6 auxiliares de apoio. O governador visitou ainda as obras de construção do reservatório para o abastecimento d'água de Patos, da ampliação da estação de tratamento d'água (em conclusão) e as duas linhas adutoras do Rio da Cruz e de Capoeira. Além de garantir a agilização da conclusão dessas obras, onde estão sendo empregados 446 milhões e 448 mil cruzeiros reais. Dentro do programa de promoção e assistência à criança, o governador Ronaldo Cunha Lima inspecionou a construção da creche Igor Motta, que faz parte do Programa Vida Criança. "Essa obra é mais uma realização do projeto de extensão e interiorização das creches", comentou. O governador do Estado contemplou ainda a região Sertaneja com assinaturas de convênios em vários setores: foi formalizado a assinatura do convênio entre a Sudene e os municípios de Patos, São José de Espinharas e Condado e energia rural, sendo que só na cidade de Patos serão beneficiadas 400 famílias. Foram assinados também convênios de cooperação mista nos setores de calçados entre o Sebrae, Fiep, Cinep e Associação dos Sapateiros de Patos, e convênio para a implantação da fabricação de sorvetes e picolés, que irá absorver, inicialmente, 25 adolescentes.



Visita da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água em Patos.

Cruz da Menina atrai fiéis do estrangeiro



Dona Odília - testemunha muitos milagres

Patos-DB - No ano de 1923 uma menina conhecida por Francisca foi, terrivelmente trucidada vindo a falecer às margens da estrada de ferro, próximo de Patos, onde fora abandonada pelos seus algozes. Passados mais alguns anos um senhor alcançava o seu primeiro milagre. Tratava-se de José Justino do Nascimento que contraindo uma doença incurável para a época sonhou com a menina Francisca que lhe ensinava um remédio para livrar-se daquele mal. Ele lembrando o sonho que teve procurou pôr em prática no que foi bem sucedido, exatamente como sonhara. Então José Justino do Nascimento no dia 25 de abril de 1929 começou a construção da capelinha, ponto de atração, apesar da sua modéstia, de fiéis de vários países do mundo. Dona Odília com quem o Diário da Borborema, manteve um demorado diálogo afirmou que os milagres ocorrem em alta escala, prova disso era ver que os que procuram retornam invariavelmente e trazendo novos adeptos. Milagres os mais variados são observados frequentemente. Conta D. Odília que um parente do seu esposo por nome de Francisco de Assis em março de 1981 recebeu na cabeça 6 tiros de revólver calibre 38

sendo no momento se lembrado da Menina Francisca, fato que o salvou da morte inevitável. Muitos peregrinos enfermos que muitas vezes estão com suas moléstias desenganadas pelos médicos vão até a Cruz da Menina conseguindo as suas graças. Disse dona Odília que vem gente de toda parte do mundo, mais regularmente dos Estados Unidos, França e Argentina. No Brasil semanalmente vêm fiéis de todas as regiões para fazer as suas preces, pagar suas promessas ou mesmo cumprir aquilo que já se tornou um ritual, ou seja, voltar ali invariavelmente, dentro daquele período determinado.

Entretanto a famosa Cruz da Menina tem deixado muita gente com certa curiosidade: por que as autoridades não procuram ajeitar aquele local tornando-o num centro de peregrinação mais desenvolvido e melhor explorado economicamente? A falta de participação dessas autoridades tem entravado um pouco para uma melhor divulgação da Cruz da Menina. Essa participação tanto poderia se dar na orientação ou mesmo materialmente. Basta dizer que apesar desse local Santo ficar a uns 500 metros



A capelinha e a Cruz da Menina - um centro de atração religiosa

de Patos e uns 50 metros da BR 230, sem mesmo uma modesta placa pode ser anotada indicando para os transeuntes que exatamente ali há aquilo que muitos já conhecem de nome mais não sabiam onde ficavam.

Outro fato que tem despertado bastante a atenção de todos é sobre o paradeiro do dinheiro depositado pelos fiéis. Segundo o Diário da Borborema, pôde constatar é que para a Dona Odília é que não, é muito menos para a igreja católica, local há indícios de que o dinheiro está indo parar em mãos estranhas ao santo evento. Outro fato que vem preocupando os fiéis mais fervorosos é a questão da canonização da Menina Francisca, de uma vez que tendo tido inúmeros milagres já é tratada ali por Santa. Acham alguns que a igreja católica já era para estar tratando desse caso, na coleta de documentos, de testemunhos, bem como na origem do caso. O local, como se pode ver na foto é bastante pitoresco onde, por si, já revela que algo de extraordinário aconteceu. Há ao lado uma pequena sala onde são guardados todos símbolos das preferências miraculosas, que se amontoa de tal forma que leva D. Odília muitas vezes a queimar aqueles objetos

representando pernas, braços, etc. de madeira, coração de plástico, retratos de papel. Já na sala da capela são muitos retratos, velas, candelabros bem modestos. A igreja foi erigida sobre umas pedras, exatamente onde fora encontrado o corpo da menina, hoje a Santa Francisca na concepção de muitos. Os dias de maior peregrinação são os domingos e dias santos, embora diariamente muitas pessoas afluem até ali. Há quem diga que às quartas-feiras de cinza em todos os anos tem-se registrado grandes movimentações.

Do ponto de vista econômico, há um apelo a ser feito às autoridades, está na hora de transformar aquele terreno tosco e economicamente frágil num grande centro de peregrinação, que sirva também de fonte de emprego para o comércio e o artesanato locais. Apesar daquele local ser visitado dentro do aspecto espiritual é inevitável a sua função como fonte de produção a fortalecer a economia patense, bem como levar ao caráter religioso, o nome de Patos a outras regiões do Brasil e do mundo, pois afinal de contas trata-se da Cruz da Menina, da Santa Francisca.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

Lei N.º 2.965/2000

De 21 de agosto de 2000.

**AUTORIZA À CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO
MENSAL AO PARQUE RELIGIOSO CRUZ DA
MENINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE PATOS, ESTADO DA
PARAÍBA.

Faço saber que o Poder Legislativo DECRETA e eu sanciono a
seguinte Lei.

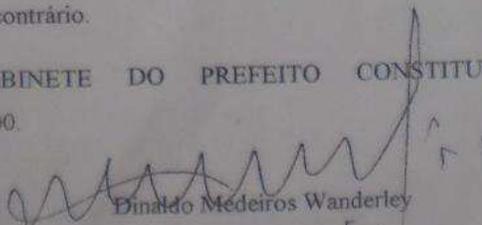
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder
SUBVENÇÃO MENSAL ao Parque Religioso Cruz da Menina, tendo como mantenedora a
Mitra Diocesana de Patos, CGC nº 09.084.385/0010-88, reconhecida de Utilidade Pública,
conforme Lei Municipal nº 2.918/2000, de 12 de maio de 2000, no valor de R\$ 500,00
(Quinhentos reais).

Art. 2º - A subvenção de que trata o artigo anterior será reajustada
de acordo com os índices oficiais que preservam o poder aquisitivo do beneficiário.

Art. 3º - Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo Municipal
abrir um Crédito Especial ao Orçamento Corrente, no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e
quinhentos reais), destinado à cobertura das despesas decorrentes desta Lei, nos termos do
artigo 43, e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, fazendo inserir
dotações para os orçamentos subsequentes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de junho de 2000,
revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE
PATOS-PB, 21 de agosto de 2000.


Dinildo Medeiros Wanderley
- Prefeito Constitucional -



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Patos

Ofício 029/95

em 27 de Janeiro de 1995

Senhor Presidente

Pelo presente encaminhamos a V. Excia. a prestação de contas referente ao convênio nº 06/94, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Patos e Governo do Estado da Paraíba, com a interveniência da PB-TUR, destinado a manutenção do Parque Turístico Religioso Cruz da Menina, ao ponto em que solicitamos a renovação do mesmo para 1995, inclusive com a ampliação dos recursos.

Sem mais para o presente aproveitamos o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Dr. Antonio Ivânio Ramalho de Lacerda
=Prefeito Constitucional=

Ao Dr. Savigny Cunha Lima
M. D. Presidente da PB-TUR.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONVÊNIO Nº 006/94
PMP/PBTUR**

Deposito Bloqueado

OURDCARD - O MUNDO EM SUAS MÃOS. *FIM

Remetente: **PMP/ PBUR/ PQUE CRUZ DA MENINA**
R EPITACIO PESSOA, SN
58700-000 PATOS

Agência: **PATOS** PB

CBC: **PB 00000000/0151-13**

Conta nº	1.930-5	Mês / Ano	AGO STD / 95	Folha	12 / 01	Título de razão	31401.99.00-9	BETEX	02	Localiz.	00000	Controle	0000076
----------	---------	-----------	--------------	-------	---------	-----------------	---------------	-------	----	----------	-------	----------	---------

Lote	Dia	Valor	Histórico	Nº doc	Lançamento	Saldo - R\$
			SDO/ANTER. EM 31.07.95			77,70C
25271		1008	DEPOSITO	015101	55,00C	
25271		1008	DEPOSITO	015101	55,00C	187,70 C

BANCO DO BRASIL

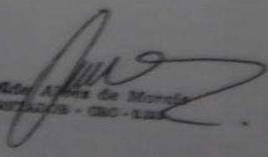
Forma para depósito de R\$ 100,00

2. EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Órgão Executor PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS		Contorno nº 00/04 PBT/03	
Receita		Despesa	
Valores Descontados e/ou Cancelados (Reservados)		Despesa Autorizada - sistema original de Pagamentos	
		Saldo (Anulados e/ou Res.)	
Recursos do Convênio	RS → 1.000,00	Pagº c/ Recursos do Convênio	RS → 1.000,00
Recursos Próprios	RS → 450,00	Pagº c/ Recursos Próprios	RS → 311,68
		Saldo da Rec. Própria	RS → 138,32
Total	1.450,00	Total	1.450,00

Executor <i>Arivaldo Gomes de Araújo</i> Assinatura	Responsável pela execução _____ Assinatura
---	--

5-11


 Raulino Alves de Moura
 CONTADOR - CRC - 1.122

ANEXOS-II

Imagens captadas em 22/03/2008. Arquivo Pessoal



Jose Justino do Nascimento, fundador da primeira capela para a menina Francisca. Quadro dentro da capela de Francisca. Arquivo pessoal



Edivaldo Mota, idealizador da construção do Parque da Cruz da Menina. Quadro dentro da capela da menina Francisca. Arquivo pessoal.



Monsenhor Luciano Dias, vigário geral da diocese de Patos e Dom Manuel dos Reis Bispo diocesano de Patos. Quadro dentro da capela de Francisca. Arquivo Pessoal.



Odília Bezerra da Luz, primeira zeladora da capela da menina Francisca. Quadro encontra-se dentro da capela. Arquivo pessoal.



Igreja ao lado do parque da Cruz da Menina. Arquivo pessoal.



Ônibus deromeiros em visitaçã ao santuário da cruz da menina. Arquivo pessoal



Patos início do século XX. Foto do site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Patos>



Avenida em Patos início do século XX. Foto do site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Patos>.